UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

UERN

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

PROFHISTÓRIA

VANÊSSA MARIA DE QUEIROZ FREITAS

“AO ABOIO DOS VAQUEIROS BRAVIOS”: *ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA NA FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO PASSADO DE PAU DOS FERROS/RN*

MOSSORÓ - RN

2022

VANÊSSA MARIA DE QUEIROZ FREITAS

“AO ABOIO DOS VAQUEIROS BRAVIOS”: *ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA NA FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO PASSADO DE PAU DOS FERROS/RN*

Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de mestre em Ensino de História, sob a orientação da Professora Dr. Marcílio Lima Falcão.

MOSSORÓ – RN

2022

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

F866a FREITAS, VANÊSSA MARIA DE QUEIROZ
"AO ABOIO DOS VAQUEIROS BRAVIOS": ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA NA FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO PASSADO DE PAU DOS FERROS-RN. / VANÊSSA MARIA DE QUEIROZ FREITAS. - Mossoró - RN, 2022.
125p.

Orientador(a): Prof. Dr. MARCÍLIO LIMA FALCÃO.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Patrimônio Cultural. 2. Cidade de Pau dos Ferros – RN. 3. Jogo Didático. 4. Ensino de História Local. I. FALCÃO, MARCÍLIO LIMA. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográ ca para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

VANÊSSA MARIA DE QUEIROZ FREITAS

“AO ABOIO DOS VAQUEIROS BRAVIOS”: *ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA NA FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO PASSADO DE PAU DOS FERROS/RN*

Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de mestre em Ensino de História, sob a orientação da Professora Dr. Marcílio Lima Falcão.

Dissertação aprovada em 06 de dezembro de 2022 pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCILIO LIMA FALCAO
Data: 31/08/2023 08:22:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Marcílio Lima Falcão - Orientador

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES SANTIAG
Data: 26/09/2023 15:56:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Leonardo Candido Rolim:02203071303

Assinado de forma digital por Leonardo Candido Rolim:02203071303
Dados: 2023.09.05 12:36:40 -03'00'

Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

AGRADECIMENTOS

Muitos são os motivos para agradecer. Diante de tantos percalços, dificuldades, obstáculos e situações adversas, a gratidão possui o poder de deixar tudo isso para trás e receber o alívio e a benesse de chegar ao fim de mais uma jornada, na qual nunca conseguiria trilhar sozinha.

Para tanto, agradeço primeiramente à Deus, energia suprema que emana forças para que cada dificuldade se torne um incentivo para não desistir e persistir diante do objetivo – a Ti, sou grata por nunca me desamparar e por mostrar que a fé nos permite ir além do que a gente pensa ser nosso limite.

À minha Alice, minha companheira nas aulas remotas, minha inspiração e maior motivação, mesmo quando me perguntava “por que você precisa desse mestrado, mãe?” e nos momentos em que eu precisava me ausentar dos nossos compromissos, dos finais de semana juntas, eu respondia esta pergunta pra mim mesma: “pra que um dia você tenha orgulho da sua mãe”. Espero que daqui a alguns anos ela compreenda a importância que tem em dedicar tempo e esforço para conquistar um objetivo.

Aos meus pais, que nunca mediram esforços e me deram toda rede de apoio necessária para que eu pudesse enfrentar esse desafio, que compreenderam minhas ausências, meus momentos de impaciência e que aos seus moldes, valorizam cada passo que eu dou na vida profissional.

À duas pessoas fundamentais na minha vida, que sempre me apoiam, me incentivam, que seguram firme na minha mão, compreendem minhas falhas e vibram comigo nas minhas conquistas: minha prima/irmã Lisandra e meu amado José Roberto, tenho certeza de que vocês são instrumentos de Deus na minha vida e saibam que vocês foram peças fundamentais para que eu enfrentasse essa loucura que é dar conta de tanta coisa ao mesmo tempo. Vocês são acalento, refúgio, força e amor nos meus dias.

Aos meus alunos e alunas da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, que abraçaram esta pesquisa e mergulharam na história de Pau dos Ferros-RN junto comigo, seja por meio dos formulários, das aulas online e presenciais e até mesmo compreendendo meus limites dentro da sala de aula; saibam que vocês são

inspiração e motivação diária para que eu busque ser uma profissional cada vez melhor.

Agradeço ao meu grande orientador, Prof. Dr. Marcílio Lima Falcão. As aulas online não impediram de perceber sua sensibilidade, seu amor pela profissão e sua dedicação ao fazer o que você se propõe. Confesso que desde as primeiras aulas eu já sabia que seria você que enfrentaria esse desafio junto comigo e, consegui. Mais que um orientador, você se tornou um amigo, compreensivo e acolhedor quando precisei, profissional e pragmático quando necessário; mas muito mais solícito, colaborativo e paciente diante de tantos imprevistos causados pela minha rotina exaustiva. Desculpa pelas falhas nos prazos e pelo trabalho com a escrita e, muito obrigada, Marcílio, por tudo que pude aprender com você, não apenas sobre história, memória, museus e tantos outros conceitos que debatemos, mas muito mais sobre como um professor é gigante ao saber partilhar o seu conhecimento com humildade, carisma e, principalmente, compreensão e acolhimento. Quem dera existem tantos “Marcílios” na vida acadêmica, talvez ela fosse menos exaustiva.

Por fim, gratidão ao ProfHistória, pela oportunidade ao retornar à universidade por meio deste programa incrível e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por proporcionar a viabilidade e o incentivo à pesquisa, tornando possível, mesmo em tempos tão difíceis para o desenvolvimento científico no nosso país, (re)descobrir que sempre é tempo de recomeçar!

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como tema o uso do patrimônio cultural da cidade de Pau dos Ferros-RN e seus lugares de memória, como potenciais articuladores para o desenvolvimento do ensino de história local, quando utilizados de maneira contextualizada e permitindo a participação dos alunos diante da análise destes patrimônios. Contudo, objetiva-se problematizar a relação dos alunos e alunas da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, em especial os que cursaram o ensino médio, especificamente a 3ª série, durante o ano de 2021, à cerca de suas percepções e compreensões sobre a cidade onde vivem. Neste sentido, visa-se a utilização de um jogo didático como ferramenta pedagógica para tornar este contato com o patrimônio local e a história de Pau dos Ferros-RN, a fim de inserir esta temática na prática do currículo escolar, buscando o protagonismo estudantil no processo de construção e desenvolvimento do ensino e da aprendizagem histórica.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Cidade de Pau dos Ferros – RN; Jogo Didático; Ensino de História Local.

ABSTRACT

This research presents as its theme the use of the cultural heritage of the city of Pau dos Ferros-RN and its places of memory, as potential articulators for the development of local history teaching, when used in a contextualized way and allowing students to participate in the analysis. of these assets. However, the objective is to problematize the relationship of students of Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, especially those who attended high school, specifically the 3rd grade, during the year 2021, about their perceptions and understandings about the city where they live. In this sense, the aim is to use a didactic game as a pedagogical tool to make this contact with the local heritage and the history of Pau dos Ferros-RN, in order to insert this theme in the practice of the school curriculum, seeking student protagonism in the process of construction and development of historical teaching and learning.

Keywords: Cultural Heritage; City of Pau dos Ferros – RN; Didactic Game; Teaching Local History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Grupo Escolar Joaquim Correia (1930) 50

Figura 2: Casa de Cultura Popular “Joaquim Correia” (2020) 51

Figura 3: Galeria de Arte I (2022) 52

Figura 4: Galeria de Arte II (2022) 52

Figura 5: Sala de Música (2022) 53

Figura 6: Praça da Matriz e Pavilhão – Décadas de 1960/1970.....56

Figura 7: Obelisco e Concha Acústica – Praça da Matriz (Década de 1990) 57

Figura 8: Praça da Matriz “Monsenhor Caminha” (2014) 58

Figura 9: Praça de Eventos “Nossa Senhora da Conceição” (2022) 59

Figura 10: Praça de Eventos durante a FINECAP (2022) 60

Figura 11: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Década de 1960) 62

Figura 12: Modificações no altar da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....63

Figura 13: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (2016) 64

Figura 14: Abertura da Festa de Nossa Senhora da Conceição (2021) 64

Figura 15: Museu da Cultura Sertaneja.....67

Figura 16: Leitura do livro “Pau dos Ferros à Sombra da Oiticica” (2021) 92

Figura 17: Aplicação do Jogo Didático “Os caminhos que levam ao Patrimônio Cultural de Pau dos Ferros-RN (2022).....92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

EJA: Educação de Jovens e Adultos

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

FINECAP: Educação, Cultura, Turismo e Negócios do Alto Oeste Potiguar

DIREC: Diretoria Regional de Educação e Cultura

MCS: Museu de Cultura Sertaneja

UERN: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

CAMEAM: *Campus* Avançado “Prof.ª Maria Elisa de Albuquerque Maia”

CAPF: Campus Pau dos Ferros

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos/as alunos/as.....71
Gráfico 2: Gênero dos/as alunos/as.....72
Gráfico 3: Como você se considera?.....72
Gráfico 4: Série dos/as alunos/as.....73
Gráfico 5: Turno que os/as alunos/as estudam.....73
Gráfico 6: Lugares que os/as alunos/as frequentam.....74
Gráfico 7: Atividades que os/as alunos/as realizam fora da escola.....75
Gráfico 8: Você já estudou sobre a história de Pau dos Ferros-RN?.....76
Gráfico 9: Você já estudou sobre patrimônio na escola?.....77
Gráfico 10: Como ocorreram as visitas aos patrimônios.....77
Gráfico 11: Atividades realizadas nas aulas de campo.....78
Gráfico 12: Avaliação das visitas aos patrimônios 79
Gráfico 13: Contribuições para a preservação dos patrimônios da cidade 79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13
1. PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.....23
1.1 Para além da escala.....25
1.2 O papel do Patrimônio Cultural 36

2. ENTRE O DADO E O SENTIDO: PATRIMÔNIO LOCAL E A HISTÓRIA DE PAU DOS FERROS NA SALA DE AULA 48
2.1 Os patrimônios dados 48
2.1.1 A Casa.....49
2.1.2 As Praças.....54
2.1.3 A Igreja.....61
2.1.4 O Museu..... 65
2.2 O patrimônio na sala de aula.....70

3. JOGO DIDÁTICO: OS CAMINHOS QUE LEVAM AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PAU DOS FERROS/RN.....80
3.1 O tabuleiro e as cartas.....83
3.2 Versão online.....86
3.3 Regras e aplicabilidade no ensino 88
3.4 Relato de experiência: Jogo didático “Os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN” 90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99
APÊNDICES.....103
ANEXOS..... 117

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui intitulada **“Ao aboio dos vaqueiros bravios”:** *ensino de história e o patrimônio cultural na fabricação e circulação do passado de Pau dos Ferros/RN,* partiu da inquietação ao pensar sobre a arte de ensinar história na educação básica. Utilizando a história da cidade de Pau dos Ferros/RN[1] como enfoque, encarando-a como um desafio um tanto quanto aprazível de superar, ao passo que se busca compreender como este processo se desenvolve no chão da sala de aula e fora dele, utilizando os patrimônios culturais que expressam a historicidade local e dão margem para as problematizações que foram possíveis de efetuar neste trabalho.

Os relatos sobre a origem da cidade de Pau dos Ferros/RN apresentam que no território onde hoje ela está localizada, viviam os índios panatis, que não possuem destaque nas narrativas memorialísticas desta localidade, pois os vaqueiros desbravadores que ocuparam essas terras, por volta do final do século XVII e início do século XVIII, utilizaram as margens do Rio Apodi como curso de sua passagem e as sombras das Oiticicas para descanso, tornando-se protagonistas do início do povoamento local. Dessa forma, o trecho “Ao aboio dos vaqueiros bravios”, utilizado como título deste trabalho, é parte do hino da cidade e enfatiza a identidade local produzida a partir das memórias que remetem à origem da cidade, estas que também estão inseridas nos lugares que envolvem as memórias sobre a cidade, como o Museu do Sertanejo, as Praças, a Igreja e a Casa de Cultura.

Vista como cidade polo da região do alto oeste potiguar, Pau dos Ferros se tornou centro comercial e político para mais de 40 cidades circunvizinhas. Porém, por mais que este desenvolvimento, com traços modernizantes, represente um avanço econômico para a cidade, as memórias construídas não possuem a valorização, o reconhecimento e a percepção histórica necessárias para desenvolver a representação de uma identidade local que permita aos sujeitos que nela estão inseridos se enxergarem diante da origem da cidade e se reconhecerem neste

1 Situada no interior do estado, à cerca de 389km da capital Natal, encontra-se na condição de cidade polo do Alto-Oeste Potiguar. Com 260 km² de área e pouco mais de trinta mil habitantes, além da população flutuante que frequenta a cidade todos os dias advinda das cidades circunvizinhas, sendo considerada uma cidade bastante ativa comercialmente, apesar da sua pequena área.

processo de construção da história local, uma vez que “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (HALL, 2006, p.71).

É partindo desse pressuposto que esse trabalho visa desenvolver o conhecimento da história local, pensada como objeto de conhecimento e lugar de onde parte esse conhecimento, problematizando comemorações que sintetizam a identidade da cidade; buscando refletir como tantos outros patrimônios culturais compõem esta identidade local através da historicidade que representam (COSTA, 2019).

Diante das proposições expostas, sobre o ensino de história local, articulando teoria e prática, surgiu o interesse de entender como se constitui o conhecimento histórico escolar a respeito de Pau dos Ferros/RN. Este ímpeto manifestou-se, em 2013, logo após a conclusão curso de História na UFRN e a partir da experiência como professora de história na Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, em Pau dos Ferros. Com o trabalho pedagógico em sala de aula, foi possível perceber que poucos são os momentos em que o currículo nos permite trabalhar a história local no Ensino Fundamental II e, principalmente, no Ensino Médio. É angustiante ver o quanto os alunos e alunas aprendem a história de outros estados, países e continentes, que ganham tal prioridade no livro didático, conhecendo e se voltando tão pouco para sua própria história, algo que afeta diretamente no sentimento de pertencimento local destes estudantes e, até mesmo, os distanciam do gosto pela história.

A Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas faz parte da rede de ensino do Estado do Rio Grande do Norte, pertencente à 15ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC), localizada na Rua Respício José do Nascimento, s/n, no Bairro Princesinha do Oeste, no município de Pau dos Ferros/RN. Apesar de ser localizada em um bairro predominantemente habitado pela classe média da cidade, o grande público é formado por crianças e adolescentes de áreas socialmente mais vulneráveis, como o bairro Manoel Deodato, além de algumas comunidades rurais como o Sítio Grossos e a comunidade Barragem. A escola oferece o ensino regular, desde os anos finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano), nos turnos matutino e vespertino; bem como o Ensino Médio (1ª série a 3ª série), nos turnos matutino,

vespertino e noturno; além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno, contando atualmente com um núcleo gestor formado por diretor, vice-diretor, apoio pedagógico, coordenação pedagógica; funcionários do setor administrativo, financeiro, biblioteca, limpeza, cozinha, 26 professores e cerca de 714 alunos matriculados.

Desta forma, as motivações que levam a desenvolver este trabalho relacionam-se com a pretensão em entender os usos dos patrimônios culturais existentes na cidade, nas aulas de história, a fim de constituir a possibilidade de estudar a história local, dentro e fora da sala de aula. Entendido como um espaço ou uma manifestação pública que representa a história e a identidade de um lugar, o patrimônio cultural remete aos patrimônios como lugares que permitem lembrar, rememorar e conhecer o passado de maneira identitária e com sentimento de pertencimento.

Neste sentido, a relevância social da pesquisa ancora-se nas reflexões produzidas pelos alunos e alunas da rede básica a partir da produção de conhecimentos sobre o passado de sua cidade no chão da sala de aula, por meio de leituras, interpretações e trocas de experiências que envolvem a relação entre memória, história e ludicidade. Destaca-se assim, a possibilidade de proporcionar momentos em que os estudantes possam expressar a maneira que eles se comportam diante da sua própria identidade, tornando-os sujeitos reflexivos sobre suas ligações com a cidade; para que eles compreendem que a cidade é uma comunidade e que eles estão inseridos nesse contexto.

Além disso, existem diversos estudos acadêmicos que versam sobre a história local e o ensino de história, tratando da teoria, da importância desta inserção no currículo escolar e de experiências específicas em outras localidades, porém, destaca-se a necessidade de uma abordagem problematizada sobre a história da cidade de Pau dos Ferros-RN por meio dos seus patrimônios culturais e seus usos na sala de aula, tendo em vista que os trabalhos acadêmicos existentes não possuem esse enfoque, entre os quais “Memória do sertão: arquitetura religiosa de Pau dos Ferros” que trata sobre o patrimônio no seu âmbito religioso no que tange às suas modificações e permanências estruturais e arquitetônicas; tal qual “A cidade como um imã –análise espacial no centro de Pau dos Ferros/RN” que aborda os

principais objetos urbanos da cidade que estão diretamente ligados à sua cultura e atração das pessoas àquele espaço.

Nesta perspectiva, acredita-se que esta pesquisa seja pertinente para o Mestrado Profissional em Ensino de História – *ProfHistória* , tendo em vista a necessidade de articular a proposta com a realidade e o universo do ensino de história local nas escolas da cidade de Pau dos Ferros/RN, com o objetivo de compreender que o ensino da história na atualidade precisa ser repensado tanto no que compete aos modelos e as formas didático-pedagógicas, quanto nas questões que envolvem a relação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

A experiência compartilhada por esta pesquisa, poderá ser desenvolvida em outras localidades, propagando, assim, o ensino da história local por meio dos patrimônios culturais como uma metodologia ativa e eficiente para a construção e o desenvolvimento da criticidade dos estudantes e sua aproximação com a história como disciplina curricular.

Nesse processo, tornou-se importante compreender a didática dos professores e professoras a partir de suas práticas escolares, narradas por eles, sobre os projetos e as motivações que os levam a ter a iniciativa de trabalhar a história da cidade de Pau dos Ferros/RN nas turmas que cursaram a 1ª série do Ensino Médio, na Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas no ano de 2018, quando se utilizam do Museu de Cultura Sertaneja, dos equipamentos urbanos - como a Praça Monsenhor Caminha (Praça da Matriz) e a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia.

Ações como estas proporcionam chaves de leitura para a comunidade escolar e para a sociedade como um todo, oportunizando uma melhor compreensão histórica da sua origem, do seu entorno, dos motivos pelos quais aqueles equipamentos urbanos existem e são dispostos de tal maneira, o que representam e quais memórias buscam evidenciar, ofuscar ou manter sobre a cidade.

Para tanto, a viabilidade da pesquisa se mostrou presente a partir da possibilidade do acesso às fontes documentais que versam sobre a importância destes equipamentos urbanos para a história da cidade e das práticas docentes, como relatórios das exposições e de visitas ao museu. Além disso, também foi possível analisar as narrativas dos professores(as) e alunos(as) a respeito da

experiência em entrar em contato com esses patrimônios culturais ao estudar a história local – suas intencionalidades e suas percepções, conhecendo como o ensino de história local nos espaços escolares e não-escolares vem sendo desenvolvido e como esta relação se caracteriza no processo educacional. Assim sendo, é possível considerar a ação dos professores, bem como o quanto este processo pode interferir na efetivação construtiva e na melhoria do processo de ensino aprendizagem dos alunos na educação básica.

Desse modo, a História Local é um campo de observação e análise histórica que vem ganhando espaço nas abordagens de pesquisa, principalmente no tocante a desenvolver a identidade cultural e histórica de um determinado lugar, além de inserir na discussão conceitos importantes para o reconhecimento do sujeito enquanto ser que constrói e descreve a sua própria história, inserindo-o num contexto de identificação com este campo de conhecimento.

A problematização do conceito de História Local, é feita a partir do diálogo que o relaciona com o ensino de história, no sentido de pensá-lo como objeto e lugar da produção do conhecimento, uma vez que “uma primeira discussão que ela permite fazer é sobre a “presença de história” em espaços como objeto ou a partir de sujeitos que, no senso comum, não seria cogitada” (COSTA, 2019, p. 132).

Dessa forma, pode-se compreender a relevância em abordar a discussão sobre história local em sala de aula, pois esta aproxima o aluno ao seu contexto histórico, incentivando sua participação direta na construção do conhecimento, além de ser uma ferramenta interdisciplinar, que vai além dos recortes espaciais e temporais, mas que também insere temáticas pouco exploradas no currículo escolar e nos livros didáticos.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o Ensino Médio, aponta como sua primeira competência específica das Ciências Humanas e Sociais aplicadas que o aluno consiga

> Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BRASIL, 2018, p. 571).

A proposta de análise sobre a cidade nesta pesquisa vai além da compreensão de sua forma física, delimitada por fronteiras geográficas e composta por construções estruturais, compreendendo-a como um espaço de memórias, em constante movimento e negociação. Argumentando sobre o conceito de cidade, Brescianni (2002) se posiciona enfatizando a importância da análise da cidade e das memórias que ela traz do passado através de suas permanências no presente, sejam estas por meio de narrativas ou de monumentos. Ao destacar que “uma cidade dispõe de uma quase personalidade específica que estimula o potencial da imaginação ao recriar formas baseadas em experiências” (BRESCIANNI, 2002, p. 31), a autora contribui para discussão que insere a cidade enquanto espaço que desenvolve memórias capazes de promover a identificação do estudante enquanto sujeito histórico. Neste caso, é possível, também, compreender que “a cidade apresenta o paradoxo de se oferecer inteira numa só olhada e ser, ao mesmo tempo, resistente a um conhecimento completo.”, ou seja, que os espaços que a constituem e as intencionalidades que permeiam sua representatividade para a história local estão em constante transformação – a cidade dada também é sentida por meio de experiências individuais ou coletivas.

O estudo sobre a memória se torna fundamental para que a compreensão histórica sobre o tempo dos homens possa ser problematizada como construções e referenciais, cujos rastros tornam possível uma história social da memória. Uma história que encontre na memória seu objeto de reflexão e a entenda como “um fenômeno construído”, com intencionalidade na organização e manutenção dessa memória, seja ela proposital ou espontânea, mas a memória filtra e mantém o que, de certa forma, nos identifica (POLLAK, 1992, p. 204). Ou seja, a memória está diretamente ligada à identidade, seja individual ou coletiva.

Diante dessas questões e experienciando um tempo de profundas transformações, que apontavam a um “novo regime de historicidade”, os estudos de Pierre Nora indicam ao conceito de “Lugares de Memória como sendo uma falta dos meios de produção e circulação da memória, ou, antes de tudo, um resto” (NORA, 1993, p. 12-13). Essa ausência, segundo Nora, indica a importância do reconhecimento dos lugares de memória para a manutenção ou problematização do passado que é posto ao presente; estes lugares seriam como “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais,

monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade". Ou seja, sua problematização é imprescindível à reflexão sobre as múltiplas dimensões que as ressignificações sobre o passado possuem na construção de uma memória da e sobre a cidade. Todo esse processo é possível através da análise da historicidade dos equipamentos urbanos, essenciais ao entendimento da constituição e sentido do patrimônio como algo que vai além da simbolização e representação, que possui uma função mediadora e, "de certo modo, constrói, forma pessoas" (GONÇALVES, 2003, p. 31).

A problematização destes espaços – sejam eles construções ou eventos – que representam algum acontecimento ou marco importante para história de uma determinada sociedade estão inseridos nesse conceito, o que acaba remetendo às suas singularidades em relação aos lugares de memória. A história, então, por possuir objetividade e um certo distanciamento do fato – necessário para manter a objetividade da construção do conhecimento – é capaz de equiparar a memória particular e torná-la contextualizada coletivamente.

Ressalta-se, também, que a memória e a história apesar de se diferenciarem, são congruentes no processo de construção de uma educação para a consciência histórica que, segundo Rüsen, passa pelas distinções, usos e apropriações entre história e memória a partir de suas potencialidades que vão "além da relação com a experiência e das possibilidades de articulação da memória, transformando-a em história. É justamente nesse passo que se reconhece culturalmente a história como ciência" da análise, interpretação e contextualização da memória (RÜSEN, 2015, p. 227). Nessa acepção, a consciência histórica é o ponto a se chegar na produção do sentido e uso diante dos acontecimentos narrados.

Dessa forma, o conceito de cultura histórica é pertinente à medida que "tenciona explicar os potenciais da memória, pois esta carrega a consciência histórica com a energia vital de um passado sempre presente" (RÜSEN, 2015, p. 227). Argumentando neste mesmo sentido, Rebeca Gontijo fomenta a ideia que "a cultura histórica fornece, portanto, uma espécie de substrato para orientação no tempo, para o fortalecimento de identidades coletivas, para coesão de grupos e a legitimação de domínios" (GONTIJO, 2019, p. 69), o que possibilita entender como a sociedade se relaciona com as narrativas sobre o seu passado.

É necessário, então, compreender este processo como algo dinâmico e repleto de interpretações dos mais variados sentidos, pois “neste caso o que está em jogo não é o conhecimento erudito, mas as relações cognitivas e afetivas com o passado, a autocompreensão das comunidades no presente e suas projeções sobre o futuro” (GONTIJO, 2019, p. 69). Ou seja, é necessário analisar a construção do conhecimento histórico como inerente ao processo de reconhecimento da identidade do estudante, partindo da sua realidade local. É nesse sentido que a oralidade aparece como imprescindível à análise das narrativas memoráveis presentes nestes espaços, para que seja possível esse contato com as maneiras nas quais esse passado está sendo trabalhado e discutido, dentro e fora da sala de aula.

Para o historiador Gisafran Nazareno Mota Jucá (2001) a história oral (ou pelo menos a oralidade) sempre foi utilizada como fonte desde a antiguidade, porém, quando a história de institucionalizou enquanto ciência, no século XIX, a fonte documental escrita foi colocada como fonte primária e os depoimentos escritos como fonte secundária, enquanto a oralidade era renegada. Apenas em meados do séc. XX a oralidade retorna como fonte juntamente a abordagem da Nova História e seu espaço para os menos favorecidos ou considerados “sem história”, com a intenção de democratizar a história.

De acordo com Portelli (1997, p. 39), “A história oral não tem sujeito unificado; é contida de uma multiplicidade e pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador”. Assim, a história oral possibilita problematizações sobre a subjetividade de eventos conhecidos pela história oficial, apontando as articulações e as expectativas sobre o seu uso; o que envolveu tal acontecimento de forma real ou esperada, sendo tão importante quanto o fato visível. Enquanto metodologia, a história oral remete à singularidade e ao movimento da história, no sentido de transcorrer temporalidades e de saber que a qualidade e o conteúdo das narrativas são exclusivos e irrepetíveis.

Essas singularidades expressam as potencialidades da oralidade para a pesquisa em história, a medida que a relação estabelecida entre entrevistado e pesquisados também se configura como uma partilha que contribui para “a interação entre a experiência pessoal e o fio intricado da história coletiva” (DELGADO, 2010, p. 20). Por isso, a história oral será utilizada neste trabalho para entender como a

história local da cidade de Pau dos Ferros/RN é trabalhada nas escolas, através de relatos dos professores e das professoras, bem como dos alunos e alunas que compartilham dessa experiência.

Dessa maneira, a pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico envolvendo trabalhos de pesquisadores locais, bem como de estudos voltados aos patrimônios culturais elencados. Concomitante a isso, foram realizados estudos complementares sobre os principais conceitos relacionados à pesquisa, buscando articular os conceitos de patrimônio, memória e ensino de história.

Já num segundo momento, foi utilizada a metodologia da história oral, por meio de entrevistas à professores e professoras que utilizam os lugares elencados em visitas e aulas de campo, como fonte de análise histórica, buscando saber em qual perspectiva acontece este contato dos alunos com o patrimônio e de que forma é abordada a história local durante as aulas. Além disso, foram realizados formulários para que os alunos e alunas que cursaram o ensino médio do ano de na Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, a fim de compreender como está sendo desenvolvido o conhecimento sobre a história da cidade de Pau dos Ferros/RN, a partir da problematização desses patrimônios.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre ensino de história e patrimônio cultural, no sentido de entender a construção e circulação de saberes sobre temporalidades e espacialidades da história da cidade de Pau dos Ferros/RN. Além de analisar a relação entre patrimônio e ensino de história; compreender as peculiaridades dos lugares de memória em Pau dos Ferros por meio do uso do passado nas comemorações cívicas e religiosas da cidade, bem como a construção das narrativas históricas sobre Pau dos Ferros/RN a partir da análise de obras historiográficas, construções arquitetônicas, equipamentos culturais e símbolos municipais (Hino, Brasão e Bandeira); refletir sobre o uso didático dos lugares de memória no ensino de história local em Pau dos Ferros/RN; e desenvolver um produto com finalidade pedagógica para a construção e circulação de saberes nas aulas de história sobre a cidade e Pau dos Ferros/RN – um jogo de tabuleiro sobre história local do município, que poderá servir como instrumento didático para que os professores utilizem em sala de aula, como um atrativo lúdico que permitirá a construção do conhecimento por parte dos alunos.

O primeiro capítulo trata da discussão dos principais conceitos que embasaram a pesquisa, tais como: memória, cidade, lugares de memória, ensino de história, história local, conhecimento histórico escolar, dentre outros. A proposta é relacionar esses conceitos à prática de sala de aula e como essa discussão pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da história local.

O segundo capítulo objetiva a apresentação e circulação dos saber à cerca dos lugares de memória da cidade de Pau dos Ferros/RN e como estes se destacam na memória pessoal e coletiva da sociedade local, bem como a importância destes para a fomentação do conhecimento histórico escolar sobre a história local. Além disso, conta com a análise dos relatos dos alunos da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, da cidade de Pau dos Ferros/RN, com o intuito de compreender as competências e habilidades desenvolvidas no ensino de história a partir dos usos dos patrimônios culturais da cidade.

Por fim, o último capítulo demonstra a produção de um jogo didático que conta com a versão física e digital, a fim de proporcionar a ludicidade, o trabalho em equipe e a construção do conhecimento histórico por meio de um jogo de tabuleiro.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

A história local e o ensino de história protagonizam complexas relações no campo da construção do conhecimento. A História pode ser compreendida, enquanto disciplina curricular, como a grande responsável por articular o pensamento crítico, a visão holística dos fatos e a inserção dos sujeitos como agentes ativos na formação da sociedade na qual estão inseridos, contribuindo para a cidadania e para a melhor compreensão do contexto histórico que o alunado pertence. O que se percebe é que o ensino de história tem sua historicidade e vai se moldando por relações de força e intencionalidades, até conseguir desenvolver projetos e demandas que expressam a liberdade de transparecer o que a sociedade do contexto atual busca saber.

Nesse sentido, o ensino da história local se faz necessário para contribuir com a fomentação da identidade e do conhecimento sobre o que passou a definir uma sociedade. É bem visível o quanto o currículo retrai o ensino da história local e o limita aos anos iniciais do ensino fundamental, como algo básico à percepção do conhecimento histórico, mas que se torna superficial por não ser explorado e aprofundado nas séries seguintes, onde outros conteúdos acabam se tornando prioridade em detrimento da história local.

Ensinar história local é muito mais do que pensar a escala, é problematizar a importância de valorizar as experiências que fazem parte da nossa gente, é refletir sobre acontecimentos que não foram selecionados e, muitas vezes, ficam nos “escombros do passado,” não ganham espaço na escrita sobre a história nacional, dos grandes nomes, na história política e das elites.

Diante dessa perspectiva, as discussões se encaminham em torno de como o aluno compreende a história e a construção do seu conhecimento, ou seja, que existe uma metodologia, que a história não é um produto acabado, mas que há um processo de desenvolvimento do conhecimento histórico, fruto de um trabalho específico, envolvendo teoria e prática. É nesse sentido que o professor/a de história tem relevância no processo de ensino e aprendizagem, ao saber que a docência, enquanto atividade intelectual, efetiva-se na relação entre a ação mediadora e o

lugar que o aluno ocupa como sujeito da construção e circulação de saberes históricos.

A partir destas observações, os alunos são incentivados a se tornarem agentes ativos do processo de construção do conhecimento histórico, ao mergulharem na história local e se identificarem com o que estão aprendendo sobre seu bairro, sua cidade, sua região.

Para desenvolver tais habilidades e competências, é necessário ressaltar que o ensino de história promove uma reflexão sobre as narrativas referentes às experiencias pretéritas, mas não se limita a isto. Ensinar história requer dos docentes uma prática sobre o conhecimento histórico que atraia a atenção e o interesse dos alunos para pautas que sejam inerentes a sua formação, que façam parte do seu cotidiano e que se adaptem à sua realidade de vida.

Essa compreensão se dá não apenas por meio do que é posto no livro didático, com temas que estão distantes dos alunos, no tempo e no espaço, mas atrelando esse conhecimento às narrativas de experiência e de percepção dos alunos à cerca do local em que vivem, como se identificam ou não com a história de onde residem, de que maneira conseguem expressar sua experiência histórica.

Assim, o ensino de história na educação básica oportuniza diversas discussões no âmbito escolar e acadêmico, em busca de novas metodologias, fontes e linguagens que sejam acessíveis ao alunado e que atraiam o interesse destes para a relevância do conhecimento histórico. Para os professores, o desafio é lançado cotidianamente, por meio do currículo, de diretrizes e, principalmente, da realidade local que deve ser adequada a todo esse contexto escolar que é hierarquicamente imposto; enquanto isso, para os estudantes, torna-se desafiador ter que compreender realidades distantes sem conseguir relacioná-las à sua vivência, por falta dessa abordagem da história local em todos os níveis da educação escolar. Por isso, se faz necessário discutir a importância da história local para um bom desenvolvimento do ensino de história na educação básica, ressaltando as problemáticas que envolvem essa temática.

1.1 Para além da escala

A escala ou recorte local é o espaço onde o aluno está inserido, podendo ser compreendida como um campo propício ao desenvolvimento do conhecimento histórico, por conseguir abranger recortes temporais e espaciais diretamente ligados às experiências e expectativas dos alunos.

Por se tratar de uma abordagem que permite a aproximação dos alunos com diversas temporalidades perpassadas pelo ambiente em que eles vivem, por fatos históricos que fazem parte das memórias de suas famílias, por agentes históricos nos quais eles se identificam. O estudante consegue visualizar com mais facilidade o processo histórico que promoveu a identidade local e, ao analisá-lo propõe-se a desenvolver seu próprio conhecimento histórico, com base em suas indagações e vivências locais.

Ou seja, estimular a possibilidade deos estudantes adquirirem conhecimento a partir de uma outra visão do conteúdo, que não precisa ser linear nem tradicional, mas que permita compreender o seu contexto local e, a partir disso, desperte a importância de ampliar seus conhecimentos históricos, percebendo continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, que tornam peculiar a história de cada lugar.

Isso é possível porque a história local proporciona análises políticas, econômicas, sociais, culturais e dentre diversos outros aspectos que compõem a sociedade, através da aproximação que se tem com os acontecimentos locais, que envolvem direta ou indiretamente a realidade dos estudantes, pois segundo Schmidt:

> Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais; com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos. (SCHMIDT, 2007, p. 190)

Ou seja, compreendendo o espaço onde vive e as dinâmicas que envolvem o processo de formação de lugar, os estudantes entram em contato com conceitos básicos para a compreensão da história e, assim, podem utilizar sua compreensão

local para outros contextos históricos que estão presentes no currículo escolar e que são tão importantes para o desenvolvimento da consciência histórica.

Nesse sentido, a mediação dos professores é fundamental para a fomentação deste processo de construção do conhecimento, pois partindo da história local, consegue-se mobilizar a atenção e a curiosidade e dos alunos para a disciplina de história. Com isso, partindo da escala local, onde o aluno se sente mais à vontade e seguro de opinar e contribuir durante as aulas por tratar do seu lugar, da sua experiência, da sua identidade, o professor articula a participação recorrente deste aluno e o estimula a pesquisar, a construir conceitos e a analisar criticamente as fontes históricas.

Isso ajuda a desmistificar a ideia arraigada durante muito tempo que a história é decorativa, é distante da realidade por ser eurocêntrica, que estuda acontecimentos distantes, isolados, que de início não fazem sentido para os alunos e que a história local não tem espaço no currículo do Ensino Médio. Ou seja, a história local contribui para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma gradual, seguindo as etapas de um processo: a identificação local, a absorção do conteúdo, a análise e a construção do conhecimento, pois a partir do momento em que o aluno compreende o papel da história, por meio da realidade local, ele passará a entender melhor as discussões sobre outras temporalidades e outros contextos, tecendo assim sua própria narrativa.

O tecer dessa narrativa é muito válido para que a história local seja vista como algo fundamental para a percepção da consciência histórica que já existe nos estudantes, mas que muitas vezes não são exploradas de forma mais incisiva, como deveria, pois trata-se do processo pelo qual a consciência humana é constituída como consciência histórica, e a "história", ao mesmo tempo, é constituída como o conteúdo dessa consciência (RUSEN, 2012, p. 37). Essa reflexão leva a entender que é necessário o conhecimento histórico ser mais aprofundado para que os jovens possam sistematizá-lo e produzir sua própria narrativa, por meio de uma visão peculiar dos acontecimentos estudados, transformando este conhecimento em atitudes voltadas à efetivação de uma consciência histórica.

Ainda sob a ótica de Rusen, outro aspecto que merece destaque no que cerne aos estudos sobre a história local é a temporalidade, que atrelada à

consciência histórica, também contribui para o desenvolvimento dessa narrativa, pois:

> (...) o tempo é visto como a experiência de mudança do homem e do seu mundo e como a esperança de que estas mudanças estejam relacionadas entre si, para que as pessoas possam se organizar no fluxo do tempo. (...) o significado formado através da experiência do tempo é realizado através do ato de contar histórias. Neste ato, forma-se a "história" no sentido de uma estrutura de uma experiência no tempo. (RUSEN, 2012, p. 38)

De acordo com essa percepção das temporalidades que permeiam os acontecimentos locais, os jovens conseguem problematizar a história, compreendendo os motivos que levaram a construção da história local tal qual como se conhece hoje em dia e, indo muito mais além do que o convencional, pois estará sendo formulada de acordo com o que é percebido e vivido de perto, dentro da sua própria realidade.

A história local não se restringe a uma proposta de conteúdo para ser exposto pelos professores em diálogo com os alunos, mas também é possível ser encarada como uma proposta pedagógica, que é capaz de modificar a maneira na qual o conteúdo chega até o aluno, “uma tentativa de ruptura com a narrativa histórica pautada na linearidade e a opção pelo tratamento temático dos conteúdos a serem ensinados” (SCHMIDT, 2007, p. 192). Tratar os conteúdos por temas ao invés de seguir uma cronologia, torna-se muito mais possível através da história local, pois os alunos podem analisar fontes que se encaixam em suas realidades para compreender de forma mais ampla uma determinada temática, partindo do local para um contexto mais geral, ou seja, “os alunos podem se reapropriar deles, de maneira qualitativamente nova, recriando-os a partir de suas próprias experiências” (SCHMIDT, 2007, p. 195). Logo, considerar a percepção dos alunos através de sua experiência de vida, da realidade em que estão inseridos, torna o processo de construção do conhecimento mais contextualizado, contribuindo para a efetivação da consciência histórica desses jovens, como reflete Schmidt:

> Isto aponta para o fato de que a construção da consciência histórica crítica exige conteúdos que permitam o desenvolvimento de determinadas argumentações históricas indicadoras de uma contranarrativa, na medida em que se pode buscar a mobilização entre os alunos, não de todo passado, mas de experiências específicas do passado. (SCHMIDIT, 2007, p. 195)

Esse tipo de abordagem muitas vezes possui limitações para ser posta em prática pelos entraves que são impostos pelo currículo e até mesmo pelo próprio livro didático, assim, temos na história local uma possibilidade de trabalhar com projetos e aulas temáticas, por meio de fontes como documentos pessoais, oficiais, registros de família e equipamentos urbanos, como os patrimônios da cidade, demonstrando que “alunos e professores podem se apropriar da história como uma ferramenta com a qual romperiam, destruiriam e decifrariam a linearidade histórica fazendo com que ela perca o seu poder como única fonte de orientação para a compreensão do presente” (SCHMIDT, 2007, p. 196).

Para tanto, a escola é um espaço fundamental para essa discussão, tendo os professores como mediadores da produção deste conhecimento, por meio das suas metodologias, de proporcionar o contato direto e/ou indireto com as fontes a serem analisadas, além do embasamento teórico que contribuirá para a contextualização das memórias analisadas.

Apesar de serem inúmeros os benefícios em trabalhar a história local, ainda há uma dificuldade muito grande na ascensão da história local no ensino básico, principalmente se tratando dos anos finais do Ensino Fundamental e, mais ainda, no Ensino Médio. Essas dificuldades perpassam diversas áreas que envolvem a construção dos saberes, desde as diretrizes que definem os currículos do ensino básico e os conteúdos presentes nos livros didáticos de história, até a dificuldade encontrada pelos professores de inserir a história local como prioridade em suas aulas, por diversos fatores que serão abordados a seguir.

A história local está presente desde a educação infantil, onde os estudantes já passam a ter uma certa noção de sua origem e do lugar onde vivem, principalmente quando as atividades psicomotoras são realizadas envolvendo datas comemorativas, como o dia em que se comemora a emancipação da cidade ou algo relacionado a algum evento que se julgue tradicionalmente importante para a história local, como expressa a Base Nacional Comum Curricular – BNCC em um dos objetivos de aprendizagem voltados para a Educação infantil: “(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade” (BRASIL, 2018, p. 51).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a história local também está presente no currículo, dando continuidade o que foi trabalhado no nível de ensino anterior, em busca da construção desse sujeito histórico, sua identidade e o reconhecimento do outro e do local onde vivem. Isso está estabelecido de maneira formalizada e amparada pela Base Nacional Comum Curricular, que indica a inserção desta temática nas aulas de história através dos seus objetos de conhecimento, envolvendo o patrimônio histórico e cultural, por exemplo, além das habilidades, principalmente no tocante ao 3° ano do Ensino Fundamental. São em média sete habilidades direcionadas a esta série que envolvem a história local, os patrimônios históricos e culturais, a memória e a identidade, a fim de desenvolver a discussão partindo da realidade na qual os alunos e alunas estão inseridos (BRASIL, 2018). Percebe-se, assim, o destaque dado à história local neste nível de ensino, valorizando-a e desenvolvendo nas crianças a identificação cultural necessária para seu reconhecimento enquanto agente histórico e sua inserção social.

Todavia, ao analisarmos a BNCC voltada para os anos finais do Ensino Fundamental, a história local logo perde seu espaço, que é preenchido por conteúdos também muito significativos, mas que afastam a história do contexto vivido pelo aluno, tornando-a mais eurocêntrica e com uma perspectiva mais generalizada, pois só é citada no documento de maneira superficial, apenas para contextualizar alguns conteúdos, como é o caso do trabalho com as fontes no 6º ano, onde tem-se uma certa abertura para trabalhar a história local ao desenvolver a habilidade de “(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas” (BRASIL, 2018, p. 421) ou quando é necessário contextualizar conteúdos sobre a história do Brasil, como a república, por exemplo, sendo citada nas habilidades do 9º ano: “(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954” (BRASIL, 2018, p. 429).

Assim, se o currículo de história nos anos finais do ensino fundamental restringe a inserção da história local na abordagem das aulas, no Ensino Médio, a depender da BNCC, essa prática também é bastante reduzida, aparecendo em apenas uma competência específica das Ciências Humanas e Sociais para o Ensino Médio, voltada diretamente para a História. Trata-se da competência específica 1:

> Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, 2018, p. 570)

Percebe-se que a competência citada é bastante abrangente e apenas cita o âmbito local, mais uma vez para contextualizar as narrativas e compreensões das demais temáticas a serem trabalhadas numa perspectiva mais geral, sem mencionar especificamente um objeto de conhecimento diretamente local.

Já em relação às habilidades vinculadas a esta competência, destaca-se a quarta habilidade: "(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço" (BRASIL, 2018, p. 572). Esta habilidade pode ser desenvolvida voltada para a história local, onde os lugares de memória seriam fontes ricas para análise e problematização, mas não há uma referência direta à história local neste trecho do documento, permitindo a interpretação neste sentido ou não.

O que vale ressaltar é que mesmo tendo referências à história local na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, torna-se muito difícil pôr em prática, no cotidiano escolar, este tipo de vivência ou conteúdo, tendo em vista que o currículo prioriza outros objetos de conhecimento, outras temáticas e outras abordagens, como por exemplo, a formação dos Estados Nacionais europeus ou a divisão das 13 colônias norte-americanas, ou até mesmo a guerra do ópio na Ásia. Estes acontecimentos são de suma importância para a formação dos nossos jovens e do conhecimento histórico escolar que eles devem desenvolver para compreender melhor o mundo em que eles estão inseridos, mas, para tanto, precisam conhecer inicialmente a realidade que os cerca.

Pode ser levantado o questionamento de que, se os alunos já entram em contato com a história local e que desenvolvem estudos na escola sobre este tema durante outros períodos de sua vida estudantil, como já foi abordado, para quê estudar novamente no ensino médio? O fato é que na fase da adolescência onde se

vive o ensino médio, se faz tão necessário quanto antes realizar essa abordagem, pois

> Partindo dos pressupostos vigotskianos, a adolescência é uma fase propícia para a formação dos conceitos científicos, uma capacidade para pensar além das aparências e que, a partir do pensamento por conceitos, todas as outras funções psicológicas se intelectualizam, incluindo aqui as emoções e sentimentos. (ANJOS, 2014, p. 66)

Sendo assim, a adolescência é o momento em que os jovens se enxergam como seres sociais, que compreendem melhor como funciona a sociedade e todas as suas ramificações – econômica, cultural, política, étnica, social, dentre outras – e que conseguem relacionar e problematizar memórias, temporalidades, identidades e acontecimentos do passado que possuem reflexo no presente.

Um dos maiores problemas que impedem ou dificultam a ênfase na história local é a cobrança realizada pelas avaliações externas, como a Prova Brasil e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que geralmente precisam ser mais amplas, já que avalia estudantes em todo o país e precisam tratar de temáticas que sejam reconhecidas nacionalmente ou que tenham ganhado destaque ao longo da história. Dessa forma, os professores se sentem aprisionados ao currículo, a contemplar o conteúdo prescrito no livro didático para que os alunos apreendam o máximo de conhecimento possível e consigam bons resultados nestas avaliações, afinal, estas costumam interferir não apenas na aprendizagem dos alunos, mas nas estatísticas que estabelecem os investimentos na educação escolar e verificam os índices de desenvolvimento das escolas.

Este modelo de ensino, dito tradicional, que ainda faz parte da realidade das escolas brasileiras, acaba afastando os alunos dos conteúdos trabalhados, pois guia o planejamento pedagógico dos conteúdos através das avaliações externas. Essa é uma maneira de tentar homogeneizar o conhecimento e, se tratando da disciplina história, os prejuízos são inúmeros, deixando em segundo plano a oportunidade dos alunos e alunas entrarem em contato com o que lhes rodeia diretamente, para conhecer realidades que muitas vezes não fazem parte do seu contexto social, que possui sua importância para a pluralidade cultural, mas não prioriza as origens do alunado, que por sua vez também possui suas peculiaridades.

Partindo dessa realidade, mesmo que haja o interesse dos alunos, dos professores, da comunidade escolar em geral, para que o ensino de história aborde

a história local no ensino médio, na prática cotidiana fica muito difícil conciliar com o conteúdo prescrito no livro didático. Diante do exposto, o mais comum é o trabalho por meio de projetos interdisciplinares, que utilizem metodologias e linguagens diferenciadas presentes na música, pintura, teatro, documentário, visitas aos lugares de memória da cidade. Porém, são trabalhos que dificilmente possuem continuidade durante todo o ano letivo, justamente por não ser um tema de fácil acesso ao currículo do ensino médio.

Ainda sob essa perspectiva do ensino tradicional, o livro didático é o grande norteador das aulas no ensino básico, muitas vezes sendo o único suporte ao conteúdo que os alunos possuem em casa para desenvolver seus estudos, assim, os professores costumam utilizá-lo, em certa medida, como único recurso para embasar suas aulas, seguindo seus conteúdos estabelecidos no que tange ao ensino de história.

Porém, sabe-se que apesar de ser um grande e importante suporte conteudista para o desenvolvimento da aprendizagem, os livros didáticos são também repletos de intencionalidades – assim como todas as fontes históricas – e precisam ser analisados com cautela (CIAMPI, 2007). Em sua grande maioria, as editoras evidenciam a história política e social, como forma de ampliar os horizontes de aceitabilidade dentro do ensino tradicional. Ao inserirem leituras complementares, imagens, indicações de fontes para pesquisa, estas geralmente estão atreladas à história de grandes capitais, ou voltadas para regiões que ainda hoje são referências econômicas para o nosso país, como é o caso do sul e sudeste. Assim, a história local de cidades menores, por exemplo, não ganha visibilidade no livro didático, tornando a realidade dos alunos destas localidades ainda mais distante dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Corroborando com Fonseca a respeito do ensino de história local nas escolas,

> como bem sabemos, o que o professor ensina ou deixa de ensinar, o que o aluno aprende ou deixa de aprender, transcendem os limites das propostas curriculares, dos materiais didáticos que são elaborados a partir das diretrizes legais, demandas e critérios localizados fora da escola: órgãos do Estado, universidades, editoras e meios de comunicação. Isto requer de nós pensarmos sobre as mediações entre conhecimento histórico, alunos, professores, as mudanças sociais e culturais, o impacto das novas tecnologias na

> produção de novas informações, de novos conhecimentos e a construção de novas identidades coletivas (FONSECA, 2006, p. 131).

Mais uma vez o papel do professor de história mostra-se indispensável como mediador entre a construção do conhecimento histórico, o espaço escolar e a história local, pois mesmo utilizando tantos aportes e metodologias, é sempre possível inovar e conseguir desconstruir a visão tradicional do ensino e da aprendizagem, tendo a história local como grande aliada nesse processo, se bem utilizada durante as aulas.

Relatando a experiência exitosa de um professor da educação básica ao utilizar a histórica local como abordagem histórica em suas aulas, Helenice Ciampi descreve a importância deste tipo de temática para a construção do conhecimento histórico escolar, bem como para revigorar a consciência histórica dos alunos, ao demonstrar que a história local “permitiu repensar a cidade, sua história, suas possibilidades para recuperar o vivido, as experiências do aluno, por vezes esquecidas ou mesmo desfocadas da história do livro didático.” (CIAMPI, 2007, p. 212)

Entretanto, ainda há um certo receio em transformar a história local em uma possibilidade de abordagem no ensino médio, por transparecer uma espécie de fragmentação do conteúdo em relação ao que costumeiramente é designado a se trabalhar neste nível de ensino. Mas, ainda seguindo o pensamento exposto por Fonseca, quando ela diz que “é possível, por exemplo, trabalhar a singularidade e universalidade dos problemas sociais de nossas cidades quando comparamos um bairro de periferia das grandes cidades mineiras com um bairro das cidades de outros países da América, Ásia ou África” (FONSECA, 2006, p.134). Ou seja, a história local não tem a pretensão de fragmentar o espaço, a temporalidade, a política, a economia, a cultura ou a própria história, muito pelo contrário, esta abordagem tende a favorecer a contextualização e a melhor compreensão de conteúdos fisicamente distantes dos alunos, através de uma realidade que faz parte de suas vidas cotidianas.

Esta visão sobre a história local ainda possui força nos dias de hoje pelo fato de que muitos a enxergam apenas como história política, que enaltece a história das elites, das famílias que concentraram poder durantes muito tempo, das

personalidades que dão nomes aos espaços públicos. Mas, é preciso compreender que a história local vai muito além da história política – importante e necessária para a compreensão histórica – e circunscreve todos os outros aspectos que englobam a sociedade, em conformidade com o que diz Ciampi:

> (...) a história local não é necessariamente o espelho da história de um país e de uma sociedade, pois se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos, que não se repetem nos processos mais amplos, mas com eles se relacionam. E, nesse sentido, auxiliam na compreensão do local com o geral. (CIAMPI, 2007, p. 211)

Desse modo, é possível estabelecer temas que desencadeiam discussões relevantes a partir do que ocorre no bairro, na escola, nos grupos sociais de convívio dos jovens; questões estas que podem envolver economia, política, religião, etnia, patrimônio, dentre tantas outras possibilidades que ajudam ao aluno a traçar sua narrativa em busca de um conhecimento histórico mais sistematizado e próprio. É dessa maneira que se consegue desvincular o aluno da periodização estática que muitas vezes ele se vê preso para compreender realidades múltiplas, mostrando que existem diversas formas de estudar a história para além do que é proposto no currículo e até mesmo no livro didático.

Como alerta a percepção de Aryana Costa (2019), “saber estabelecer outros marcos temporais e múltiplas causalidades para o processo histórico ajuda os alunos a desnaturalizar a narrativa histórica” (COSTA, 2019, p. 135). Ou seja, por meio da história local o aluno consegue compreender que a história é composta por diferentes realidades presentes na mesma temporalidade e que não há uma periodização fixa que estabelece regras para a história global, mas que o ponto chave das análises históricas é compreender as diversas facetas que as memórias resgatam ao longo do tempo.

A história local é a chave para a apreciação dos detalhes, do não-dito, do invisível aos olhos da história nacional ou global. É a história que enxerga os pormenores, que busca no micro a chave de compreensão para o macro e que por afinidade e identificação consegue ser atrativa para os jovens.

Entretanto, essa abordagem não deve ter a pretensão de dar conta de tudo, como destaca Ciampi (2007), “é conveniente lembrar as questões relativas ao tratamento com as fontes. São questões que se referem ao trabalho do historiador,

independentemente do seu tema, objeto ou abordagem, embora história local possa apresentar alguns cuidados específicos", pois suas fontes e seus recortes não permitem tal amplitude e, criar essa expectativa pode ser frustrante de acordo com o campo de experiências que ela oferece. Nesse sentido,

> Confinar-se ao local pode alimentar o desconhecimento e a intolerância em relação ao outro, ao diferente. E ela é suscetível ao mesmo personalismo e elitismo se for feita como a história tradicional em nível nacional que nós já conhecemos. A história local só tem seu valor plenamente explorado se trabalhada com escalas que sejam intercambiados e sobrepostas para que os alunos possam perceber justamente onde o local e o geral se distanciam e se aproximam. (COSTA, 2019, p. 136)

Intensificando tal afirmação, é preciso que os professores, enquanto intermediadores do conhecimento histórico, possam explicitar os limites da história local, ponderando seus usos dentro e fora da sala de aula – não se deve querer aprender toda história por meio da história local, muito menos fechar-se no recorte particular da localidade. É necessário contextualizar e descobrir, juntamente com a participação dos alunos por meio do conhecimento prévio e da zona de interesse relacionado ao que se quer e se precisa aprender, até que ponto a história local pode ser favorável para o aprendizado. O que precisa ficar nítido é que essa vertente da história possui diversos benefícios, mas precisa ser posta em prática com o cuidado.

É importante ressaltar que a história local está inserida em contextos que envolvem relações com outras localidades e, é exatamente por isso que se dá a relevância em estudar a história local de forma bem direcionada, agregando aspectos regionais e nacionais a esses estudos, como uma maneira de situar o aluno em sua própria assimilação e construção do conhecimento histórico, pois "é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referência relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação as identidades locais, nacionais, latino-americanas e mundiais" (SCHMIDT, 2007, p. 190).

Assim, compreende-se a história local como meio de entrada para suscitar o processo de construção da consciência histórica dos jovens, mesmo que este seja um grande desafio a ser superado, pois além do conhecimento, é necessário desenvolver a criticidade na análise das fontes, afinal, estas possuem

intencionalidades e precisam ser interpretadas para que seja possível historicizar a construção da memória, daí a importância dos patrimônios com um dos rastros ao fomento da reflexão sobre a relação entre ensino de história e história local.

1.2 O papel do Patrimônio Cultural

O saber histórico sofreu diversas modificações ao longo de sua trajetória de consolidação no meio científico, saindo da condição de uma narração dos fatos e busca pela verdade absoluta para chegar à complexa tarefa de problematizar, analisar e compreender os fatos a partir de uma operação, cujo exercício de análise das fontes, seu contexto e intencionalidades, da visitação à literatura e da prática da escrita que envolvem sujeitos, objetos e lugar social expressam regras de sua própria construção (CERTEAU, p. 66).

Assim, ao ganhar notoriedade como representação do passado, o trabalho da história é problematizar para compreender a relação dos homens no tempo, enquanto que o dever da memória, ao ser evocada, é a permanência de narrativas que atendem aos interesses do presente, que é o seu lugar. Essas particularidades tornam possível à história analisar a construção da memória, uma vez que “o passado só pode ganhar vitalidade (entendida como uma força criativa e significativa para uma cultura) como trabalho de captura de determinado presente” (GUIMARÃES, 2007, p. 27). Desse modo, os estudos sobre uma história social da memória abrem possibilidades ao conhecimento da história local através da sensibilidade e identificação que esta análise propicia no processo de ensino-aprendizagem, tornando os alunos agentes da sua própria história.

O passado, enquanto narrativa, se faz presente por meio das lembranças da própria vida e de conhecimentos adquiridos sobre temporalidades mais distantes e passa, também, a compor memórias, que se cristalizam no corpo social mediante o uso de comemorações.

As referências para problematizar essas memórias são constituídas entrelaçando as relações de poder e os acontecimentos, sendo assim, repletas de intencionalidades. Ao analisar a obra de Jacy Alves de Seixas (2004) sobre as representações sociais que envolvem a memória, Gevehr (2013) destaca que a

memória pode ser utilizada para inferir em determinado fato histórico de acordo com os interesses de determinados grupos em perpassar historicamente um acontecimento, assim, na sala de aula, “à medida que o professor de História é esse elemento mediador, que, ao tratar com as fontes, acaba interferindo também no processo de construção do conhecimento de seus alunos sobre o passado em questão” (GEVEHR, 2013, p. 70).

Corroborando com a análise do autor, o ensino da história local precisa conquistar mais espaço e visibilidade no ensino de história escolar, para que seja possível compreender o papel da memória na construção da história local, por meio da compreensão crítica dos alunos.

Para tanto, David Lowenthal (1998) diz que existem três caminhos para o passado: a memória - incontestável e inevitavelmente sensorial, a história - que pode ser verificada e questionada, e o fragmento - resíduo dos processos históricos ou de memória. Desse modo, o passado é visto como uma incerteza, “a memória não é menos residual que a história. Por mais volumosas que sejam nossas recordações, sabemos que são meros lampejos do que já foi um todo vivo” (LOWENTHAL, 1998, p. 74). Ou seja, por contribuir com a manutenção vivida das lembranças do passado, a memória contribui para a construção da identidade. Este foi um pensamento desenvolvido no final do século XVIII, a partir da ideia que se os seres humanos mudam tanto ao longo do tempo - mas a memória contribui para que nunca esqueçam da sua essência, que é permanente, - então, o passado (visto como sendo a história) deve ter sua verdade respeitada a partir de suas memórias, que passam a ter um sentido real (LOWENTHAL, 1998).

Nesse sentido, a análise dos fatos através da memória é situada no tempo diante dos acontecimentos coletivos marcantes, que contribuem para a formação de interpretações subjetivas que se fazem presentes e necessárias para tornarem a narrativa da história atrativa e compreensível, de tal modo que “não há representação memorial sem traços” (CATROGA, p.24). É por isso que os monumentos, espaços e acontecimentos que marcam a memória coletiva de uma cidade, possuem destaque na memória e na narrativa que mantém vívida a história daquele local, como diz Catroga:

> E se todo o monumento é traço do passado, consciente ou involuntariamente deixado, a sua leitura só será re-suscitadora de

> memórias se não se limitar a perspectiva gnósiológica e “fria” (típica da leitura patrimonial e museológica), e se for mediada pela afetividade e pela partilha comunitária com os outros. (CATROGA, p. 24-25)

Logo, para que sejam realmente significativas para a construção do conhecimento histórico, tais recordações relacionadas aos patrimônios e/ou lugares de memória precisam estar contextualizadas em dimensões espaciais e temporais, para que faça sentido inserir este tipo de conhecimento na prática escolar e na vida dos alunos.

Para discutirmos o sobre patrimônio, precisamos compreender que, em meio à sua abrangência, trataremos aqui sobre patrimônios históricos e culturais que dialogam com a memória e com a história local, ressaltando que “quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento” (FERREIRA, 2006, p. 79).

Sendo assim, analisa-se o patrimônio como um espaço ou uma manifestação pública que representa a história e a identidade de um lugar; por assim dizer, nos remetemos aos patrimônios como lugares que permitem lembrar, rememorar e conhecer o passado de maneira identitária e com sentimento de pertencimento. A ideia de pertencer a um lugar e de ter no patrimônio referências históricas, incitam a pensar na importância da preservação e da valorização para além da comemoração e, para tanto, é necessário que haja o entendimento sobre o que eles realmente representam, a que fatos se relacionam, que época marcam e porque existem e são reconhecidos como tal. Somente dessa forma o patrimônio poderá ser compreendido no sentido histórico e cultural que o conceito remete.

O patrimônio pode fruir a recordação de memórias individuais ou coletivas, sendo um parâmetro para desenvolver a narrativa e a reintegração de tais acontecimentos à história. Da mesma forma, as experiências vivenciadas e construídas ao logo da trajetória do agente histórico também podem interferir na análise que será feita do monumento, ou seja, “se o monumento é símbolo que espera a recordação, o seu significado mais radical só será apreendido se as suas conotações forem confrontadas com que elas também omitem e ocultam” (CATROGA, p. 25). Nessa perspectiva, “o patrimônio só se constitui como tal quando faz parte das referências simbólicas e afetivas de uma dada comunidade”

(PINHEIRO, 2012, p. 96), enquanto o patrimônio é assim reconhecido por permitir a descontinuidade e a interpretação de quem o analisa, a partir da afetividade presente na vida dos grupos que o constituem.

As marcas desses lugares proporcionam a permanecia de uma memória oficial, suscetível às percepções e intencionalidades do contexto em que o sujeito a experiencia. Tal situação, mostra que a relação entre o vivido e o lembrado e suas implicações, no campo da memória, corrobora com o que assevera Fernando Catroga sobre os tempos da memória, onde “novos traços podem despertar lembranças esquecidas, e novas alterações situacionais do evocador podem levar a “reescrever” o que nunca se esqueceu” (CATROGA, p. 30).

É válida, então, a reflexão que a memória é preservada (ou não) de acordo com o horizonte de expectativa e o espaço de experiência do sujeito, podendo ganhar novos significados e protagonizar a construção do conhecimento histórico sob uma outra perspectiva, que não a que já está pré-estabelecida pela história oficial. Esta é uma das grandes peculiaridades ao se analisar o patrimônio cultural como lugares de memória de uma cidade, pois nem sempre o objetivo com o qual foi construído e que o torna um lugar que desperta memórias prevalece diante da sociedade ao passar do tempo, de acordo com as novas configurações e ressignificações que as novas memórias – construídas no presente – representam, em especial, para os alunos que visitam ou que observam estes lugares em suas aulas ou até mesmo no cotidiano.

Ao analisar os conceitos de memória e patrimônio, percebe-se o quanto estes são indissociáveis e como possuem uma representatividade, enquanto fonte de pesquisa e conhecimento, tendo em vista que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva (...) Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder.” (LE GOFF, 1996, p. 476).

É no tocante a instrumentalização do poder que devemos sempre problematizar as fontes e encará-las como representações de intencionalidades, utilizando a narrativa não apenas para juntar fragmentos e perpetuar uma história, mas analisando teoricamente e contextualizando as fontes aos acontecimentos e à proposta de construção do conhecimento. É dessa forma que se diferencia a história das demais narrativas e torna-se possível contribuir para um melhor entendimento

da sociedade em relação ao que se vê e se sabe sobre o seu patrimônio cultural, “pois não há como valorizar o passado sem a tomada de consciência social, assim como não há conscientização cidadã sem o conhecimento da História” (SILVA; SILVA (org), 2005, p.327).

É exatamente nesse sentido, de prescrutar as fontes que perpassam pelas memórias – sejam elas escritas, orais ou patrimoniais – que se encontra o papel do historiador, enquanto professor e pesquisador, pois é através das pesquisas que conseguimos analisar e construir versões sobre a história, sem verdades absolutas, confrontando as fontes e preenchendo as lacunas que a memória deixa enquanto resquícios; contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento histórico e da constituição da identidade cultural, principalmente no tocante à história local.

Isso demonstra o quanto a interpretação se faz presente e necessária para tornar a história atrativa e compreensível. A fim de que o conhecimento histórico circule, seja sentido e tenha sentido na sociedade.

Quando as lembranças são revisitadas de alguma forma, podem fazer com que estas sejam modificadas ou rememorados de maneira diferente. A cidade permite este tipo de análise, sendo interpretada e compreendida de acordo com as vivências e as experiências que são construídas a partir dos seus lugares. Esta, enquanto um lugar onde se vive e espaço que é ocupado por permanências e descontinuidades, é palco de diversas experiências, nas quais seus cenários compõem as memórias que gravam estes acontecimentos, visto que “na cidade, a história se constrói no espaço e no edifício público; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo” (BRESCIANNI, 2002, p. 30). No entanto, é notório o quanto alguns equipamentos urbanos continuam exercendo a mesma função e no mesmo espaço, durante tanto tempo.

A cidade é uma construção contínua, um fluxo e por ela passam pessoas todos os dias, carregando um emaranhado de sentimentos, de atribuições, de percepções. Mas, na correria cotidiana não há tempo de sentir, atribuir ou perceber a importância dos elementos que compõem a cidade e que tanto são importantes para a história local – as casas mais antigas com fachadas históricas, as praças, igrejas, museus, dentre tantos outros lugares que merecem ser observados, analisados e estudados, mas rotina não permite aprofundar esse olhar quando tudo

está dentro da normalidade. De tal maneira, é necessário compreender a cidade como espaço subjetivo que “configura antes de tudo uma superposição pouco ordenada de camadas de lembranças, nem todas vividas como experiências nossas, mas tornadas nossas pela transmissão dessas memórias e lembranças esparsas” (BRESCIANNI, 2002, p. 31).

Ou seja, a cidade deixa de ser apenas uma estrutura física e passa a ser representada através das lembranças, no campo das ideias e da narrativa que permite torná-la vívida e repleta de (res)significações diante das temporalidades. Muitas das memórias que são selecionadas, por vezes nem foram vivenciadas por quem está contando, mas a presença dos elementos da cidade que ilustram as narrativas faz com que aquele que escuta e internaliza a narrativa possa experienciar a rememoração de determinado acontecimento. Nesse sentido,

> Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e as suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião destas experiências vividas que foram introduzidas a noção de lugar de memória anterior as expressões e as fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão. (RICOEUR, 2007, p. 157)

Os lugares de memória e o exercício de rememorar que compõem a cidade podem ser múltiplos e possuem sentidos distintos na experiência social: o lar de uma família, o primeiro beijo de um casal, as brincadeiras de infância, batizados, casamentos, festas, enfim, eventos que constituem a memória individual e coletiva ocorrem nestes lugares, que muitas vezes só têm seu valor percebido por meio das lembranças nostálgicas presentes nas narrativas, afinal “uma cidade dispõe de uma quase personalidade específica que estimula o potencial da imaginação ao recriar formas baseadas em experiências” (BRESCIANNI. 2002, p. 31). Isso demonstra o quão é significativo compreender o lugar onde se vive, para identificar melhor os espaços e as experiências que compõem a história local.

Os patrimônios culturais são imprescindíveis para o estudo da história local. Através da análise da cidade e suas memórias por meio destes lugares, é possível compreender o processo de construção da história local e, ainda, possibilitar o desenvolvimento do conhecimento histórico escolar, quando estes são utilizados como fontes de estudo. São marcos históricos que agregam valores às comemorações culturais, religiosas, políticas e/ou identitárias, mas que por vezes

não possuem a percepção necessária por parte da sociedade; é como se as pessoas já estivessem tão acostumadas com aquele lugar, do jeito que sempre foi, pelo que representou para uma temporalidade, que a narrativa continua sendo repassada, tantas outras vezes, sem problematização ou muito menos uma análise que a ressignifique.

É necessário entender que a cidade é percebida através de seus patrimônios por olhares diferentes e que, em determinados momentos a trajetória é permeada por outros acontecimentos, em contextos históricos e temporais que estão em constante transformação e, “a partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo” (HALBWACHS, 1990, p. 134).

Talvez, acomodar-se com o conceito que já está pronto, com as memórias que foram selecionadas intencionalmente para serem transpostas, seja mais simples do que pensar que tais equipamentos urbanos, tais lugares que tendem a representar a história de uma sociedade na qual se faz parte, mas ocasionalmente, sem contribuir realmente com a identidade local, como se estas memórias não fossem passíveis de serem transformadas ou de transformar o presente.

Sem dúvida, a preservação dos monumentos e dos equipamentos urbanos contribuem para a manutenção das memórias de uma cidade, mas estas memórias precisam ir além do que está exposto; estas memórias precisam ser problematizadas e enxergadas através da experiência individual que se constrói por meio das vivências coletivas locais, afinal, “a memória não é um relicário, assim como não é o patrimônio, memória e patrimônio são atualizados ao longo do tempo, a cultura é dinâmica, assim como a economia, a sociedade, a política.” (PINHEIRO, 2012, p. 96). Dessa maneira, as temporalidades e intencionalidades que envolvem o patrimônio precisam ser levadas em consideração ao interpretá-lo e rememorá-lo como parte da história, pois “o que interessa ao patrimônio não é o passado, mas a história, as memórias presentificadas; a salvaguarda do patrimônio não mumifica o tempo, que se altera, assim como os sentidos construídos sobre esses bens culturais pela sociedade” (PINHEIRO, 2012, p. 96).

Esta imagem sobre o passado pode ser mantida através do que Guimarães (2007) chama de “patrimonialização” ou “musealização”, ou seja, maneiras

concretas de resgatar e materializar as memórias de um lugar de forma seletiva, como se esse passado nunca tivesse deixado de existir, consolidado no presente. Dessa maneira, “nossas sociedades vivem uma verdadeira ‘inflação de memória’ acompanhada por uma monumentalização das formas de relação com o passado” (GUIMARÃES, 2007, p. 28). Isso não implica dizer que as sociedades possuam mais conhecimento sobre as experiências do seu passado, representado por monumentos ou comemorações, por exemplo, mas que este mantém-se sendo rememorado nas sociedades como atos simbólicos e políticos para que tais acontecimentos não caiam no esquecimento. Essa preocupação mostra o quanto “uma historicização da memória, das formas como as sociedades se lembram, é parte de um exercício para compreender o lugar da história e a história em determinada sociedade” (GUIMARÃES, 2007, p. 34).

De tal maneira, Guimarães aponta os lugares de memória como importantes objetos de investigação e valorização da memória, assim como mostra Pierre Nora (1993) ao pontuar que estes lugares se fazerem necessários a partir do momento em que a memória é relacionada à história, ou seja, quando a modernidade imediatista não permite que a memória em si exista de forma espontânea, a história retoma esta memória, na qual é selecionada e representada através dos lugares de memória. É um processo que parece aproximar história e memória, mas acaba acentuando a diferença entre estes conceitos distintos – a memória é existência, lembrança, esquecimento; a história é problematização, interpretação, representação.

Relacionar as versões da memória e da história não é tarefa fácil, mas é necessário pensar que não é possível lembrar de tudo que é preciso esquecer para ser fiel às lembranças que ficam e que a história se utiliza para construir as verdades expostas, afinal, a memória busca a permanência, a estabilidade, já história a mudança, o problematizável.

Segundo Pollak (1989), para construção de uma memória oficial é realizado o "enquadramento" da memória, atendendo às exigências do que deve ser divulgado ou utilizado, para que assim sejam produzidos as interpretações e os discursos e, por meio dos objetos – frutos desta análise – a memória seja “solidificada nas pedras”.

Para Dosse (2017), “as memórias coletivas, assim como as memórias individuais, estão sujeitas à múltiplas contradições, tensões e reconstruções” (DOSSE, 2017, p. 187). De tal forma, a memória mesmo que seja individual faz parte de um contexto coletivo e por isso há uma necessidade de ter cuidado ao interpretá-la ou problematizá-la, pois além de analisar os acontecimentos, os personagens e os lugares também fazem parte como elementos constitutivos da memória é por isso que “(...) Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela é efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” (POLLAK, 1992, p. 206). Percebe-se que, para a memória existir, ela precisa permanecer de alguma forma na lembrança e, no caso, a função da história é realizar a compreensão deste “enquadramento” da memória, ou seja, delimitar seu foco para que as informações da narrativa não se percam nem sejam deturpadas pelo viés da intencionalidade.

Os lugares de memória são, assim, repletos de (res)significados, da manutenção vívida de uma ausência que passa a ser evocada, e a se fazer presente, mesmo que ganhe um novo sentido. A distância que existe entre os acontecimentos passados e os olhares sobre a história, nos liga aos lugares de memória como um refúgio, como um elo com o passado que fomenta a identidade, como forma e abertura à compreensão histórica.

A história então, por possuir objetividade e um certo distanciamento do fato - necessário para manter a objetividade na construção do conhecimento - é capaz de equiparar a memória particular e torná-la contextualizada coletivamente. Assim, “a memória é, portanto, tal como a história, o modo de seleção sobre o passado, uma construção intelectual e não um fluxo exterior ao pensamento” (DOSSE, 2017, p. 217).

François Dosse ainda argumenta que a história e a memória andam juntas por beberem da mesma fonte – o passado - auxiliando a outra, pois a história necessita das memórias narradas para buscar uma visão crítica da conjuntura na qual o fato está situado, enquanto a memória precisa da história para que se torne coletiva e com mais significado. Por conseguinte, “bem longe das leituras esquemáticas cuja única ambição é preencher lacunas e buscar suas causas, a história social da memória permanece atenta a qualquer alteração como fonte de movimento da qual é preciso acompanhar os efeitos” (DOSSE, 2004, p. 184).

Para tanto, ter a memória como fonte de conhecimento é ter a sensibilidade de compreender relatos falados, silenciosos silenciados e edificados, na busca por unir os fragmentos em um sentido contextualizado. Ou seja, ao passo que ocorre um distanciamento do passado para uma aproximação com o novo, o moderno, o atual, também uma necessidade inerente de retornar a este passado para compreender historicamente a base identitária deste lugar.

É nesse sentido que o papel do historiador se faz fundamental, “porque nele se opera aquilo de que ela gostaria, mas não pode dispensar: o historiador é aquele que impede a história de ser somente história” (NORA, 1993, p.21). Desta maneira, dentre os exercícios que cabem ao historiador, destaca-se o de problematizar as memórias deste passado, questionando-as e produzindo o conhecimento histórico.

A análise desses lugares de memória pode contribuir para a construção do conhecimento acadêmico e, também, do conhecimento histórico escolar, quando utilizado para fins pedagógicos ao constituir parte relevante da história local. Assim, os indícios memoráveis sobre o passado podem ser revisitados a partir do trabalho de referenciação que o presente realiza no decorrer do processo de construção do conhecimento histórico.

Dessa forma, para elencar espaços, registros, equipamentos urbanos, como lugares de memória é preciso entender que alguns requisitos são necessários e, o olhar do historiador que consegue enxergar para além do que está posto contribui de maneira categórica neste processo, pois estes são “lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel”, que necessitam de direcionamentos para serem interpretados e compreendidos como parte inerente à construção da identidade e da história local (NORA, 1993, p. 22).

Patrimônio cultural e lugares de memória se aproximam e se diferenciam, ao ponto que por mais que sejam conceitos distintos, a história busca extrair os sentidos construídos pela cidade a partir das memórias presentificadas por meio destes espaços.

Fazer essa relação entre a memória e a história é complexo e pertinente, pois “a memória é um lugar meio individual, meio coletivo, cuja distinção do conceito

de história torna indispensável à existência de uma mediação, de um conector, representado pela narrativa" (DOSSE, 2017, p. 206 – 207). Ao analisar os estudos feitos por Paul Ricoeur, Dosse (2017) frisa a ideia de "justa memória", referindo-se ao equilíbrio entre o excesso de memória (exaltação, comemoração) e o excesso de esquecimento (desvalorização), para assim a memória narrada pela história, de maneira analisada, possa se tornar uma identidade.

Ainda de acordo com o pensamento de Dosse, "existe o corte entre o nível memorial e o do discurso histórico, e esse corte se efetua com a escrita", ou seja, ao mesmo tempo em que a escrita registra a memória tornando-a permanente, ela também desacelera a cobrança para que a memória e continue lembrando (DOSSE, 2017, p. 214). Neste caso, a escrita também se assemelha ao papel dos lugares de memória, que são constituídos para lembrar manter na memória aquilo que não se pode esquecer.

Outrossim, o lugar de memória precisa ser encarado como algo que além de cumprir o papel no qual ele foi designado, ele também pode possuir vários outros usos e significados agregados ao longo do tempo, de acordo com as práticas cotidianas daquela sociedade "e é isso que os torna apaixonantes: os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no salivado imprevisível de suas ramificações" (NORA, 1993, p. 22). Ao mesmo tempo que é enaltecido e reconhecido por seu simbolismo já inerente, o lugar de memória também se permite protagonizar novas memórias e ser espaço para novas experiências e novos olhares – se recolhe, se fecha e se consolida na experiência do passado; se intensifica, se expande e se renova nas expectativas do presente e do futuro.

Para o ensino de história, a relevância da análise dos patrimônios culturais reside nas relações entre as reflexões sobre a historicidade destes lugares e os procedimentos da abordagem da história local, cujo objetivo é a promoção da autonomia dos alunos na construção de seu conhecimento. Diante dessa metodologia, a cidade passa a ser tomada como um espaço a ser lido, estudado, problematizado, visto que "os monumentos e o espaço público solicitam nossa inteligência e, por vezes, complicados esquemas interpretativos apresentam-se como desafios e pedagogias insubstituíveis" (BRESCIANNI, 2002, p. 30).

O ensino de história local se faz por deveras importante para a construção do conhecimento histórico de forma mais expressiva e contextualizada, tendo a utilização dos lugares de memória como base metodológica de análise e interpretação para a inserção do aluno como agente histórico crítico e reflexivo.

Para observar esse efeito não é necessário ir tão longe ou fugir da realidade local buscando exemplos em grandes cidades; é possível visualizar essa experiência em cidades menores, pois “os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais” (HALBWACHS, 1990, p. 136).

Isto implica dizer que mesmo diante das modificações da própria estrutura da cidade – chegada das universidades, pavimentações, reformas, etc. – alguns equipamentos urbanos, considerados lugares de memória, mesmo permanecendo nos mesmos locais em que foram construídos, passaram por transformações físicas e simbólicas que expressam seus usos ao longo do tempo. É o caso da Praça Monsenhor Caminha e seus elementos, como o obelisco e o pavilhão, por exemplo, além da Casa de Cultura Popular Joaquim Correia que fica em seu entorno; da Igreja Matriz e o Museu de Cultura Sertaneja, localizado nas dependências da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Campus Avançado de Pau dos Ferros. Estes lugares carregam consigo diversas representações, que variam de acordo as experiências de cada grupo social e de cada individual que lá vivenciou algum acontecimento, mas, cotidianamente, só são percebidos como locais tradicionais e históricos da cidade, que expressam narrativas sobre parte da história política, social e religiosa de maneira tradicional.

Geralmente a relevância destes locais só é posta em discussão quando há alguma modificação estrutural que altere de certa maneira sua forma – a construção de uma torre na igreja, a modificação do seu altar, a arborização da praça, a pintura ou restauração das fachadas, uma nova exposição no museu; isto causa um impacto maior na sociedade que passa a realmente perceber aqueles locais com um outro olhar, que não aquele que observa-os todos os dias nas idas e vindas da vida moderna, afinal, “quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se

regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores" (HALBWACHS, 1990, p. 136).

Diante disso, proporcionar o contato dos alunos com o patrimônio, seja através de uma aula de campo, da leitura de um documento, de relatos orais ou qualquer outra fonte utilizada em atividades pedagógicas que promovam o interesse pela história local por meio destes lugares, contribui para que essa percepção que eles têm sobre a cidade seja alterada, aprofundando cada vez mais o conhecimento histórico escolar sobre a história local, tendo como intermédio a articulação entre o patrimônio cultural e os lugares de memória.

2. ENTRE O DADO E O SENTIDO: PATRIMÔNIO LOCAL E A HISTÓRIA DE PAU DOS FERROS NA SALA DE AULA

Este capítulo trata sobre a descrição e problematização do patrimônio local de Pau dos Ferros/RN, visando reconhecer suas peculiaridades e usos do passado nas comemorações cívicas e religiosas da cidade, a partir da análise de obras historiográficas, construções arquitetônicas, equipamentos culturais e símbolos municipais, compreendido como "um componente cultural do pertencimento de uma comunidade política" (SANTIAGO JUNIOR, 2015, p. 256). Para tanto, foram selecionados lugares que fazem parte da história da cidade e que contribuem para a fomentação da identidade local, por meio da sua localização, representatividade histórica e dos elementos que compõem a produção e circulação dos sabres sobre o passado da cidade.

A escolha do patrimônio cultural selecionado e abordado neste trabalho se deu pela análise de formulários e relatos dos alunos da 3ª série do ensino médio do ano de 2021 da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, da cidade de Pau dos Ferros/RN.

2.1 Os patrimônios dados

A cidade é composta por símbolos e elementos que estabelecem sua configuração enquanto um espaço de convivência e referência de memórias. Assim,

Pau dos Ferros, cidade localizada no interior do Rio Grande do Norte, tem sua história marcada pela origem ligada aos vaqueiros e à religiosidade católica. Dessa forma, os patrimônios dados e estabelecidos na cidade estão relacionados aos seus marcos de origem, dentre eles, é possível destacar a Praça Monsenhor Caminha e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Porém, ao longo da trajetória da cidade, outros patrimônios foram se estabelecendo e fazendo parte de sua historicidade, como a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, a Praça de Eventos Nossa Senhora da Conceição e o Museu de Cultura Sertaneja.

Cada espaço dado é marcado por sua historicidade, compreendido e rememorado de forma peculiar por aqueles que vivem e sentem a cidade em seus diferentes aspectos, assim sendo, é importante compreender a origem de cada um deles, suas intencionalidades e contribuições para a história local, a fim de entender a maneira pela qual estes patrimônios se estabeleceram como tal e, dessa maneira, analisar como estes são sentidos pelos estudantes diante das memórias individuais e coletivas que foram construídas a partir das histórias e experiências vivenciadas por eles.

2.1.1 A Casa

O prédio onde funciona a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, localizada no centro de Pau dos Ferros, no entorno da Praça da Matriz, foi construído para servir de Grupo Escolar em 1911. Sua fachada preserva traços arquitetônicos do período e seu interior é dividido em quatro salas, onde estão expostas obras de artistas locais.

Como patrimônio histórico e cultural, tombado pela Fundação José Augusto [2] (2006), a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia carrega consigo memórias de muitos pauferrenses, uma vez que na década de 1950 funcionou como Grupo Escolar e Escola Normal Rural, sendo responsável pela formação dos professores que

2 Criada no governo Aluísio Alves, pelo Decreto-lei nº 2.885, de 8 de abril de 1963, a Fundação José Augusto nasceu como instituição cultural e como instituição de ensino superior. Atualmente, a instituição é o órgão, no âmbito do Governo do Estado, responsável por desenvolver, incentivar, apoiar, difundir, estimular e documentar as atividades culturais. Compete a esta o processo de tombamento do patrimônio histórico e arquitetônico e do patrimônio cultural imaterial.

atuavam no município. Nos anos de 1960, nessa escola, funcionou o primeiro curso secundarista da cidade e também albergou o Colégio Normal de Pau dos Ferros. Na década de 1980, foi sede da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte na cidade. (HOLANDA, 2011, p. 51).

Figura 1: Grupo Escolar Joaquim Correia (1930)

Fonte: http://culturapauferrense.blogspot.com/2020/06/

A historicidade desse patrimônio é marcada pelas relações de poder em que a instalação escolar foi submetida. De seu funcionamento como espaço de produção e circulação de saberes escolares à efetivação de um lugar de produção de identidade, essa instituição foi reinaugurada em 2015, após algumas reformas, sendo transformada na gestão do prefeito Luiz Fabrício do Rêgo Torquato em lugar de exposição da cultura local.

Do ponto de vista simbólico, a Casa de Cultura Joaquim Correia apresenta, por meio de exposições temporárias, obras de artistas locais que expressam o olhar e o sentido sobre os mais diversos aspectos da identidade local, o que aponta para a importância deste equipamento cultural para o Estado do Rio Grande do Norte, visto que desde a sua fundação o espaço estabelece uma forte relação com a cidade, não apenas enquanto um prédio histórico, mas também enquanto espaço de convivência, sociabilidade, cultura e aprendizagem que constitui em sua funcionalidade ao longo de sua historicidade.

Figura 2: Casa de Cultura Popular “Joaquim Correia” (2020)

Fonte: http://culturapauferrense.blogspot.com/2020/06/

Ao adentrar na Casa, os visitantes encontram a estátua de Frei Damião (que se localizava na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição) logo à direita, demonstrando os indícios da representatividade católica para a religiosidade local; à esquerda, está situada a Galeria de Arte “Toinho Dutra”, com duas salas interligadas, contendo obras do Projeto “Olhares Pauferrenses”[3], que apresenta exposições de artistas locais. A atual exposição “Panorama das Artes Visuais Potiguar”, iniciada em maio de 2022, apresenta as obras da coleção do artista plástico Etelânio Figueiredo, que tratam de quadras que perpassam entre as características abstratas, figurativas e contemplativas, ligadas aos elementos humanos e da natureza que compõem o cenário do espaço e da cultura potiguar.

3 Idealizado pela Secretaria de Cultura (SECULT) da cidade de Pau dos Ferros-RN, o projeto teve início em dezembro de 2021, por meio da I Edição da Exposição “Olhares Pauferrenses”, reunindo 51 obras de 10 artistas locais. Seu principal objetivo é valorizar, enaltecer e proporcionar mais visibilidade e acesso às obras dos artistas locais.

Figura 3: Galeria de arte I (2022)

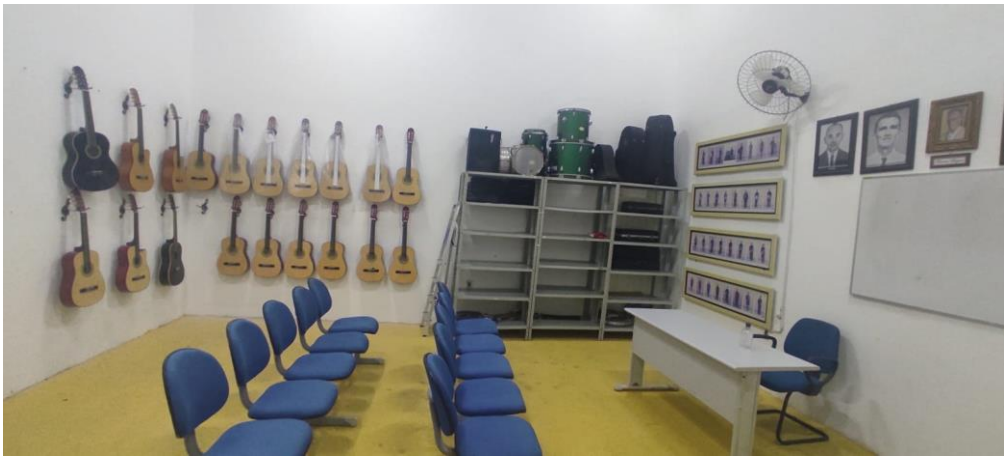
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 4: Galeria de arte II (2022)

Fonte: Arquivo pessoal

Na sala ao lado, encontra-se o Ponto de Memória, espaço onde eram apresentados os mais diversos objetos de artistas de profissionais locais, a fim de preservar a memória e o trabalho destes, como os do fotógrafo Toinho Dutra, por hora desativado. Paralelo ao Ponto de Memória, está a sala de música, onde ocorrem os ensaios da Orquestra Filarmônica Pauferrense, além de aulas de violão promovidas em parceria entre a Casa de Cultura e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), que também funciona no local.

Figura 5: Sala de Música (2022)



Fonte: Arquivo pessoal

Suas salas são abertas à visitação pública durante a semana e o Auditório da Casa é palco para apresentações, reuniões e projetos culturais diversos, que englobam grupos sociais e atividades escolares, promovendo, assim, o contato da população com este patrimônio cultural de forma cotidiana.

Esses objetos em seu conjunto retratam a potencialidade artística e cultural pauferrense, que ganham visibilidade por meio do espaço da Casa de Cultura Popular “Joaquim Correia”, sendo este patrimônio um aporte relevante para promover atividades escolares voltadas à construção do conhecimento da história local.

A Casa de Cultura Popular “Joaquim Correia” apesar de ter ganhado novos usos com o passar do tempo, por meio das necessidades que intercorrem o processo histórico da cidade, este patrimônio permanece, em sua essência, sendo fonte de conhecimento e de problematizações sobre a arte, a cultura e a história da cidade e de seus atores sociais, servindo como grande aporte para a educação local, hoje não mais como escola, mas ainda como espaço de ensino e aprendizagem voltados à produção e circulação de saberes que potencializem o olhar reflexivo dos alunos e alunas diante da identidade local. Para efetivação do uso desse patrimônio no ensino de história se faz necessário que as escolas organizem visitas guiadas e que o professor faça o planejamento dessas atividades, levando em consideração as potencialidades e peculiaridades desse patrimônio, bem como o conhecimento e a identificação dos alunos com o que está exposto.

Assim, a Casa de Cultura Popular “Joaquim Correia” como espaço de aprendizagem se constitui em imprescindível equipamento cultural onde o professor poderá construir práticas pedagógicas calcadas em discussões sobre a importância do patrimônio local como conceito para a reflexão sobre práticas de preservação, proteção e valorização da história local.

2.1.2 As Praças

Praças são lugares de encontros, experiências e memórias. A cidade de Pau dos Ferros/RN possui duas praças consideradas primordiais para a sua história – A Praça da Matriz e a Praça de Eventos, como são popularmente conhecidas. Cada uma com suas peculiaridades, suas características se aproximam, diferem e se completam diante da realidade social e cultural da cidade.

A Praça Monsenhor Caminha, popularmente conhecida como Praça da Matriz, está localizada ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no centro da cidade. Construída em 1942, reinaugurada em 1972 com algumas alterações e mais uma vez tendo sua estrutura reformulada no ano de 2009, ao longo das décadas, esta praça já possuiu diversos usos e funcionalidades.

Este patrimônio, que já passou por tantas modificações estruturais, como em 1972 e 2009, é composto por diversos equipamentos urbanos que rememoram acontecimentos relevantes para a história local. A origem da cidade é marcada pelo Obelisco (inaugurado em 1956), um monumento vertical, de concreto, que simboliza a existência da Oiticica, árvore que faz parte da história do surgimento da cidade, além de representar a comemoração dos 100 anos de emancipação política do município. Os locais de convivência social, como o Pavilhão construído durante a gestão de Licurgo Nunes Ferreira (1948-1953), também demarcam espaço e nutrem as memórias daqueles que dançaram no seu piso superior ao som de bandas que animavam as noites das décadas de 1960 a 1990. Além disso, toda extensão da praça, torna-se um lugar de representatividade, onde muitas memórias comemorativas, pessoais e coletivas perpassam, dentre as quais se pode citar as comemorações relacionadas à emancipação do município, com os desfiles cívicos e

apresentações do dia 04 de setembro, além da parte social da Festa de Nossa Senhora da Conceição durante o início do mês de dezembro.

Ao tratar sobre a Praça da Matriz da década de 1940, o memorialista José Edmilson de Holanda afirma que

> Em 1942, na gestão do prefeito Francisco Fernandes de Sena foi construída uma praça ao lado do Mercado Público, estendendo-se de uma esquina a outra, deixando de um lado e do outro da praça duas estreitas vias de acesso para veículos. Era uma pequena praça, pouco arborizada, com apenas alguns pés de ficus benjamin e aproximadamente uma dúzia de bancos de ferro. No seu final, do lado da travessa Teófilo Rego, existia um coreto de alvenaria, espécie de palco, cujo acesso era feito através de degraus. (HOLANDA, 2006, p. 15)

As características retratadas por Holanda, nos remete ao início do desenvolvimento de espaços de convivência do município, que embora ainda de forma tímida, já demonstrava sua importância social, visto que, como o próprio autor também discorre, “esta praça era um ponto de reunião principalmente nas noites de retretas para a juventude para os casais para os amigos ou namorados e para o povo que gostava de assistir a banda tocar” (HOLANDA, 2006, p. 16).

Durante a gestão do prefeito Licurgo Nunes Ferreira (1948 – 1953), foi construído o Pavilhão Municipal, também conhecido como Pavilhão da Praça da Matriz, que se tornou um dos principais espaços de lazer e sociabilidade dos jovens daquela época, contando com salão de dança na parte superior.

Por meio do projeto de lei 1553/2016, o Pavilhão foi reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Pau dos Ferros-RN, porém, mesmo diante deste reconhecimento, este patrimônio passou por diversas modificações, como a inutilização do seu piso superior e, atualmente, não possui a mesma funcionalidade de tempos atrás, pois há alguns anos encontra-se com seu processo de reestruturação paralisado, tornando-se apenas um ponto de visitação, sem utilização para os fins de convivência e sociabilidade como em tempos atrás.

Figura 6: Praça da Matriz e Pavilhão – Décadas de 1960/1970

Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/search?q=pra%C3%A7a+da+matriz

Outro equipamento urbano pertencente à Praça da Matriz é o Obelisco, inaugurado no dia 14 de dezembro de 1956, como marco do centenário do município e bicentenário da paróquia. Na época que foi construído, ficou localizado no largo da Praça da Matriz, porém, com a demolição da antiga praça, provocando transformações estruturais ocorridas durante a década de 1970, a construção da nova praça permitiu que o monumento passasse a fazer parte desta. Esta nova versão da praça, inaugurada em 1972 durante a gestão do prefeito José Edmilson de Holanda, passou a ser chamada de Praça do Centenário, em alusão ao sesquicentenário da independência do Brasil. Além do Obelisco e do Pavilhão, a praça contou com a construção de uma concha acústica, que foi palco para muitos discursos políticos e eventos culturais, na qual possuía uma inscrição da frase do poeta Castro Alves, sob os seguintes dizeres: “A praça é do povo como o céu é do condor”, fomentando a resistência contra o momento político da ditadura militar na

qual o país estava inserido e enfatizando o posicionamento político do então prefeito eleito pelo MDB, que era o único do estado do Rio Grande do Norte a representar a oposição ao governo militar (HOLANDA, 2006).

Figura 7: Obelisco e Concha Acústica – Praça da Matriz (Década de 1990)

Fonte: https://clistenescarlos.com.br/coluna-causos-potiguares-a-praca-da-resistencia-por-jose-holanda/

Neste sentido, percebe-se que a praça ganhou um novo sentido – o sentido comemorativo, que perpassa por eventos políticos, cívicos, religiosos e torna-se o cenário principal para os comícios, desfiles, dentre outros eventos públicos que remetem às comemorações relacionadas à cidade.

Como destaca Pesavento, “a passagem do tempo modifica o espaço, onde as práticas sociais do consumo e da apropriação do território não só alteram as formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade” (PESAVENTO, 2005, p.11-12). Ou seja, ao perceber essas modificações que estes espaços perpassam ao longo dos anos, ganhando novos usos e sentidos, a história é desafiada a resgatar e a problematizar os motivos e a necessidade que levaram a tais modificações, contextualizando por meio do ensino de história a importância de cada função dos espaços da cidade para cada temporalidade e demonstrando que são essas transformações que constroem a dinamicidade da cidade, que se desenvolve e se adapta às necessidades da sociedade.

No caso da Praça da Matriz, torna-se ainda mais clara essa renovação dos seus usos e funções por meio da última modificação na sua estrutura, realizada em 2009. O espaço tornou-se bastante arborizado e recebeu a construção de quiosques onde são comercializados bebidas e alimentos durante o dia, além centro de artesanato onde são comercializados itens produzidos pela Associação dos artesãos de Pau dos Ferros. Os antigos monumentos já citados – o Pavilhão e o Obelisco – permanecem incorporados à estrutura da praça.

Durante o dia, a praça é utilizada pela população local e pelos visitantes das cidades vizinhas que encontram no comércio de Pau dos Ferros um aporte para suas compras; cotidianamente, os arredores da praça estão repletos de vida e movimento, tornando a Praça da Matriz, de fato, o centro da cidade. Já durante a noite, a praça ganha uma nova função – com o comércio fechado, sua estrutura passa a ser um dos locais preferidos dos pauferrenses para a prática de atividades físicas, como caminhada e treino funcional, mostrando a versatilidade do espaço e seus novos usos que são reflexos do perfil que a cidade vem traçando nas últimas décadas, no qual se destaca o sentido de novas formas de experiências da cidade, entre elas, a busca pela qualidade de vida.

Figura 8: Praça da Matriz “Monsenhor Caminha” (2014)

Fonte: https://www.portalrafaelfernandes.com/2014/09/parabens-pau-dos-ferros-pelos-158-anos.html

Outra praça importante para a cidade de Pau dos Ferros-RN é a Praça de Eventos Nossa Senhora da Conceição, inaugurada dia 25 de junho de 200, na gestão do prefeito Leonardo Nunes Rêgo. Localizada no bairro São Judas Tadeu, trata-se de um espaço amplo, de cerca de dez mil metros quadrados, com estrutura de dois palcos, quiosques, banheiros e espaço infantil, destinado aos eventos de grande porte da cidade, como as festividades juninas e a Feira Intermunicipal de Educação, Cultura, Turismo e Negócios do Alto Oeste Potiguar – FINECAP.

Figura 9: Praça de Eventos “Nossa Senhora da Conceição” (2022)

Arquivo Pessoal

A partir da sua inauguração, os eventos que anteriormente aconteciam próximo à Prefeitura, local popularmente chamado de “Largo do Cultura” passaram a ocorrer na praça de eventos. Isto porque, ao longo dos anos, os eventos foram ganhando novas projeções de público e necessidade de mais estrutura e espaço para receber as pessoas que vêm das mais várias regiões prestigiar os eventos da cidade.

Figura 10: Praça de Eventos durante a FINECAP (2022)

Fonte: https://www.instagram.com/p/CiJaGpOO1k2/?igshid=YmMyMTA2M2Y=

Dessa forma, esta praça é utilizada como espaço de convivência, sociabilidade, prática de exercícios físicos e lazer durante todo o ano, mas é no mês de setembro, quando se comemora o aniversário da cidade, no período da FINECAP, que recebe públicos consideráveis, chegando a concentrar mais que o dobro da população do município. A FINECAP é um evento grandioso, que envolve a feira de negócios, exposições, apresentações artísticas e grandes shows musicais, aquecendo o mercado local e regional, não apenas com a feira de negócios, mas também, por parte dos legistas que comercializam desde roupas, calçados, bebidas, dentre outras mercadorias, se tornando um período importante para a economia local, bem como para a visibilidade da cidade diante daqueles que a frequentam durante os dias de festa. Além disso, marca um momento cívico para a cidade, pois trata-se, também, da comemoração de emancipação política de Pau dos Ferros, pois as datas do evento giram em torno do dia 04 de setembro, aniversário da cidade.

Dessa maneira, a Praça da Matriz tendo em sua trajetória a função de sociabilidade, de comemoração e de comércio, enquanto a Praça de Eventos se destaca por suas festividades e grandes eventos, desempenham papeis sociais diferentes, mas contemplam a cidade e as pessoas ao desfrutarem de dois espaços que se destacam por serem palco para tantos acontecimentos relevantes para a história local. Por proporcionarem a construção de tantas memórias individuais e coletivas, tais lugares estão presentes na lembrança e no cotidiano dos que os frequentam, demonstrando a importância de fazerem parte do patrimônio cultural de Pau dos Ferros e, por isso, serem problematizadas diante do estudo da história local.

Esses espaços podem ser pensados como espaços de aprendizagem interdisciplinares, onde os professores das diferentes disciplinas escolares da área de ciências humanas podem mediar reflexões sobre temporalidades e suas conexões com conhecimentos geográficos, sociais e político-culturais. Por essa perspectiva, as praças como patrimônio local se constituem em profícuos caminhos para a historicidade da própria construção dos espaços de lazer e comemorações da cidade, pensadas aqui como um texto fabricado cotidianamente por uma delicada escrita que se evidencia em cada reforma de pedra e cal ou em cada monumento como se constitui os livros-memória de escritores como José Edmilson de Holanda e Manoel Cavalcante.

Todo esse material pode ser potencializado por meio de jogos, cuja ludicidade ajudará na efetivação dos objetivos presentes na prática pedagógica do professor, primeiramente prescrita em seu planejamento e nas ações direcionadas ao uso pedagógico que esses lugares podem sugerir, mesmo que sejam espaços profanos ou sagrados.

2.1.3 A Igreja

A religiosidade católica está presente nos entraves da história pauferrense desde sua origem. A devoção à Nossa Senhora da Conceição começou muito antes de existir o município de Pau dos Ferros, quando o fazendeiro Francisco Marçal fez uma promessa para sua família se curar da cólera. Na década de 1740 a imagem

original chegou à localidade e, desde então, há mais de 200 anos, celebram-se os festejos à Imaculada Conceição.

Por volta de 1738 foi iniciada a construção de uma capela nas terras pertencentes a Francisco Marçal, que posteriormente, no ano de 1756 seria elevada a categoria de matriz, com a criação da freguesia em 19 de dezembro deste mesmo ano. Assim, a história da origem e da fundação do município de Pau dos Ferros se confundem com o desenvolvimento religioso local.

De acordo com os relatos escritos na Revista do Bicentenário da Paróquia[4] (1956), a Igreja que foi

> Construída de pedra, atesta, sem dúvida, a participação do braço escravo, máquina que foi por séculos a garantia de rudes trabalhos dessa natureza. Erguida no mesmo local da capela primitiva, as sucessivas reformas porque tem passado deram-lhe a feição hodierna, da qual se diferencia sem dificuldade o aspecto de duas etapas de construção - o corpo da igreja e a sacristia. (A Escada do Côro da Matriz, 1956, p. 56)

Figura 11: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Década de 1960)

Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/search?q=pra%C3%A7a+da+matriz

4 Esta revista teve como objetivo rememorar acontecimentos relevantes para a história da cidade de Pau dos Ferros, comemorando seu centenário, e da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em seu bicentenário. A revista conta com relatos de religiosos e memorialistas que colaboraram com a escrita e edição.

Ao partir do que foi escrito sobre os primeiros passos para a construção da Igreja Matriz, muitas outras etapas foram desenvolvidas, onde datam a partir de 1850 as modificações na estrutura e ampliação. Segundo o memorialista José Edmilson de Holanda (2006), na década de 1930 foi construído o forro de madeira, reconstruído o patamar, além da construção dos jardins laterais; já a década de 1960 foi marcada pela construção da primeira torre, o que já representa uma grande imponência arquitetônica e simbólica para a Igreja Matriz.

O altar da Igreja Matriz também foi alvo de diversas modificações, tendo o altar-mor original demolido em 1969, por um erro de interpretação dos documentos advindos do Concilio Vaticano II, quando passou a ser utilizada uma decoração improvisada até a construção de um novo altar-mor, em 1999. O então altar contava com destaques para as imagens de Jesus crucificado e da padroeira da cidade Nossa Senhora da Conceição. Já na mais recente reforma, ocorrida a partir de 2012, o altar-mor foi mais uma vez demolido, contendo a partir de então a representação do Cristo Pantocrator.

Figura 12: Modificações no altar da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/search?q=pra%C3%A7a+da+matriz

Entre trocas de pisos, demolições e construções de altares, reformas e modificações, a estrutura da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição passou por uma recente e grandiosa reforma, iniciada em 2012 e finalizada em 2015. Com recursos arrecadados por meio de campanhas dentre os fiéis, neste período, foi realizada a reconstrução do coro, o altar-mor construído em 1999 foi substituído por

ícones litúrgicos, dentre outros aspectos acrescentados, como rampas e corrimãos de acessibilidade.

Figura 13: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (2016)

Fonte: Site https://www.minube.com.br/sitio-preferido/igreja-matriz-de-pau-dos-ferros-a3612089

Os eventos e celebrações que envolvem a Igreja Matriz marcam as memórias coletivas - por meio casamentos, batizados, missas, shows - daqueles que vivem no município e em seu entorno. A exemplo disso, a tradicional Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, que já ocorre há 265 anos, no mês de dezembro.

Figura 14: Abertura da Festa de Nossa Senhora da Conceição (2021)

Fonte: Site https://www.instagram.com/p/CXBkzQcF-WH/

A Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição envolve católicos e até os que não se dedicam a esta religião, visto que além da parte religiosa, promove um viés social na cidade, como shows, sorteios, cavalgada, que culminam na procissão que ocorre no dia 08 de dezembro, em comemoração ao dia da padroeira – são momentos de encontros e reencontros de filhos presentes e ausentes da cidade no entorno da Igreja da Matriz, além da presença de diversos visitantes de outras cidades e estados, movimentando o comércio, aquecendo a economia local e fazendo com que desenvolvam memórias individuais e coletivas, ligadas ou não à religião.

Como uma das mais antigas instituições presentes em Pau dos Ferros, a Igreja Católica possui um dos mais importantes acervos sobre a história da cidade. Seus livros de tombo, batismo, óbito, álbuns fotográficos e a própria arquitetura de sua matriz podem ser utilizados pelo ensino de história como um meio de se problematizar as diversas experiências, tanto sagradas como profanas no âmbito da cidade. Essas fontes, em seu conjunto, não podem ser pensadas como algo dado, mas como construções, cuja historicidade é imprescindível à escrita história local. Cabe ao professor averiguar como esses documentos podem ser aproveitados em seu agir pedagógico, relacionando-os com outros espaços e temporalidades no sentido de propiciar mediações que objetivem entender que a cidade é feita de múltiplos sujeitos e espaços.

Assim, a organização de visitas à Igreja Matriz de Pau dos Ferros pode se constituir em momentos em que os alunos e alunas desnaturalizem a visão apenas sagrada sobre esses lugares e possam refletir que os objetos e a própria estrutura arquitetônica possuem temporalidades, singularidades distintas, que expressam interesses e visões sobre o sagrado e o profano.

2.1.4 O Museu

Os museus, compreendidos como espaços que contribuem para a conservação, investigação, comunicação, interpretação e exposição de objetos históricos, artísticos e/ou culturais, contribuem de forma relevante para o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no tocante à relação entre a história dada e a história sentida, ou seja, percebida pelos alunos por meio das sensações e

memórias apreendidas e construídas a partir do contato destes com as exposições museais.

Envolver os museus com o ensino de história é proporcionar uma aprendizagem por meio do contato direto com a fonte histórica, proporcionando o desenvolvimento de habilidades ligadas à percepção do tempo histórico, visto que “as exposições, ao abordarem um tema, pretendem comunicar aos visitantes informações sobre ele, mas também oferecer a oportunidade de construir as habilidades necessárias ao reconhecimento da dimensão temporal” (PACHECO, p. 2, 2015).

Dessa forma, o museu quando inserido no contexto da cidade em que se localiza, passa a fazer parte desta, contribuindo de maneira relevante para a construção de narrativas e de saberes históricos de determinada sociedade. Este é o caso do Museu de Cultura Sertaneja da cidade de Pau dos Ferros-RN.

O Museu de Cultura Sertaneja (MCS) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), com sede no *Campus* Avançado “Prof.ª Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM), na cidade de Pau dos Ferros/RN, foi criado em 2012 e se insere como patrimônio cultural da cidade, principalmente por retratar acontecimentos históricos ligados ao sertão do semiárido, fazendo parte da prática pedagógica de muitas escolas por meio das visitas e análises das exposições.

De acordo com o Regimento do Museu de Cultura Sertaneja, os principais objetivos do referido museu são:

> **Art. 5o** – O MCS terá como objetivos coletar, catalogar, arquivar, conservar, investigar, comunicar e expor objetos, peças e coleções; materiais e imateriais; para fins de preservação e de ações educativas e científicas relacionadas com o patrimônio cultural e histórico do sertão semiárido brasileiro.
> **Art. 6o** – Fundamentado no Art. 1o da Lei N. 11. 904, de 14 de janeiro de 2009, o MCS possui os seguintes princípios fundamentais:
> I. Ensino, pesquisa e extensão;
> II. Promoção da cidadania;
> III. Valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural;
> IV. Universalização do acesso e o respeito à diversidade cultural e à inclusão aos portadores de necessidades especiais;
> V. Intercâmbio e parceria interinstitucional.

Assim, ao discutir sobre o Museu de Cultura Sertaneja, tem-se como propósito problematizá-lo como produtor e meio de circulação de narrativas

memoráveis sobre o passado da cidade, bem como percebê-lo como lugar de aprendizagem.

Por fazer parte da UERN – Campus Pau dos Ferros (CAPF), O Museu de Cultura Sertaneja funciona como uma espécie de extensão da Universidade, onde os servidores e alunos do campus conduzem e organizam os trabalhos e exposições que são frutos de projetos acadêmicos, visando a preservação da cultura e da identidade locais, bem como o conhecimento aberto ao público, que vai desde os alunos da própria universidade, outras instituições públicas e privadas de ensino básico e superior, bem como a população em geral da região,

> Assim, as ações de extensão agregadas ao MCS fazem deste não apenas um espaço físico que expõe objetos, guarda a memória de um povo e está destinado somente à visitação, mas sim um lugar de interação e troca de conhecimento entre presente e passado, entre os objetos e os visitantes, que permite o desenvolvimento de atividades ligadas à temática macro do Programa, do Museu e da integração entre ensino, pesquisa e extensão. (MEDEIROS; CARNEIRO; CARVALHO, 2015, p. 46)

Dessa maneira, o Museu de Cultura Sertaneja surge no cenário local como uma oportunidade de discutir e construir conhecimento à cerca da identidade, da história e da memória, ao passo que envolve a participação da universidade em seu papel social, contribuindo diretamente com o ensino da história local e com a preservação do patrimônio histórico e cultural da região.

Figura 15: Museu de Cultura Sertaneja (2021)

Fonte: Arquivo Pessoal

Se tratando da estrutura física do museu, o que antes era uma sala de aula passou a ser um ambiente de novas narrativas, sendo dividida em algumas seções fixas, além do espaço que se altera de acordo com as exposições temáticas:

> O espaço é dividido em “Cantinho do Cordel” – onde são expostos diversos cordéis de variadas temáticas e autores; “Museu Virtual” – ambiente reservado aos visitantes para assistirem entrevistas e documentários sobre os temas que envolvem a cultura sertaneja, bem como as pessoas têm acesso à lousa digital que proporciona a interação do visitante com o mapa e outros objetos virtuais; “Museu da Economia Sertaneja” - que retrata a economia da região de cada época, de acordo com a temática tratada em cada exposição e, por fim, o espaço principal em que expomos as peças e as fotos dos colaboradores. (MEDEIROS; CARNEIRO; CARVALHO, 2015, p. 43-44)

Para constituir o acervo do Museu, bem como promover a condução dos trabalhos e das exposições realizadas neste espaço de cultura e memória, foi necessária a contribuição de colaboradores locais, que doaram peças e compartilharam histórias por meio de entrevistas, para que fosse possível obter o conhecimento necessário e tornar o museu um lugar de memória e de identificação cultural por parte daqueles que visitam este espaço,

> Assim, em seus 08 (oito) anos de funcionamento, o museu já realizou 05 (cinco) exposições em parceria com projetos e programa de extensão: a primeira exposição teve como temática “O sertanejo e o trabalho” (2012-2013), realizada em parceria com o Projeto de Extensão “Museu de Cultura Sertaneja”, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Leite da Costa; a segunda exposição foi intitulada de “Casa arrumada” (2013-2014), em parceria com o Projeto de Extensão “Museu de Cultura Sertaneja – 2ª ed”, coordenado pela Profa. Dra. Rosângela Alves dos Santos Bernardino; a terceira Exposição Temática “Memórias de engenhos e de casas de farinha” (2014-2016), foi realizada em parceria com o Programa Raízes da Cultura Sertaneja (PROCULT), coordenado pela Profa. Ma. Maria Edneide Ferreira de Carvalho; a quarta exposição, intitulada “Andanças e memórias dos vaqueiros no Alto Oeste Potiguar (2017-2018), foi realizada em parceria com o Programa Raízes da Cultura Sertaneja (PROCULT) – 2ª ed, coordenado pela Profa. Ma. Secleide Alves da Silva; e a quinta e atual Exposição Temática, intitulada “Memórias da passagem da Coluna Prestes no Alto Oeste Potiguar” (2018-atualmente), foi desenvolvida em parceria com o Programa Raízes da Cultura Sertaneja (PROCULT) – 4ª ed, coordenado pelo Prof. Me. José Gevildo Viana. (MEDEIROS; CARNEIRO; CARVALHO, 2015, p. 41)

Salientando sobre as exposições já realizadas no Museu, compreende-se que todas foram realizadas tratando sobre temáticas que abordam a identidade sertaneja, estas que envolvem o modo de vida, o trabalho, as origens e até mesmo

eventos históricos que foram protagonizados de alguma forma pelos habitantes dessa região. Dessa forma, é importante ressaltar que o contato dos visitantes com essas exposições possibilita o reavivamento da identidade e das memórias locais, indicando a importância deste lugar para a preservação da história e do patrimônio cultural que envolvem a cidade de Pau dos Ferros-RN.

De acordo com os livros de visita e os relatórios das exposições analisados durante esta pesquisa, o maior público que realiza agendamentos para visitar o Museu está ligado às escolas de ensino básico, públicas e privadas, sejam elas da própria cidade de Pau dos Ferros-RN ou das regiões circunvizinhas.

A Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas esteve presente em algumas destas exposições do Museu de Cultura Sertaneja, onde os alunos foram levados ao Museu através das professoras de Língua Portuguesa, Arte e História, abrangendo turmas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, demonstrando a importância deste lugar para a memória e o ensino da história local.

Porém, para que o ensino de história se torne significativo por meio da visita ao museu, é necessário um planejamento prévio por meio dos professores que leve à questionamentos em relação aos objetos, às fontes, ao propósito da exposição a ser visitada. Em contrapartida, o museu também precisa buscar o diálogo junto às escolas para que as visitas passem a possuir um significado mais amplo e crítico, indo além de um passeio superficial pela exposição ou de relatórios com dados e datas que não terão o propósito do desenvolvimento do conhecimento histórico por parte dos alunos. (RAMOS, 2004)

Nesse sentido, é necessário valorizar e promover visitas mais frequentes, produtivas e contextualizadas ao ensino e à realidade dos estudantes. Durante a visita, o museu precisa ser sentido e fazer sentido para os alunos e as alunas, como um espaço de questionamentos, de problemáticas e de curiosidade, para que os estudantes reconheçam este espaço e suas exposições como importantes fontes para aprendizagem e a discussão sobre a história local. O objetivo é que os estudantes passem a se identificar, a construir memórias, análises e a encarar o museu como um recorte da universidade que se torna extensão da sala de aula do ensino básico, “afinal, o ensino que se serve da cultura material como fonte de saber histórico se nutre, também, da criatividade dos museus e das escolas, ou melhor, dos que trabalham nos museus e nas escolas, em nome do futuro que o passado

pode gerar” (RAMOS, 2020, p. 20), tornando a experiência da construção dos saberes ainda mais significativa, para quem a proporciona e para quem aprende.

2.2 O patrimônio na sala de aula

Mesmo diante da dificuldade em trabalhar a história local de forma mais efetiva no Ensino Médio, encontra-se esta possibilidade por meio de projetos pedagógicos, tanto da disciplina de história, como de outras áreas de conhecimento, principalmente ligadas às linguagens.

Estes projetos ou até mesmo aulas de campo, envolvem de forma direta a visitação aos patrimônios culturais, seja para análise direcionada ou apenas para que os alunos possam conhecer de maneira mais detalhada e contemplar esses lugares.

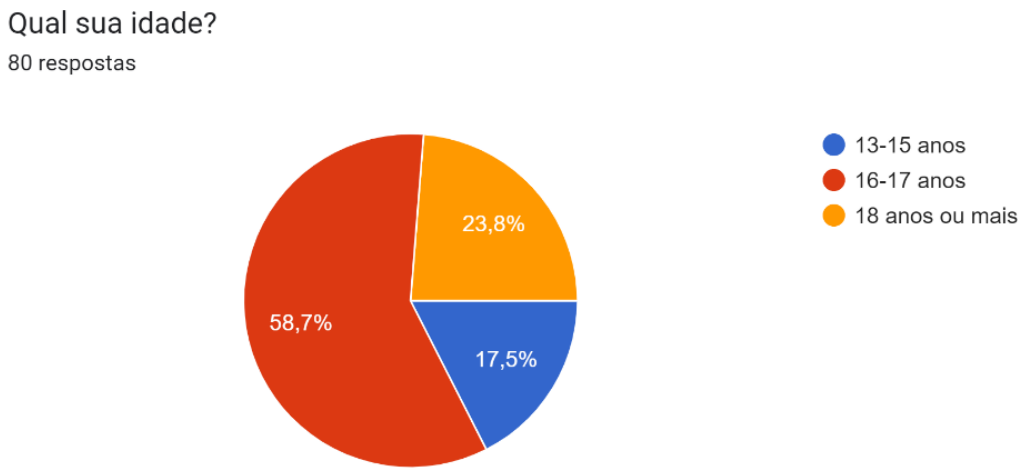
Nesse sentido, foi possível perceber esse tipo de experiência didática vivenciada pelos alunos do ensino médio da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, no ano de 2021. Diante do período pandêmico que transcorreu a pesquisa, os contatos iniciais para esta análise ocorreram de forma remota, por meio da elaboração de um formulário online, que foi enviado aos alunos, para que estes pudessem repassar informações mais abrangentes, principalmente relacionadas às disciplinas que abordaram os lugares de memória em suas aulas de campo e/ou projetos.

Neste formulário, alunos foram indagados sobre o contato destes com a história local e, assim, foi possível fazer a análise dos relatos de experiência sobre os usos dos patrimônios culturais enquanto lugares de memória da cidade de Pau dos Ferros/RN como estratégias para o ensino por parte dos professores e professoras da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas que desenvolveram atividades relacionadas aos lugares de memória da cidade de Pau dos Ferros/RN durante a trajetória escolar destes alunos. Assim, as turmas contribuíram com o trabalho por meio da percepção e identificação ou não dos lugares de memória da cidade de Pau dos Ferros/RN durante estas aulas e a construção do conhecimento histórico sobre a histórica local.

O formulário foi desenvolvido em quatro sessões de perguntas, divididas em: Identificação pessoal do aluno – contendo dados como e-mail, idade, gênero, série – para que, juntamente com a segunda seção, que tratou sobre a identificação socioeconômica dos alunos, fosse possível traçar o perfil destes estudantes e analisar suas devolutivas de forma contextualizada com o meio em que vivem. A terceira e a quarta seções estavam relacionadas de forma mais específica com o tema desta pesquisa, pois trataram, respectivamente do conhecimento dos alunos sobre os conceitos de Patrimônio cultural e lugares de memória, bem como sobre a relação entre patrimônio e ensino.

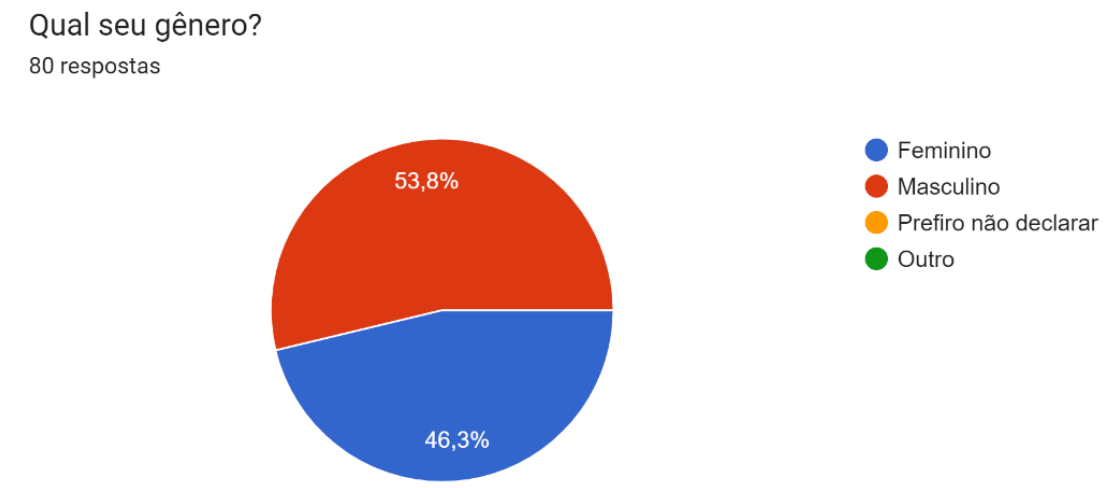
Partindo para a análise das devolutivas obtidas através da primeira seção do formulário, observou-se que dentre os 80 estudantes participantes da pesquisa, sua grande maioria possuía entre 16 e 17 anos de idade, sendo 53,75% do sexo masculino e 46,25% do sexo feminino, no quais 40% se autodeclararam pardos(as), seguidos de 25% que se autodeclararam pretos(as) e 25% se autodeclararam brancos(as), 5% amarelos, 2,5% indígenas e 2,5% preferiram não opinar, como demonstram os gráficos a seguir:

Gráfico 1: Faixa etária dos/as alunos/as



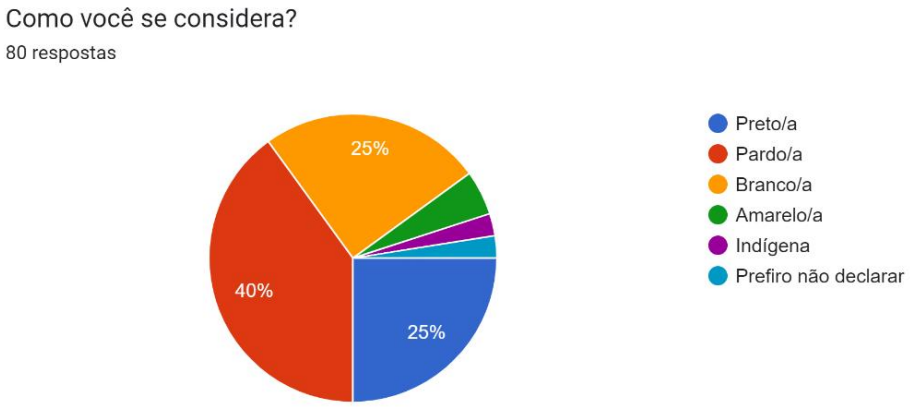
Fonte: Arquivo Pessoal

Gráfico 2: Gênero dos/as alunos/as



Fonte: Arquivo Pessoal

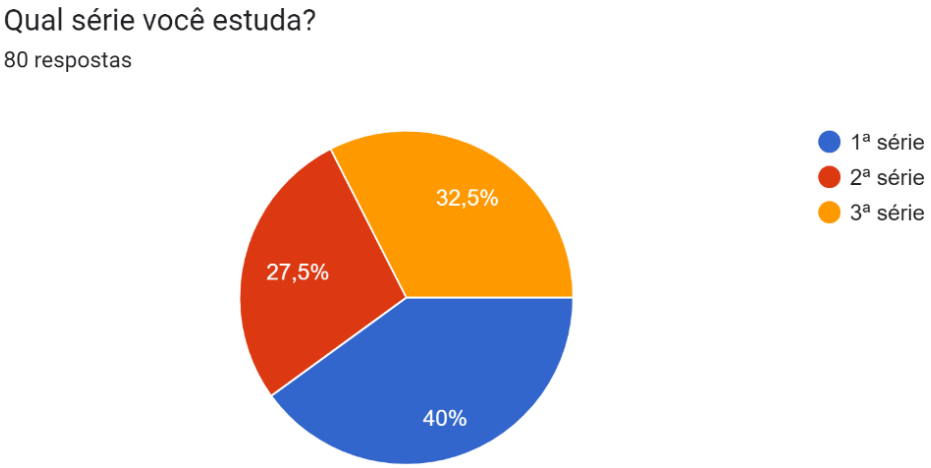
Gráfico 3: Como você se considera?



Fonte: Arquivo Pessoal

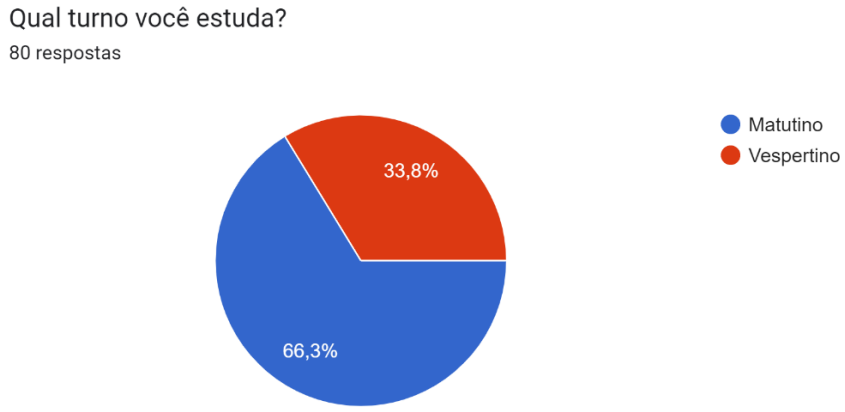
Em relação à série e turno que os alunos participantes da pesquisa frequentavam, as devolutivas refletiram o público mais participativo da escola durante as aulas remotas no período de pandemia, demonstrando uma quantidade maior de participação dos alunos da 1ª série do Ensino Médio e dos estudantes do turno matutino.

Gráfico 4: Série dos/as alunos/as



Fonte: Arquivo Pessoal

Gráfico 5: Turno que os/as alunos/as estudam



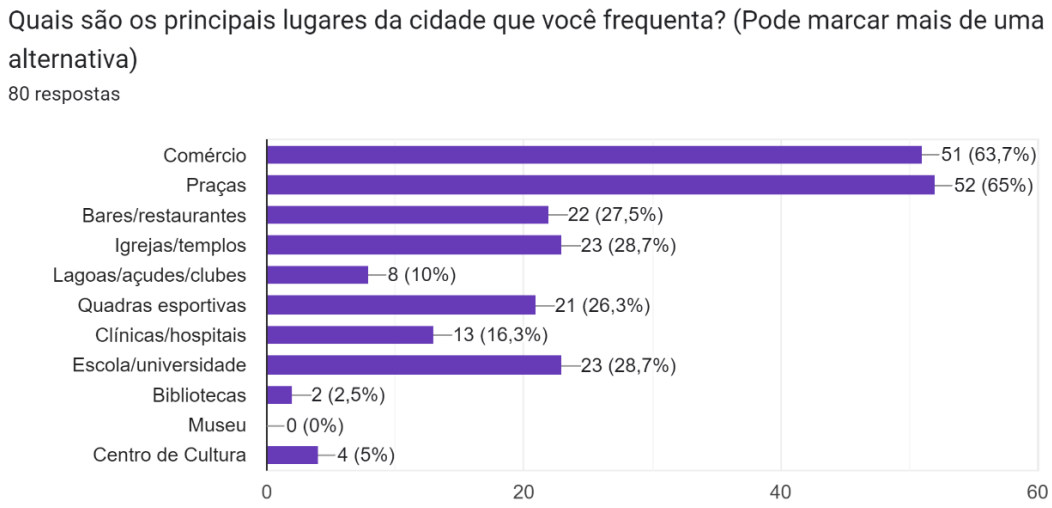
Fonte: Arquivo Pessoal

A maior participação por parte dos alunos e alunas do turno matutino na devolutiva do formulário, demonstra uma realidade presente na escola – o turno matutino possui um maior número de alunos em relação ao turno vespertino, algo que também reflete na quantidade de alunos por série, pois as turmas de 1ª série possuem mais alunos do que as demais, o que fica evidente no gráfico. Algo que,

quando se confronta com os dados referentes à idade da maioria dos alunos e alunas, pode-se chegar à conclusão de que muitos alunos estão em faixa etária inadequadas para sua idade, uma realidade bastante presente nas escolas públicas.

Estes estudantes configuram uma parcela da sociedade que conta com uma condição financeira e muitas vezes insuficiente para o sustento da família, visto que alguns precisam trabalhar para contribuir com a renda familiar. Como a grande maioria vive na zona urbana e a pesquisa gira em torno dos lugares que representam memórias significativas para a sociedade pauferrense, tornou-se interessante indagá-los sobre os espaços que os estudantes visitam com maior frequência, obtendo nas respostas desde os lugares de lazer e convivência social, até aqueles de prestação de serviços, assim como demonstra o gráfico:

Gráfico 6: Lugares que os/as alunos/as frequentam



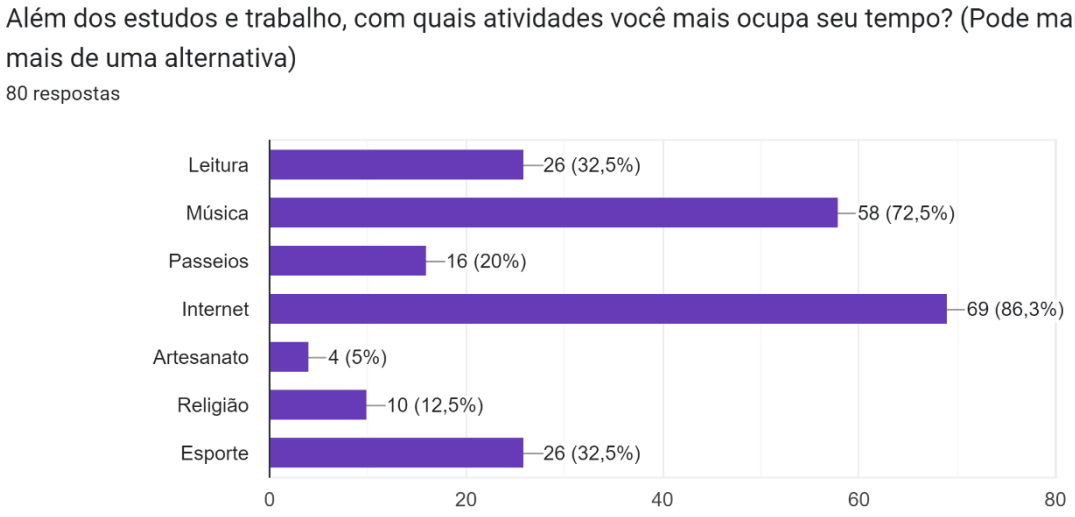
Fonte: Arquivo Pessoal

Através desta amostra, é possível identificar características interessantes sobre o cotidiano dos jovens da cidade, que possuem nas praças, nos bares e restaurantes, e no esporte, suas maiores fontes de lazer e entretenimento na cidade de Pau dos Ferros; além disso, percebe-se também a importância do comércio local no dia a dia destes alunos, enfatizando uma característica intrínseca da cidade que é a movimentação comercial que envolve não apenas a população local, mas abrange cidades circunvizinhas. Outro dado interessante que se pode perceber

diante da análise do gráfico acima é a inexistência de relatos à cerca da frequência em relação às visitas ao Museu, demonstrando que esse lugar não está inserido na rotina dos alunos em questão.

Estas informações são complementares aos questionamentos realizados sobre o que estes estudantes mais fazem para ocupar o tempo, demonstrando a evidência da internet na vida destes jovens, também, como uma das principais fontes de informação que estes têm acesso, algo que também ressalta o momento em que foi realizada a pesquisa. Durante a pandemia do novo coronavírus, a internet se mostrou como uma ferramenta indispensável em meio ao afastamento social, porém, outras atividades como a leitura, a música, o esporte, a religião, o artesanato e os passeios também fizeram parte dos relatos dos alunos:

Gráfico 7: Atividades que os/as alunos/as realizam fora da escola



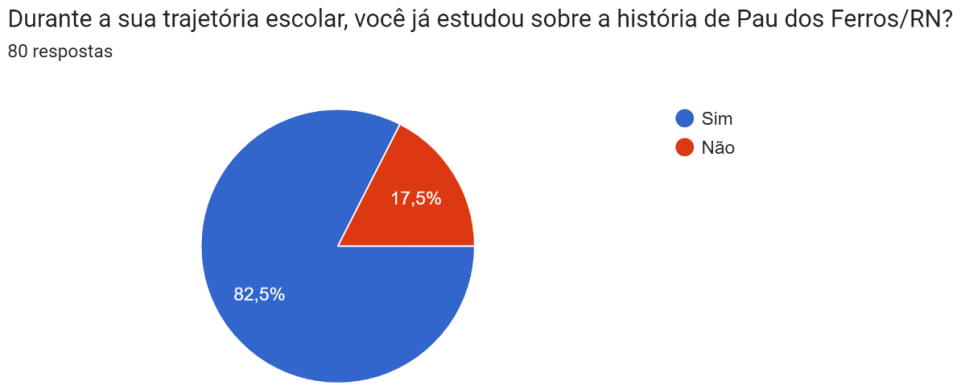
Fonte: Arquivo Pessoal

Traçado este panorama dos entrevistados por meio do formulário online, parte-se para a análise a respeito dos patrimônios culturais e do ensino de história local, partindo do conceito de patrimônio até a identificação destes na cidade. Dessa forma, os alunos demonstraram compreender o que são patrimônios, pois sua grande maioria conseguiu defini-los como algo importante para a história da cidade e das pessoas e que precisa ser preservado.

Dentre os patrimônios citados pelos alunos que eles identificam na cidade de Pau dos Ferros – RN, os que mais se destacam são as Praças, a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia e a Igreja da Matriz. Isso porque estes espaços, segundo os relatos presentes no formulário, fazem parte de forma direta ou indireta das memórias individuais e coletivas que ocupam espaço na história individual e local nas quais estes estudantes estão inseridos, pois são espaços que eles frequentam, que convivem com pessoas, que admiram sua arquitetura e por encontrarem nestes lugares uma identificação com a história da cidade. Enquanto que outros locais também visitados pelos alunos durante as aulas, como o Museu de Cultura Sertaneja, por mais que este desenvolva exposições temáticas que relacionem a vida do sertanejo e, consequentemente, contribua para a identificação da cultura local, o espaço não é visto como um lugar de memória para os alunos que responderam ao formulário, o que serve de contraponto para compreender que nem sempre um patrimônio cultural será visto como um lugar de memória pelos seus frequentadoras/visitantes.

Diante do conhecimento que os alunos demonstraram por meio das respostas dadas no formulário, quando são questionados sobre a presença deste tipo de conteúdo – sobre patrimônio histórico e cultural, história local – nas aulas, percebe-se que esta temática já foi abordada durante a trajetória estudantil destes alunos, como demonstram os gráficos a seguir:

Gráfico 8: Você já estudou sobre a história de Pau dos Ferros-RN?



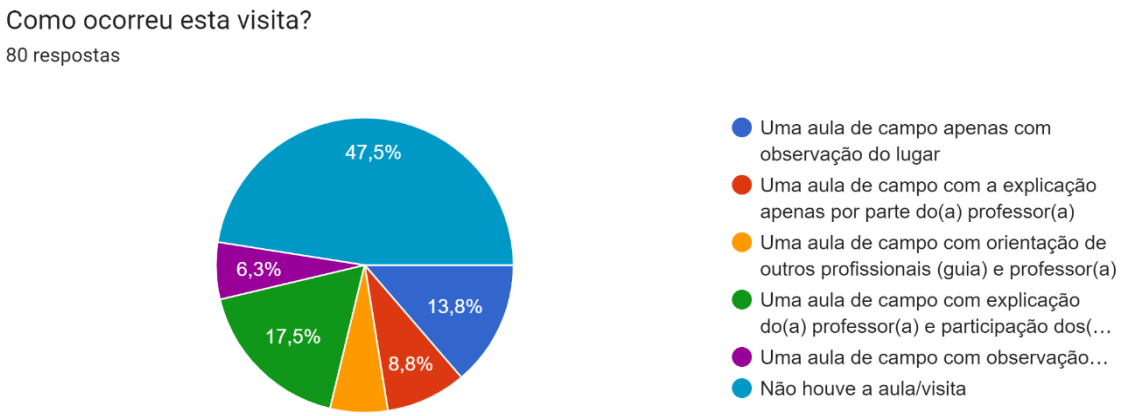
Fonte: Arquivo Pessoal

Gráfico 9: Você já estudou sobre patrimônio na escola?

Fonte: Arquivo Pessoal

Porém, mesmo estudando sobre patrimônio e sobre a história local da cidade de Pau dos Ferros-RN, a maioria dos relatos demonstram que os estudos ficaram retidos à sala de aula em alguns casos, visto que 52,5% dos alunos não visitaram os patrimônios culturais durante as aulas e, quando isso ocorreu, houve poucas oportunidades para problematizá-lo ou contextualizá-lo. As visitas aos patrimônios locais não devem ocorrer de forma esporádica ou até mesmo sem algum propósito nítido para os estudantes; estes precisam compreender a importância de ter a oportunidade de visualizar, analisar, problematizar e compreender a história não apenas através do livro didático e na sala de aula, mas também por meio da história que está posta na cidade e nos lugares e objetos que compõem os espaços.

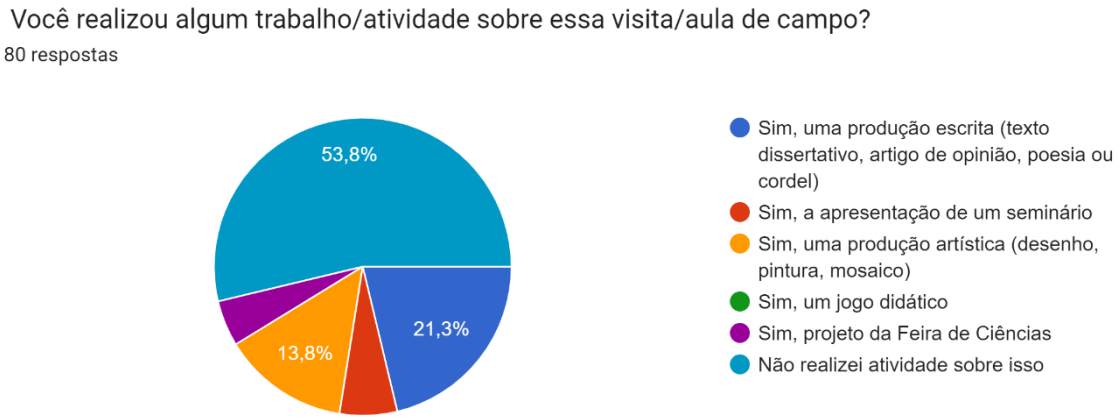
Gráfico 10: Como ocorreram as visitas aos patrimônios


Como ocorreu esta visita?
80 respostas
47,5%
6,3%
13,8%
17,5%
8,8%
Uma aula de campo apenas com observação do lugar
Uma aula de campo com a explicação apenas por parte do(a) professor(a)
Uma aula de campo com orientação de outros profissionais (guia) e professor(a)
Uma aula de campo com explicação do(a) professor(a) e participação dos(…
Uma aula de campo com observação…
Não houve a aula/visita

Fonte: Arquivo Pessoal

Nesse sentido, a ausência desta temática sendo trabalhada de forma didática e como parte do currículo do cotidiano dos alunos do ensino médio da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas, expressa-se também nas atividades desenvolvidas durante a abordagem desses temas, visto que mais da metade dos alunos que foram entrevistados via formulário online não realizaram atividades ligadas à história local e às visitas desenvolvidas quando estudaram sobre essa temática, como transparece no gráfico abaixo:

Gráfico 11: Atividades realizadas nas aulas de campo


Você realizou algum trabalho/atividade sobre essa visita/aula de campo?
80 respostas
53,8%
21,3%
13,8%
Sim, uma produção escrita (texto dissertativo, artigo de opinião, poesia ou cordel)
Sim, a apresentação de um seminário
Sim, uma produção artística (desenho, pintura, mosaico)
Sim, um jogo didático
Sim, projeto da Feira de Ciências
Não realizei atividade sobre isso

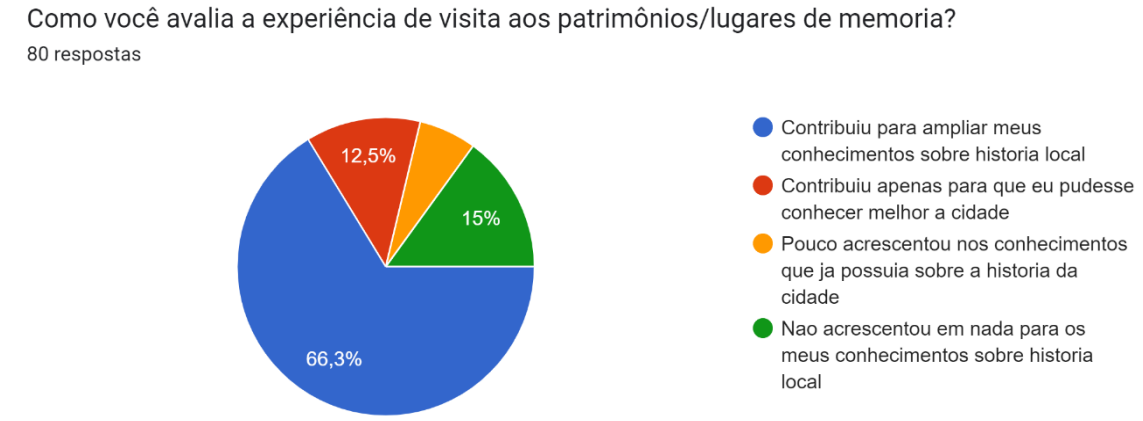
Fonte: Arquivo Pessoal

O planejamento de atividades que consigam estar atreladas às visitas é de fundamental importância para que os estudantes compreendam que o patrimônio local é uma fonte histórica e, dessa maneira, passem a valorizá-lo e a buscar maneiras de preservá-lo. Estas atividades não precisam ser necessariamente avaliativas, obrigatórias ou algo que torne a visita enfadonha e puramente objetiva ou descritiva, mas que permitam a percepção dos estudantes à cerca do que está sendo observado, proporcionando momentos de discussão e desenvolvimento do protagonismo estudantil no processo de construção do conhecimento e de identificação com o lugar em que se vive.

Porém, mesmo diante das poucas experiências vivenciadas por estes alunos, estas demonstraram ser de grande valia para a construção do conhecimento histórico sobre os patrimônios culturais e a história local, refletindo nas suas

devolutivas quando foram questionados sobre a experiência em visitar esses patrimônios:

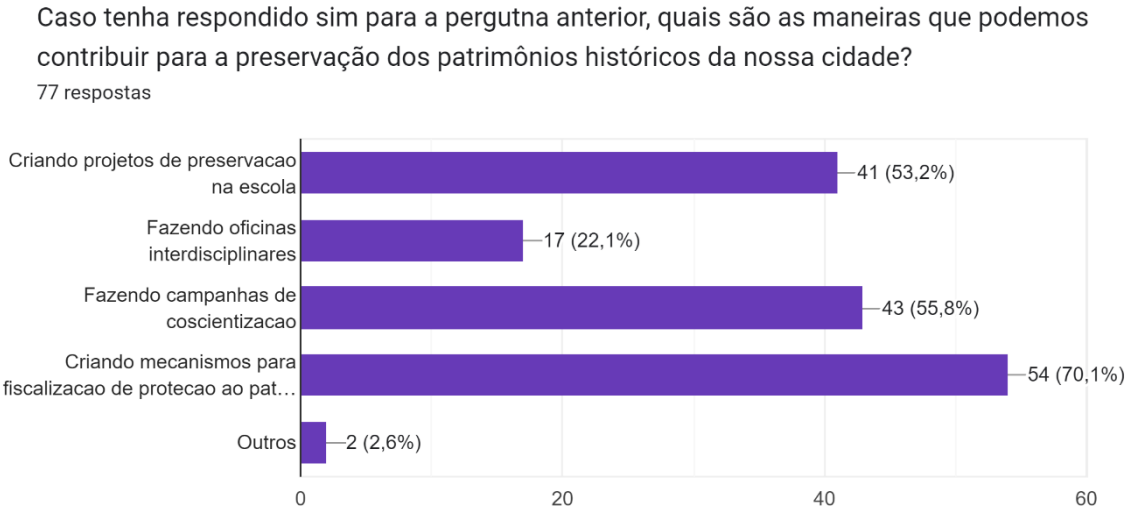
Gráfico 12: Avaliação das visitas aos patrimônios


Como você avalia a experiência de visita aos patrimônios/lugares de memoria?
80 respostas
12,5%
15%
66,3%
Contribuiu para ampliar meus conhecimentos sobre historia local
Contribuiu apenas para que eu pudesse conhecer melhor a cidade
Pouco acrescentou nos conhecimentos que ja possuia sobre a historia da cidade
Nao acrescentou em nada para os meus conhecimentos sobre historia local

Fonte: Arquivo Pessoal

Ou seja, diante da experiência que estes alunos tiveram durantes esses momentos de discussão, visita, apreciação e construção do conhecimento histórico, percebe-se o aprimoramento da consciência histórica dos alunos, tanto para a valorização da história local, bem como dos seus patrimônios culturais, desenvolvendo a importância de alertar, também, para a preservação desse patrimônio como forma de manter e valorizar a história local. Assim, os próprios alunos sugeriram maneiras para contribuir com a preservação do patrimônio local:

Gráfico 13: Contribuições para a preservação dos patrimônios da cidade



Fonte: Arquivo Pessoal

Portanto, percebe-se a relevância de trabalhar no ambiente escolar e por meio deste, a história local e os patrimônios culturais da cidade de Pau dos Ferros-RN, com maior intensidade e de forma a incluir esta temática de alguma maneira no currículo escolar, para que este apreço pelos bens históricos e lugares que despertam a construção de memórias permaneça sendo valorizado e desenvolvido na sociedade local, principalmente por parte dos jovens.

3. JOGO DE DIDÁTICO: OS CAMINHOS QUE LEVAM AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PAU DOS FERROS/RN

O desafio em atrair a atenção e o interesse dos alunos do Ensino Médio nas aulas de História vem fazendo parte de forma permanente no cotidiano escolar. Por se tratar de uma área do conhecimento onde os conteúdos abordados nos livros didáticos demonstram uma relação tempo-espaço distantes dos alunos, muitos acabam por encarar a História como algo que não traz identificação com sua realidade.

Além disso, durante muito tempo, por meio dos ideais positivistas, a História foi encarada como uma disciplina composta por datas, nomes e acontecimentos que, além de se distanciarem da realidade do alunado, não possuíam dinamicidade em suas abordagens, tornando-a decorativa e passível de informar, sem a possibilidade de inferir ou problematizar.

De acordo com novos estudos e abordagens, a História passou a possibilitar um encontro com o passado e com o presente de maneira dialogada; as aulas deixam, assim, de ser um monólogo onde o professor transmite o conhecimento e os alunos apenas absorvem sem interpretá-lo, passando a ser um diálogo sobre os mais variados aspectos que envolveram sociedades passadas e que refletem no presente, na realidade do aluno, possibilitando que os estudantes participem, interpretem, problematizem e contribuam no processo de construção dos saberes históricos.

Porém, esta abordagem de uma aula dialogada ainda não se mostra suficiente para promover o interesse e o engajamento dos alunos durante as aulas de história, onde é necessária a busca por metodologias mais ativas, participativas e

diferenciadas, que vão de encontro com o que eles gostam de fazer, para que haja uma maior aproximação com sua realidade.

Dessa forma, na ânsia de buscar estratégias para que haja uma interação maior nas aulas e os alunos possam se sentir mais empenhados em aprender sobre história, surge a possibilidade de agregar os jogos – que fazem parte do cotidiano dos jovens – e a História Local – que acrescenta a identificação do aluno com o lugar onde se vive e com a sua própria história de vida. Como ressalta Meinerz:

> Compreendemos o jogo como prática cultural que pressupõe a interação social, e exploramos essa temática a partir do reconhecimento do potencial presente na apropriação do lúdico em experimentações pedagógicas de construção do conhecimento histórico na escola, justamente pela capacidade de criar vínculos entre os pares (jovens estudantes), dos pares com os mestres (adultos professores) e de ambos com os saberes e fazeres que circulam dentro e fora da sala de aula. (MEINERZ, 2018, p. 73)

Ou seja, o ato de jogar em sala de aula pode ser visto com uma abertura diante da rotina dos estudos, das explicações que podem parecer exaustivas para os alunos, dos exercícios de fixação e das avaliações sistematizadas que estão frequentemente no dia a dia dos alunos, principalmente quando se tratar de turmas de 3ª série do ensino médio, que possuem uma cobrança maior em mostrar resultados positivos no ano conclusivo.

Nesse sentindo, corroborando com o pensamento de Huizinga (2010), que analisa o jogo como um fenômeno cultural, intrínseco à sociedade e, por isso, inerente ao processo de desenvolvimento histórico do ser humano, desde as primeiras civilizações, abre-se mais um precedente para que o jogo se torne uma possibilidade de metodologia durante as aulas de história, justamente por sua importância e historicidade, como também por diversos âmbitos que ele está inserido – enquanto contribuição para as relações de grupo, para a competição, a colaboração, a diversão, a disciplina e a busca em alcançar um objetivo.

Dessa maneira, os jogos passam a se mostrar como uma alternativa capaz de atrair a participação dos alunos nas aulas de história, pois “jogar consiste mesmo, então, em brincar. Uma brincadeira com o tempo, numa instalação mesma no que divide passado e futuro. Sempre apontando à conservação do passado e à espera do futuro” (PEREIRA; GIACOMONI; 2018, p. 15). E é neste ato de brincar, no sentido de promover a interação e a ludicidade, é possível jogar com os conceitos,

com as temporalidades e com as percepções dos alunos sobre os fatos históricos. Dessa maneira, o jogo não se limita apenas a uma brincadeira, sem regras ou fundamentação, deixando, assim, de ser uma alternativa que antes era restrita apenas a crianças da educação infantil e do ensino fundamental, tendo a possibilidade de fazer parte das aulas do ensino médio.

Nessa perspectiva, o jogo não deve ser algo simplesmente lúdico e despretensioso, pois ao mesmo tempo em que os alunos se divertem, eles conseguem absorver e construir conhecimento, até mesmo sem que percebam que isso está, de fato, acontecendo no momento da diversão, “nesse ato de jogar, os estudantes estão na origem dos conceitos, pois que ali, no ato, conceitos históricos se gestam e passam a dar forma à vida, aos modos de vida, aos antigos presentes” (PEREIRA; GIACOMONI; 2018, p. 15). É exatamente por isso que os jogos didáticos cumprem a função de metodologia ativa de forma eficiente, caso sejam bem planejados e conduzidos com este propósito, pois ao mesmo tempo em que traz leveza e liberdade, o jogo também tem objetivos e regras a serem seguidas, o que implica no desenvolvimento de estratégias, aprimorando a capacidade de interagir com o outro, de definir táticas e de desenvolver o conhecimento histórico.

Ao ponto que essa metodologia é adaptável a diversos conteúdos e deve ser incluída na prática de sala de aula, é necessário o cuidado no tocante a deixar claro o que o jogo pretende proporcionar aos alunos, sem substituir outras etapas do ensino ou garantir que a utilização dos jogos em sala de aula possa fazer milagre e garantir que a aprendizagem ocorra de maneira em que os resultados sejam sempre positivos. É preciso salientar que esta é uma proposta, e, assim, “cabe destacar aqui que *não queremos didatizar* o jogo no sentido de pensá-lo como técnica única ou método capaz de garantir melhores resultados em relação aos vividos em nosso cotidiano como professores” (MEINERZ, 2018, p. 74, grifos da autora).

Ainda tratando sobre a questão metodológica que envolve o jogo em sala de aula, é importante ressaltar o papel do professor nesse processo de promover a interação entre os alunos, o conteúdo e a própria relação com o professor, pois este passa a ser um mediador do conteúdo que, de acordo com a dinâmica do jogo, passa a ter o conhecimento produzido em conjunto e com a participação dos alunos, “Logo, não se trata de o professor preocupar-se em apresentar definições ou interpretações de conceitos ou acontecimentos históricos, mas o de ensejar um

lugar onde os conceitos podem aparecer como criação” (PEREIRA; GIACOMONI; 2018, p. 15).

O desafio do professor se intensifica ao deparar-se com uma nova realidade de ensino, provocada pela pandemia do novo coronavírus, que demandou uma rápida adaptação do ensino presencial para que este passasse a ser remoto, distanciando o professor e os estudantes no processo de aprendizagem. Os jogos online passam a ser uma estratégia bastante válida para que os alunos se identifiquem e se sintam impulsionados a participar das aulas, visto que esta é uma prática que já condiz com o cotidiano dos jovens, tornando-a uma ferramenta imprescindível para que as aulas fossem mais dinâmicas e atrativas, sem perder a qualidade e a contextualização dos conteúdos e, proporcionando ao professor, uma estratégia de adaptar suas aulas às novas tecnologias que contribuem para esta nova forma de ensino.

Nesse sentido, o “Jogo didático: os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN” visa ser uma prática que envolva os alunos, desde a participação na construção do jogo, até sua aplicação em sala de aula em busca de contribuir com a interação durante as aulas – sejam presenciais, remotas ou híbridas – e proporcionar uma aprendizagem significativa, que “é fazer com que o aluno se capacite a realizar uma reflexão de natureza histórica acerca de si e do mundo que o rodeia”, principalmente no tocante ao conhecimento da história local (SEFFNER, 2018, p. 23).

3.1 O tabuleiro e as cartas

A história dos jogos de tabuleiro é muito antiga, datando por volta de 7.000 anos a.C. e, por isso, fazem parte do desenvolvimento das habilidades e da sociabilidade dos grupos, além de possuírem características voltadas para a aprendizagem, a concentração, a estratégia e a diversão. Segundo as pesquisas realizadas por Prado (2018), os princípios da matemática estão presentes no primeiro jogo de tabuleiro que se tem registro, chamado de “Mancala”, de origem africana.

Já no Brasil, ainda segundo Prado (2018), os primeiros jogos de tabuleiro têm origem indígena, de nome Jogo da Onça, possuindo a estratégia como principal característica para desenvolver a habilidade de conseguir vencer o jogo. Com recursos condizentes com a realidade do momento em que foi constituído, as regras eram mais simples e os componentes do jogo seguiam aspectos contidos no cotidiano: o tabuleiro era riscado no chão e as peças eram sementes.

Atualmente, após diversas modificações no sentido e nos formatos dos jogos de tabuleiro, as estruturas que os compõem foram se modernizando, ganhando novos aspectos e tornando os objetivos mais complexos, mas sem perder a essência inicial: a utilização da estratégia, da competição, da cooperação e da busca pela vitória ao final da partida.

Os jogos de tabuleiro modernos, como nomeia Prado (2018), possuem características diferentes e que possibilitam adaptar-se ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que envolvem a interação entre os participantes e a sorte não é um fator determinante, mas sim, a análise do jogo, a estratégia a ser escolhida, as tomadas de decisões, além do conhecimento sobre certo tema abordado no jogo. Assim, aplicado ao ensino, “o jogo lida com a conquista cognitiva, emocional, moral e social, podendo ser usado na escola para trabalhar a confiança do aluno, incentivando-o a questionar e corrigir suas ações, a analisar e comparar pontos de vista” (PRADO, 2018, p. 34).

Dentre os tipos de jogos de tabuleiro mais populares no Brasil, estão os jogos de trilha, que possuem casas formando um caminho a ser percorrido pelos jogadores até que cheguem ao final. Estes podem ser utilizadas de diversas maneiras, com objetivos simplesmente competitivos ou, colaborativos e de desenvolvimento cognitivo.

Neste caso, encontra-se o formato do “Jogo Didático: os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN”, que consiste em um jogo de tabuleiro, no sistema de trilha e que visa a participação dos alunos e seu envolvimento com o contexto da história local de Pau dos Ferros/RN, por meio de descobertas e desafios que estão presentes no percurso do jogo. Assim, este foi idealizado com o objetivo de ser um material didático-pedagógico que consegue

despertar a aprendizagem sobre a importância de conhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural e, por meio deste, estimular o interesse sobre a história local.

O material foi desenvolvido visando a durabilidade a longo prazo, além da portabilidade para que o professor consiga transportá-lo sem dificuldade e transitar de uma sala de aula para outra com os itens que compõem o jogo. Além disso, busca-se estimular a atenção dos alunos por meio de um design com cores e aspectos visuais que identifiquem, já num primeiro momento, do que se trata a temática do jogo – a história local.

O tabuleiro foi confeccionado em lona, um material impermeável e dobrável, no tamanho de 80cm de comprimento por 45cm de altura, uma dimensão considerável que atrai a atenção dos participantes e tornam o percurso do tabuleiro bem visível, bem como os outros elementos que compõem o cenário – os patrimônios que foram citados pelos alunos durante a pesquisa e que fazem parte da história local da cidade de Pau dos Ferros/RN.

O percurso do jogo conta com 64 casas identificadas por cores, onde cada cor corresponderá a uma ação que o jogador deverá seguir: Casa amarela – fique uma rodada sem jogar; casa verde – avance duas casas; casa azul – volte uma casa; casa vermelha – desafio; casa cinza – retire uma carta e responda à pergunta; além da casa de Início, onde os peões ficarão dispostos para iniciar a partida e a casa de Chegada, onde o jogar que chegar primeiro vencerá o jogo.

As cartas, utilizadas durante o jogo para que os participantes respondam aos questionamentos, são divididas em duas categorias: Perguntas e Desafios. As cartas de Perguntas contêm afirmativas sobre conceitos que envolvem patrimônio, história local, preservação patrimonial, dentre outros temas, que os participantes devem opinar se são verdadeiras ou falsas (estas compõem o jogo de forma permanente e foram elaboradas pela professora), além das questões elaboradas pelos próprios alunos, que envolvem curiosidades e acontecimentos que chamaram atenção deles em relação a história local. Já as cartas de Desafios possuem indicações de ações que os alunos devem realizar de forma prática, como: cantar, encenar, relatar uma memória coletiva e/ou individual, dentre outras ações relacionadas à maneira que os

3.2 Versão online

A tecnologia vem ganhando cada vez mais espaço no mundo atual, visto que esta tem feito parte do cotidiano das pessoas cada vez mais cedo, com a utilização de smartphones, tablets, computadores e, principalmente, por meio do uso da internet como fonte de informação, comunicação e lazer.

No cenário provocado pela pandemia do novo coronavírus, a partir do ano de 2020, diversas foram as formas de buscar a adaptação ao distanciamento social e a tecnologia conseguiu tornar esse processo cada vez mais possível, pois foi por meio da internet que o mundo do trabalho e da educação, por exemplo, conseguiram se manter ativos em meio à pandemia. Além disso, a internet proporcionou a aproximação das pessoas, mesmo de forma virtual, mantendo-se os vínculos à distância.

Neste sentido, a educação precisou se reinventar, por meio de aulas remotas, utilizando diversas plataformas digitais em busca de transformar as aulas em momentos construtivos e atrativos para que os alunos se mantivessem conectados e buscando a aprendizagem. Uma das ferramentas utilizadas nas aulas foram os jogos online, que contribuíram de forma significativa durante estas aulas.

Os jogos online podem possuir vários objetivos, como o desenvolvimento da tomada de decisões, de liderança, cooperação, trabalho em grupo, estratégia e construção do conhecimento, tanto sobre um assunto específico, tanto quanto sobre a própria tecnologia que envolve a programação do jogo. No caso de jogos educacionais, a praticidade de alguns sites que possibilitam a base de alguns jogos que podem ser alteradas e adaptadas pelos professores de acordo com os conteúdos que interessam para determinada aula, facilita bastante sua utilização e o planejamento desta ação, inclusive durante o ensino remoto.

Nesse sentido, o jogo online que muitas vezes já faz parte do cotidiano dos jogos, acaba inserindo-os no universo do conhecimento histórico, proporcionando uma experiência lúdica, divertida e prazerosa que, aliando ao conhecimento produzido durante a execução da atividade, contribui para a melhor aprendizagem do assunto em questão, tornando-se “um ótimo aliado para o desenvolvimento de habilidades sociais, pois os alunos têm a chance de compartilhar informações e

experiências, expor problemas relativos aos jogos e ajudar uns aos outros, resultando num contexto de aprendizagem distribuída" (CARVALHO, 2018, p. 22).

Adentrando neste mundo da tecnologia, um dos conceitos bastante explorados é o de gamificação no ensino, que visa promover a interseção entre a os jogos eletrônicos/online, com a aprendizagem, pois

> a gameficação se constitui na utilização da mecânica dos *games* em cenários *non games* criando espaços de aprendizagem mediadas pelo desafio pelo prazer e entretenimento. Compreendemos espaços de aprendizagem como distintos cenários escolares e não-escolares que potencializa o desenvolvimento de habilidades cognitivas (planejamento, memória, atenção, entre outros), habilidades sociais (comunicação, assertividade, resolução de conflitos interpessoais, entre outros) e habilidades motoras. (ALVES; MINHO; DINIZ, 2014).

Em consonância com este conceito, é possível utilizar os jogos online como aliados durante as aulas, principalmente no que se refere às aulas remotas, que muitas vezes devido à falta de novos estímulos ou até mesmo devido ser algo novo e ainda não incorporado no cotidiano educacional dos alunos do ensino regular e presencial, os problemas como a evasão escolar fizeram parte das aulas durante a pandemia. Dessa maneira, os jogos surgem como atrativos para que os alunos se sintam motivados e com mais ânimo em participarem das aulas.

Ressaltando todos os aspectos já mencionados, a versão online do "Jogo Didático: os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN", busca promover a inserção dos alunos em uma realidade divertida e que promova a aprendizagem por meio das novas tecnologias. As regras são as mesmas e o layout do jogo também seguirá o mesmo padrão da versão material, onde os alunos conseguirão jogar de forma remota por meio de uma plataforma *Genially*, com a orientação do(a) professor(a). As perguntas e desafios estão inseridos nas próprias casas do tabuleiro, ou seja, quando o peão do participante chegar em determinada casa, haverá um ícone passível de um *click* onde aparecerá a pergunta, o desafio ou a ação que o participante deve cumprir – a depender da cor da casa, seguindo as mesmas regras da versão material.

O maior diferencial do jogo em sua versão online é que este poderá contar com links de vídeos, fotos e sites para que os participantes acessem durante a partida e essas fontes possam auxiliar na melhor compreensão do conteúdo abordado no jogo.

Essa possibilidade foi idealizada levando em consideração a atual conjuntura educacional com aulas remotas/híbridas condicionadas à pandemia do novo coronavírus. Essa modalidade de ensino requer ainda mais atenção, planejamento e metodologias ativas para que os alunos estejam sempre instigados a participarem das aulas, visto que a ausência do contato físico, por vezes, desmotiva esta atuação mais efetiva dos alunos durante as aulas. Assim, ao inserir estratégias que se aproximam do que eles gostam de fazer quando estão fora da sala de aula, como os jogos online, é possível atrair este aluno para a construção do conhecimento histórico de forma lúdica e propositiva.

3.3 Regras e aplicabilidade no ensino

O ato de jogar, por mais que possua diversão e ludicidade, precisa estar composto de limites, orientações e regras, para que o jogo faça sentido didático ao ser aplicado nas aulas. Esta é a grande diferença entre o jogo que se propõe a desenvolver habilidades e competências inerentes ao ensino e à aprendizagem, de uma brincadeira despretensiosa.

O jogo cria uma realidade fictícia, onde os estudantes mergulham neste universo e passam a vivenciar uma experiência intensa e restrita àquele espaço/tempo, desenvolvendo a concentração e a aproximação do que está sendo discutido, porém, isso não é feito de forma aleatória, pois “a ordem é garantida pelas regras, que determinam aquilo que vale no mundo temporário construído pelo jogo” (PEREIRA; GIACOMONI; 2018, p. 15). Por meio da observância às regras, trabalha-se a disciplina e o respeito ao contexto em que se vive, aos adversários e à dinâmica do jogo.

Além disso, “as regras carregam outra dinâmica essencial à História. Todo indivíduo vive cercado por um contexto histórico que o condiciona, permitindo certas ações e negando-lhe outras”, o que aproxima o jogo da realidade histórica que se trabalha e, também, da realidade escolar onde os estudantes precisam seguir regras predeterminadas para conviver naquele ambiente (PEREIRA; GIACOMONI; 2018, p. 15). Ou seja, o jogo além de trabalhar a dimensão cognitiva referente à histórica

local, neste caso, também consegue demonstrar a importância das regras para sua formação cidadã.

Adotando esta relação, as regras do “Jogo Didático: os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN” seguem o padrão das regras de um jogo de tabuleiro comum: de 2 a 4 participantes (que podem ser representantes de grupos da turma) utilizarão peões de cores diferentes para identificá-los; com o auxílio de um dado, saberão quantas casas devem andar no caminho que compõe o tabuleiro. Cada casa terá uma função escrita (fique uma rodada sem jogar, avance uma casa, responda à pergunta, dentre outras) que o participante deverá cumprir para dar continuidade à partida. Sempre que o participante responder a uma pergunta de forma incorreta, ficará uma rodada sem jogar. Vencerá o jogo aquele que conseguir finalizar primeiro todo o percurso do tabuleiro.

Todas as regras devem ficar expostas para os participantes durante a partida, assim, estas foram impressas em papel A4 e plastificadas para garantir a durabilidade do material.

Dessa maneira, através do jogo didático é possível desenvolver competências e habilidades que colaboram com a aprendizagem dos alunos e alunas, tais como a Competência específica 1:

> Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, 2018, p. 570)

Esta competência traz consigo uma habilidade que está diretamente ligada ao produto em questão neste capítulo. Trata-se de

> (EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 571)

Nesse sentido, o produto mostra-se relevante principalmente no tocante ao que versa a BNCC ao tratar a importância dos jogos e da cultura digital como

imprescindíveis ao desenvolvimento do conhecimento, ao aliar a teoria com a prática, utilizando ferramentas digitais que fazem parte da realidade do alunado, proporcionando a disseminação do conhecimento histórico por meio da tecnologia utilizada para fins pedagógicos.

Dessa maneira, é imprescindível ressaltar que a aplicação do jogo não deve ocorrer fora de contexto ou apenas como mais uma atividade lúdica que estará sendo proporcionada para os estudantes, mas, sim, que faça parte de uma sequência didática, que inclui a explanação do conteúdo sobre a histórica local da cidade de Pau dos Ferros/RN, abordando conceitos como memória, patrimônio e identidade; além da participação dos alunos nas discussões por meio do conhecimento prévio; do contato dos estudantes com fontes de pesquisas e/ou literatura que lhes dê o embasamento necessário para a identificação dos conceitos trabalhos e a relação com a história local; e, por fim, adentrar nas práticas que envolvem o jogo.

Para tanto, houve a necessidade da formulação de um Manual Para o Professor, contendo todo o passo-a-passo indicativo à utilização do jogo em sala de aula, que faz parte do produto fruto deste trabalho, baseado na prática realizada durante esta pesquisa.

O objetivo principal do jogo é tornar a participação dos alunos cada vez mais ativa no processo de ensino e aprendizagem, para que ele perceba a importância de aprender sobre a história local, de forma leve, divertida, atrativa e construtiva.

3.4 Relato de experiência: Jogo didático “Os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN”

O jogo foi planejado para ser aplicado como culminância das aulas a respeito da história local da cidade de Pau dos Ferros/RN, utilizando o patrimônio cultural e os lugares de memória como fontes para a compreensão da história local. Dessa forma, a aula foi iniciada com a explanação sobre os conceitos referentes ao patrimônio, à memória e à identidade, além do conceito de história local; foi abordada a origem da cidade de Pau dos Ferros/RN, atrelando acontecimentos religiosos, políticos e sociais, demonstrando a importância de saber o que é um

patrimônio cultural e diferenciá-lo de um lugar de memória, tornando claro para os(as) alunos(as) os conceitos e contextualizando com os equipamentos urbanos e manifestações culturais da cidade de Pau dos Ferros/RN.

A exposição do conteúdo foi realizada através de slides contendo imagens que partiram desde uma realidade mais distante - para que os alunos pudessem enxergar a diversidade do patrimônio cultural nacional - até chegarmos na realidade local. Dessa forma, os alunos passaram a compreender a importância de estudar a história local, a história da sua cidade, para o desenvolvimento e o reconhecimento da sua identidade, da sua ligação e identificação do lugar onde se vive. A partir de então, foi explicada a metodologia do “Jogo Didático: os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN”, mostrando o seu objetivo e a importância da ludicidade como estratégia didático-pedagógica em sala de aula, a fim de buscar uma melhor fomentação do conhecimento histórico, em especial, da história local de Pau dos Ferros/RN.

A aula expositiva durou cerca de 2 horas/aulas e, em virtude do momento pandêmico, a aula contou com cerca de 50% do alunado de cada turma, tendo em vista que a temática foi trabalhada nas turmas de 3ª série A e 3ª série B do turno matutino da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas. Os alunos participaram ativamente da discussão durante a aula expositiva, que se tornou dialogada e compartilhando experiências, conceitos prévios e as dúvidas que surgiram durante a explanação.

Após este momento a turma foi dividida em quatro grupos. Respeitando o distanciamento social, cada grupo escolheu uma cor referente aos peões do jogo didático (azul, vermelho, verde e amarelo) e se organizou para iniciar as atividades práticas. Os grupos contaram com cerca de seis a oito membros, dos quais elencaram um líder, aquele que iria representar a equipe durante o jogo de tabuleiro.

Com os grupos definidos e organizados, os alunos precisariam contribuir com uma parte imprescindível para a execução do jogo: a elaboração de perguntas realizadas pelos próprios grupos. Para tanto, os alunos fizeram a leitura do livro “Pau dos Ferros à sombra da Oiticica” do autor local Manoel Cavalcante, que se trata de uma obra escrita em versos, contando a história da cidade de Pau dos Ferros/RN em rimas, elencando acontecimentos relevantes para a história local, desde a sua

origem, perpassando por eventos políticos, educacionais, esportivos, religiosos, econômicos, dentre outros aspectos. A leitura foi iniciada em sala de aula e finalizada em casa devido o fim da aula.

Na aula seguinte, já com a leitura realizada pelos grupos, estes elaboraram cinco questões envolvendo as temáticas trabalhadas, curiosidades e acontecimentos relevantes no entendimento dos alunos, que fariam parte das cartas utilizadas no jogo didático. Ao finalizarem essa etapa, cada grupo caracterizou-se com a sua cor representativa e o tabuleiro foi exposto no centro da sala, contando com um representante de cada grupo para jogar no tabuleiro. Vale ressaltar que os demais alunos que faziam parte do grupo auxiliaram o representante na resolução das questões e na execução dos desafios, de acordo com a prática do jogo de tabuleiro.

Figura 16: Leitura do livro "Pau dos Ferros à Sombra da Oiticica" (2021)

Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 17: Aplicação do Jogo Didático "Os caminhos que levam ao Patrimônio Cultural de Pau dos Ferros-RN (2021)

Fonte: Arquivo Pessoal

Para a aplicação do jogo na versão online, aula remota aconteceu por meio da plataforma Google Meet, onde cerca de 30% dos alunos das turmas de 3ª série do Ensino Médio do turno matutino da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas participaram ativamente da aula.

Após a entrada de todos os alunos que optaram pelo ensino remoto na sala de aula online, foi iniciada uma explanação sobre os conceitos de patrimônio, identidade, memória e história local, conduzida com auxílio de slides contendo conceitos e imagens para que os alunos pudessem compreender melhor o tema que estava sendo abordado. Em seguida, foram trabalhados alguns aspectos do patrimônio cultural da cidade de Pau dos Ferros/RN com auxílio de fotografias antigas e atuais, dessa forma, os alunos começaram a contribuir com o diálogo sobre o tema, apontando alguns acontecimentos relevantes na opinião deles. Em seguida, os grupos foram divididos por meio do *chat* e encaminhados à elaboração de 5 questões (cada grupo) que foram enviadas à professora e inseridas no jogo online.

Na aula remota seguinte, também via Google Meet, o jogo foi apresentado através da plataforma *Genially* e, seguindo o mesmo padrão do jogo material, as regras e objetivos foram apresentadas aos alunos para que eles pudessem se organizar e iniciar partida, que transcorreu de modo tranquilo, com a participação efetiva dos alunos - estes responderam aos questionamentos através do chat ou ligando o microfone e, em caso de desafios, os alunos deveriam abrir a câmera para executar a ação proposta na casa correspondente, respeitando a vez da sua equipe; o dado e os peões foram conduzidos pela professora durante a execução do jogo para facilitar a organização e o andamento da partida.

Durante a execução do jogo tornou-se perceptível a sua versatilidade, pois o jogo mostrou-se colaborativo, ao ponto que os companheiros de equipe contribuíram para a resolução das questões, e competitivo também, ao ponto que as equipes buscavam acertar as perguntas e chegar primeiro ao final do tabuleiro, o que indicaria vencer o jogo. Além disso, foi um momento de descontração em sala de aula, principalmente nos momentos em que alguma das equipes precisava realizar os desafios postos, que envolviam música, compartilhamento de experiências vividas, memórias coletivas e até mesmo encenações, deixando a aprendizagem sobre a história local de Pau dos Ferros/RN algo leve e contributivo para o

conhecimento adquirido de cada um dos alunos. A partida transcorreu como esperado, dentro das regras estabelecidas no próprio jogo, com participação ativa dos alunos, tanto na elaboração das perguntas, quanto na resolução dos questionamentos e dos desafios propostos nas cartas dispostas do jogo.

Porém, como a aplicação foi realizada com quatro participantes/grupos, notou-se que a quantidade de cartas foi insuficiente para todo o percurso do tabuleiro, necessitando que as perguntas fossem repetidas em alguns momentos do jogo. Então, percebe-se a necessidade de aumentar a quantidade de cartas de 40 perguntas para, no mínimo, 60 cartas contendo perguntas, tanto na versão material quanto na versão online; ou como outra solução, é possível utilizar também dois dados para que os pinos possam caminhar por mais casas dentro do tabuleiro e, assim, utilizar a quantidade de perguntas estabelecidas anteriormente, que totalizam a quantidade de 40 unidades de cartas com perguntas. Já as cartas de desafios foram suficientes, tendo em vista que apenas quatro casas do tabuleiro contam com a possibilidade de algum participante realizar os desafios.

Posteriormente à aplicação do jogo nos dois formatos, presencial e online, os alunos foram convidados a responderem de forma voluntária a um formulário online, para que pudessem contribuir com a avaliação do jogo. De acordo com as respostas obtidas, notou-se que quando os alunos foram questionados sobre qual avaliação daria para o jogo, 85,7% classificou como “ótimo”, 7,1% classificou como “bom” e 7,1% classificou como “regular”. Outra pergunta realizada foi a respeito da opinião dos alunos no tocante ao jogo ser uma metodologia que pode contribuir com a aprendizagem e, de forma unânime, os alunos responderam que “sim”

Além dessas perguntas, o formulário contou com a solicitação da opinião dos alunos sobre os pontos positivos e negativos ou a melhorar no jogo, onde é possível atrelar esses depoimentos às habilidades e competências que o jogo envolve durante sua aplicação.

Sobre os pontos positivos, alguns trataram sobre a questão da aprendizagem, ao afirmar que “aprendi sobre a história da minha cidade, história que eu nem sabia! O jogo me ajudou a entender como aprender é divertido e legal” (L.C.B.V.). Analisando este relato, percebe-se que o jogo propicia a construção de novos sabres sobre a cidade, o que interfere na própria construção

da identificação do aluno com o espaço em que vive. Através desse tipo de percepção, é possível atender aos aspectos referentes ao conhecimento sobre a identidade, no que tange a BNCC em uma de suas habilidades específicas das ciências humanas, que trata de **“**(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” (BRASIL, 2018, p.572).

Outra opinião contida no formulário diz que o jogo “trouxe mais conhecimentos sobre nossa cidade, um jogo que ao mesmo tempo traz diversão e vários outros momentos; um jogo muito participativo” (M.C.F.S.). Neste sentido, destaca-se a importância da ludicidade para o ensino, corroborando com outra fala presente no instrumento de análise, ao relatar que o jogo “é divertido; ensina de uma maneira diferente; mais interação entre aluno e professor.” (T.I.A.S.), o que permanece sendo enfatizado durante a análise ao notar o relato que descreve o jogo como algo “muito dinâmico, gosto muito pois isso nos ensina que nem sempre estudar é uma coisa cansativa, que ela pode ser também divertida” (L.Y.O.C.). Essas três percepções se alinham ao que versa a BNCC sobre o ensino das ciências humanas em toda a educação básica, ao indicar que esta área do conhecimento “deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza” (BRASIL, 2018, p. 354), além de ressaltar o que o jogo propõe em seus objetivos, buscando tornar o ensino de história mais dinâmico, participativo e distanciando-o da memorização, trazendo a história local para um lugar ainda mais próximo da realidade dos estudantes, além de melhorar a relação entre professores e alunos, o que contribui para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma leve e espontânea.

Além disso, outra opinião contida no formulário que merece destaque está relacionada a participação efetiva do aluno no processo de construção do conhecimento, ao afirmar que “o que eu mais gostei foi a parte em que nós elaboramos as perguntas para os nossos colegas responderem” (R.A.S.). Trata-se, assim, da oportunidade ofertada através da dinâmica do jogo, do aluno se reconhecer enquanto sujeito ativo na construção do artefato didático e na problematização do conhecimento histórico, ao permitir que ele potencialize

aspectos que o chamaram atenção diante da história local, colocando-o como protagonista do processo, fazendo com que ele contribua com a aprendizagem de outros colegas ao traçar, de fato, os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN. Este também é um aspecto abordado na BNCC, ao tratar do ensino médio na contemporaneidade, destacando a importância da escola no acolhimento à juventude e às suas potencialidades, ao afirmar que é necessário "garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política" (BRASIL, 2018, p. 465).

Ainda a respeito do questionamento sobre a opinião dos alunos à cerca do jogo, foram elencados alguns pontos a melhorar, que também dialogam com o processo de ensino e aprendizagem proporcionado por essa metodologia, quando o estudante afirma que "acho poderia ser acrescentado dicas quando tiver temas mais difíceis e abrangentes, já que o jogo pode ter temas diferentes e mais complexos, tornaria a experiência para todos mais agradável" (P.A.P.A.). Esta análise demonstra o discernimento do aluno sobre a importância da mediação dos saberes por parte professor no tocante à aprendizagem dos estudantes, ao ver necessidade da gradação e sequenciamento dos conteúdos, partindo dos mais simples aos mais complexos, promovendo "a aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares" (BNCC, 2018, p. 465), o que interfere na avaliação desta aprendizagem, que deve ser de forma contínua, qualitativa e formativa, sempre visando a participação e a interação dos alunos com o conteúdo proposto, o que neste caso, refere-se à história local.

Ao analisarmos os depoimentos dos discentes, é perceptível o indicativo de que o jogo conseguiu alcançar seus, ao ponto que os alunos compreenderam o conteúdo proposto, conseguiram dialogar sobre o patrimônio e a história local, compartilhando experiências e tornando a aprendizagem dinâmica, significativa e divertida, demonstrando, também, que as falhas podem ser revistas, melhorando a dinâmica, a aplicabilidade e aprendizagem, além de conseguir ser facilmente adaptado para outras experiências, inclusive em outras áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização da pesquisa no que cerne o patrimônio cultural, os lugares de memória e o ensino de história local da cidade de Pau dos Ferros-RN teve como objetivo conduzir a temática sob a perspectiva de compreender de que maneira os alunos do ensino médio da Escola Estadual Professora Maria Edilma de Freitas compreendem a história local e de que maneira os patrimônios dados são sentidos e percebidos por estes alunos diante de suas práticas cotidianas e, principalmente, durante as aulas de História.

Por ter sido desenvolvida em um período atípico e de tantas adaptações, durante a pandemia do novo coronavírus, o desdobramento da pesquisa enfrentou algumas dificuldades, como o acesso às informações e às fontes, visto que as visitas aos patrimônios foram postergadas por estarem fechados, tornando a análise e problematização dos dados ainda mais complexa. Além disso, o contato com os alunos e alunas ocorreu de forma virtual durante grande parte do processo de pesquisa e escrita, no qual o formulário online tornou-se uma ferramenta viável para solucionar a distância provocada pelo isolamento social, permitindo o acesso às informações através das respostas às indagações que se tornaram primordiais para o desenvolvimento da pesquisa.

Sendo assim, em meio aos dados coletados e analisados, tornou-se perceptível a compreensão de que a história local ainda não possui um lugar amplo e definido dentro do currículo escolar, algo observado, inclusive, em meio aos documentos oficiais que regem a educação brasileira, como a BNCC.

Os espaços são lugares de aprendizagem, mas a escola precisa se mobilizar, planejar e entender a cidade como um artefato que precisa ser problematizado. No tocante à cidade de Pau dos Ferros/RN, a Casa, as Praças, a Igreja e o Museu se apresentam como lugares que podem ser utilizados no ensino de história e produzir conhecimento que não aparece no livro, onde as atividades referentes a esses patrimônios podem fazer parte do currículo da escola.

Dessa forma, a pesquisa demonstra a necessidade de inserir temáticas que abranjam a história local, o patrimônio cultural e os lugares que dão margem para a construção de memórias individuais e coletivas, visto que este tipo de abordagem ainda ocorre de maneira suprimida, por vezes voltada para a

educação e preservação patrimonial, apenas nos primeiros anos do ensino fundamental. Isto não é equivalente às demandas que os alunos transmitem, visto que estas envolvem a necessidade do conhecimento à cerca da história local, partindo da origem do lugar onde se vive e da sua identificação com este lugar, enquanto ser histórico capaz de compreender e contribuir com o desenvolvimento e a construção do conhecimento a histórica local.

A experiência prática com a utilização “Jogo didático: os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros-RN” na sala de aula mostrou-se muito expressiva, ao ponto que conseguiu atingir o objetivo de interação, descontração e construção do conhecimento de forma significativa, envolvendo a participação dos alunos e alunas desde a discussão dos conceitos, perpassando pela elaboração dos questionamentos, a disputa competitiva e colaborativa, além das curiosidades que instigaram os estudantes a aguçar o interesse pela história local por meio do recurso didático apresentado.

Para esta abordagem, enfatiza-se a importância do uso do jogo didático para que seja atrativo e gere o interesse, como alternativa ao abrir os caminhos que levam à história local. Nesse sentido, é necessário ressaltar que toda e qualquer atividade deve trabalhar os conceitos abordados, ter um planejamento bem definido e sempre ser desenvolvida no sentido de promover a autonomia e atitudes de responsabilidade por parte dos estudantes, pois através do estudo da e sobre a cidade também se constrói cidadania.

Portanto, encontra-se a possibilidade do desenvolvimento de projetos com metodologias ativas, lúdicas e didáticas que possibilitem o contato dos estudantes com a construção do conhecimento sobre a história do lugar onde estão inseridos socialmente, neste caso, sugere-se o jogo didático como uma ferramenta pedagógica para o desenvolvimento desta temática, tornando os alunos protagonistas durante o processo de percepção e desenvolvimento da fomentação do conhecimento, bem como agentes históricos ativos, capazes de estarem inseridos e participarem da construção da história local. Propiciar essa experiência é incentivar olhares críticos e a consciência histórica sobre o lugar que se vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lynn Rosalina Gama; MINHO, Marcelle Rose da Silva; DINIZ, Marcelo Vera Cruz. Gamificação: diálogos com a educação In: FADEL, Maria Luciane; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia Regina (org.) **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

ANJOS, Ricardo Eleutério dos. Educação escolar de adolescentes: uma análise crítica a partir da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. In: **Revista RBBA.** Vitória da Conquista**,** v. 03, n. 02, p. 58-85, dezembro/2014.

BARRETO, José Jácome. **Pau dos Ferros: história, tradição e realidade**. Natal: Clima, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRESCIANNI, Maria Stela. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CARVALHO, Gabriel Rios de. **A importância dos jogos digitais na educação** / Gabriel Rios de Carvalho; Bruno Dembogurski, orientador. Niterói, 2018.

CATROGA, FERNANDO. **Memória, história e historiografia**. Editora FGV, v. 3, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lurdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CIAMPI, Helenice. Os desafios da história local. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros (Org). **Ensino de História:** Sujeitos, saberes e práticas. Mauad Editora Ltda, v. 1, f. p. 199-214. 2007

COSTA, Aryana. História Local. In: FERREIRA, Marieta de Morais; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio e Janeiro: FGV Editora, p. 132-136. 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História e memória: metodologia da história oral. In: **História Oral**: memória, tempo, identidades. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 15-32.

DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: **História e Ciências Sociais**. Trad. Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 169 -191.

DOSSE, François. Distinguir história e memória. In: **Paul Ricouer:** um filósofo em seu século. Trad. Eduardo Lessa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 206 - 217.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Diálogos, DHI/PPH/UEM. v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais. In: **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.

GEVEHR, Daniel Luciano. Os lugares da cidade nos contam história(s): a problemática dos lugares de memória no ensino da história. In: **Revista Acadêmica Licencia&acturas**. Ivoti, v. 01, n. 01, p. 68-76, julho/dezembro. 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Cultura Histórica. In: FERREIRA, Marieta de Morais; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio e Janeiro: FGV Editora, p. 66-69, 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Editora Record, v. 1, p. 23-41. 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Biblioteca Vertice, 1990

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, José Edmilson de. **Pau dos Ferros: Crônicas, Fatos e Pessoas**. 1. ed. Pau dos Ferros: Arte Gráfica Pauferrense, 2006.

_____. **Pau dos Ferros: crônicas, fatos e pessoas: volume II**. Natal: Gráfica Vital, 2011. 176 p.

HUIZINGA, J. Homo Ludens - vom Unprung der Kultur im Spiel.. 4. edição – reimpressão. São Paulo, SP: Editora Perspectiva S.A, 2010.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza, Premius, p. 47-67, 2011.

LE GOFF, Jacques. Memória. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 423-483.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Trad. Lúcia Haddad. In: Projeto História. São Paulo, v.17. p. 63-201, 1998.

MEDEIROS, Antonia Gerlania Viana; CARNEIRO, Lucineide da Silva; MOREIRA, Marília Cavalcante de Freitas. Museu de cultura sertaneja da UERN-Pau dos Ferros: um lugar de memória. In: CARVALHO, Maria Edneide Ferreira de; MEDEIROS, Antonia Gerlania Viana; MOREIRA, Marília Cavalcante de Freitas (Orgs). **Memórias do sertão [recurso eletrônico]: patrimônio histórico e identidade regional no museu de cultura sertaneja da UERN, campus Pau dos Ferros-RN**. Mossoró, RN: EDUERN, 2020.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a História na sala de aula. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. (org.); **Jogos e ensino de história** [recurso eletrônico] / coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. P. 73- 86; pdf.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, v.10. p. 07-28, 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O Museu como lugar de aprendizagem: o tempo histórico**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis - SC – Brasil, 2015.

PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. Flertando com o Caos**:** os jogos no Ensino de História. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. (org.); **Jogos e ensino de história** [recurso eletrônico] / coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. P. 9-18; pdf.

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia; SOUZA, Francisca Marcia Costa de. **Ensino, Patrimônio Cultural e Sociedade**. In: Historiæ, Rio Grande, 3, (3), p. 85-112, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. São Paulo, v.14. p. 25-39, 1997.

PRADO, L. L. **Jogos de tabuleiro modernos como ferramenta pedagógica**: pandemic e o ensino de ciências Revista Eletrônica Ludus Scientiae, Foz do Iguaçu, v. 02, n. 02, p. 26-38, jul./dez. 2018.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Em nome do objeto [livro eletrônico]: museu, memória e ensino de história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica**: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. Os fundamentos da cultura histórica. In: **Teoria da história**: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, p. 217-245, 2015.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. . Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História** (PUCSP), v. 52, p. 245-279, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros (Org). **Ensino de História:** Sujeitos, saberes e práticas. Mauad Editora Ltda, v. 1, f. 140, p. 187-198. 2007.

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. (org.); **Jogos e ensino de história** [recurso eletrônico] / coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. P. 19- 34; pdf.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique (orgs.). Teoria. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 324 – 327, 393-396.

APÊNDICES

PRODUTO FINAL

Capa do jogo

Tabuleiro do Jogo

Frente das fichas de Perguntas do jogo

Pergunta

Um patrimônio histórico contém memórias individuais e(ou) coletivas que justificam a sua escolha como patrimônio.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

A História Local possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

Estudar a história de seu município e suas especificidades dificulta a absorção e compreensão do conteúdo.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

A memória preservada pelo patrimônio histórico é mais significativa para o grupo que convive em seu entorno do que para aqueles que vivem mais distantes dele.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

São princípios fundamentais dos museus a valorização e a preservação do patrimônio cultural e ambiental.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

O conceito de patrimônio, inicialmente restrito, ampliou-se ao longo do tempo e passou a contemplar uma variedade de expressões culturais, como patrimônio histórico, material, imaterial e artístico.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

É obrigação do Estado, por meio da educação e de outras medidas, conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural para a memória de grupos sociais e da própria identidade nacional.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

Transmitido pelas gerações e sempre recriado por grupos e pelas comunidades, em face de sua interação com a natureza, de seu ambiente e de sua história, o patrimônio imaterial gera sentimento de identidade e de continuidade, o que acaba por ajudar a promover o respeito à diversidade cultural e à própria criatividade humana.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

A denominação patrimônio cultural imaterial aplica-se a práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, razão pela qual dela se afastam, por intrínseca contradição conceitual, instrumentos, objetos, artefatos e lugares.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

A preservação do patrimônio histórico e cultural é responsabilidade exclusiva das instituições estatais.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

A Praça de Eventos de Pau dos Ferros possui uma área de dez mil metros quadrados, sendo uma das maiores praças de eventos do RN.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

A Casa de Cultura Popular Joaquim Correia já foi sede da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição já passou por diversas reformas que modificaram a caracterização interna e externa da igreja e, por isso, ela não pode ser considerada um Patrimônio.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

A Praça de Eventos de Pau dos Ferros tem seu nome original "Praça de Eventos Nossa Senhora da Conceição" e por isso foi inaugurada com um evento religioso.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

A Praça da Matriz pode ser considerada um lugar de memória da cidade de Pau dos Ferros/RN por envolver acontecimentos históricos que marcam as memórias individuais e coletivas.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

A Praça Monsenhor Caminha, mais conhecida com Praça da Matriz foi demolida na década de 1970, sendo projetada e construída uma nova praça no mesmo local.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

O Museu de Cultura Sertaneja tem como principal objetivo expor e valorizar a cultura local e regional, bem como tornar-se um lugar de aprendizagem.

A ✓ VERDADEIRO
B FALSO

Pergunta

O Museu de Cultura Sertaneja é de utilização exclusiva dos alunos da UERN, sendo fechado para os demais públicos.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

O Obelisco e o Pavilhão são equipamentos urbanos que compõem a Praça da Matriz, mas pouco representam para a história local.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

A Casa de Cultura Popular Joaquim Correia não é um edifício tombado pelo Estado e por isso não pode ser considerado um Patrimônio Cultural.

A VERDADEIRO
B ✓ FALSO

Pergunta

Pergunta

Pergunta

Pergunta

Pergunta

Pergunta

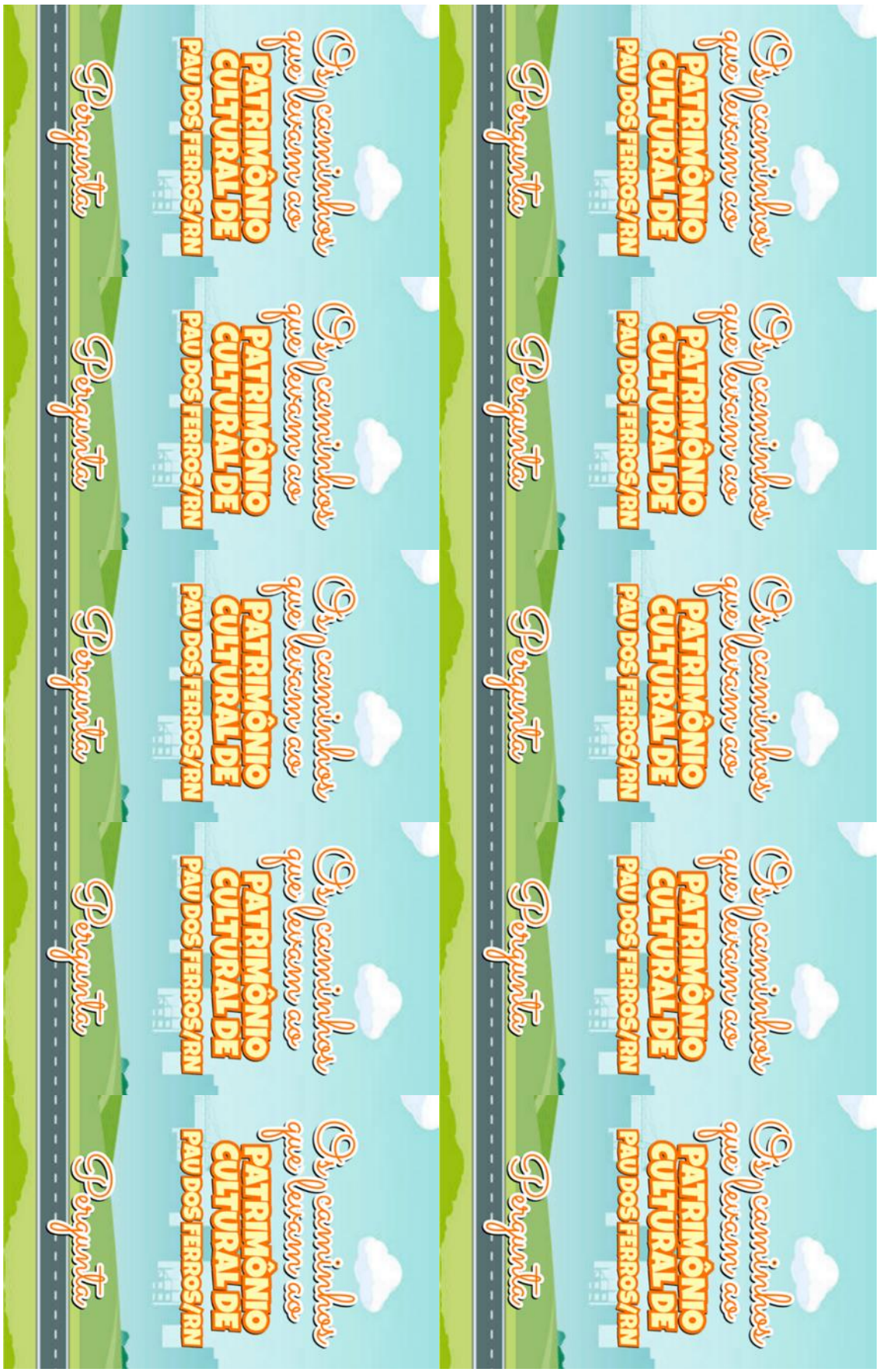
Pergunta

Pergunta

Pergunta

Pergunta

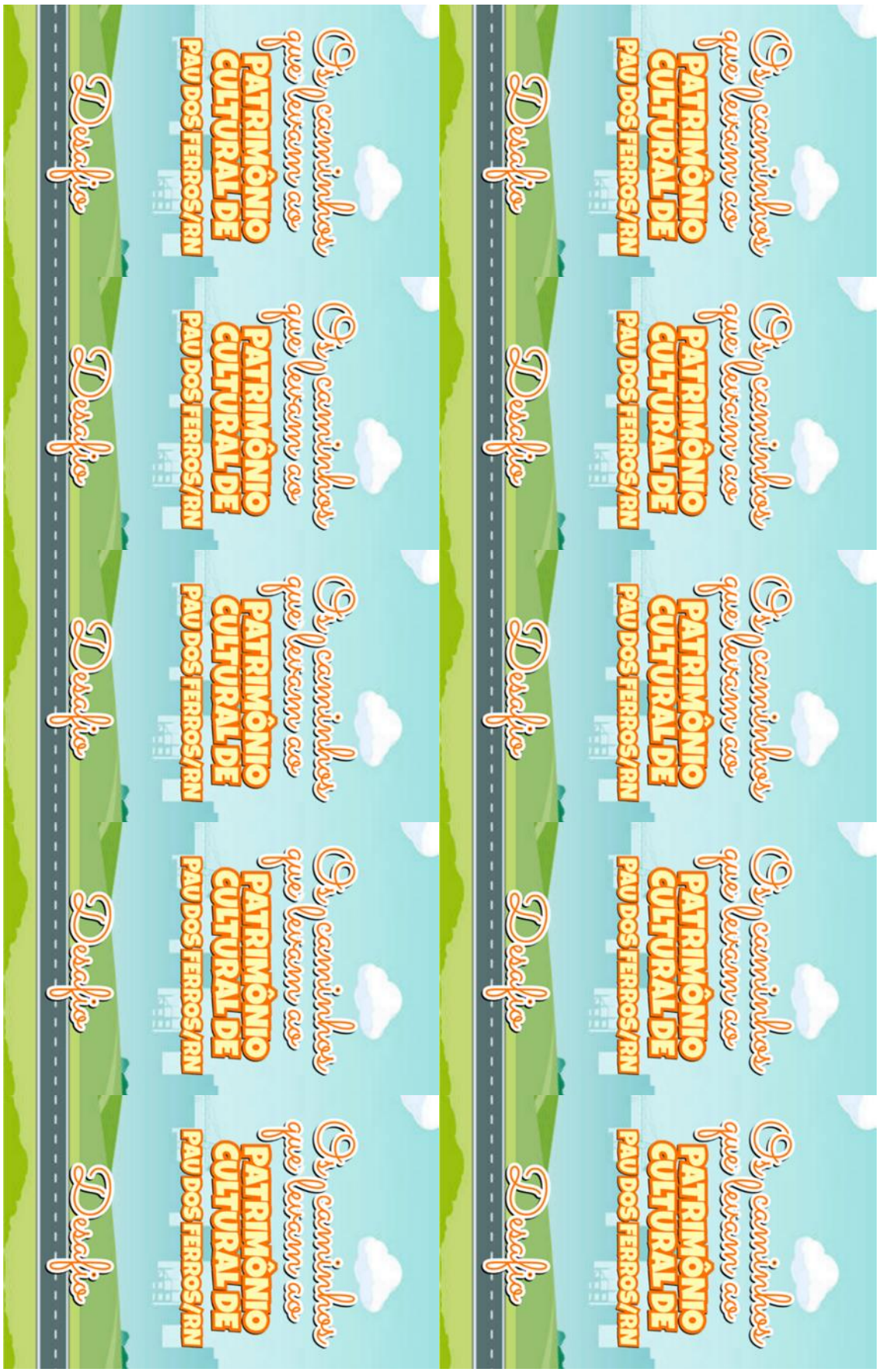
Verso das fichas de Perguntas do Jogo



Frente das fichas de Desafios do jogo

Desafio
Relate uma memória individual ou coletiva ligada à Casa de Cultura Popular Joaquim Correia
Desafio
Faça uma breve encenação representando alguma festividade que faça parte da memória coletiva da cidade de Pau dos Ferros/RN
Desafio
Cante uma música que represente alguma memória referente à cidade de Pau dos Ferros/RN e comente.
Desafio
Declame uma pequena rima que fale sobre a origem da cidade de Pau dos Ferros/RN
Desafio
Relate a história de alguma personalidade popular e marcante da história da cidade de Pau dos Ferros/RN
Desafio
Relate uma memória individual ou coletiva ligada à Praça de Eventos "Nossa Senhora da Conceição"
Desafio
Relate uma memória individual ou coletiva ligada à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ou ao Museu de Cultura Sertaneja
Desafio
Faça uma mímica ou um desenho para seus colegas adivinharem qual personalidade marcante da história da cidade de Pau dos Ferros/RN você está representando.
Desafio
Relate uma memória individual ou coletiva ligada à "Praça Monsenhor Caminha," conhecida como "Praça da Matriz"
Desafio
Desenvolva uma proposta que tenha como objetivo melhorar a preservação dos patrimônios culturais da cidade de Pau dos Ferros/RN

Verso das fichas de Desafios do Jogo



Regras do jogo

Regras do Jogo

Número de participantes: 2 a 4 jogadores ou representantes dos grupos

Material:
01 tabuleiro, 01 dado, 04 peões, 40 cartas de perguntas e 10 cartas de desafios

Objetivo: Adquirir e compartilhar conhecimentos sobre a História Local da cidade de Pau dos Ferros/RN por meio do seu patrimônio cultural.

Como jogar: Cada jogador, de forma alternada, irá jogar o dado e andar o total de casas correspondentes no tabuleiro. As casas indicam as ações a serem realizadas de acordo com as cores que seguem a legenda indicativa:

- Responda uma pergunta
- Pergunta desafio
- Fique uma rodada sem jogar
- Avance duas casas
- Volte uma casa

As perguntas estarão nas cartas dispostas ao lado do tabuleiro e devem ser lidas pelo participante adversário. Caso o participante não responda à pergunta ou responda de forma incorreta, ficará uma rodada sem jogar.

Fim de jogo: Vence o jogo o participante que conseguir chegar primeiro ao final do tabuleiro.

Manual para o Professor

O "Jogo de Tabuleiro: os caminhos que levam ao Patrimônio Cultural de Pau dos Ferrs/RN, consiste em um jogo didático que propõe-se como uma metodologia lúdica e ativa, a fim de proporcionar uma experiência dinâmica para a contribuição no desenvolvimento do conhecimento sobre a História Local de Pau dos Ferros-RN.

Este jogo visa atender aos seguintes aspectos da BNCC referente às Ciências Humanas no Ensino Médio:

Competência Específica 1:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

(EM13CHS106): Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Manual para o Professor

Este manual tem como objetivo contribuir com a prática pedagógica, orientando como proceder para inserir o jogo nas aulas de história, por meio da experiência prática de aplicabilidade do jogo no ensino ensino médio.
Porém, é importante ressaltar que o professor tem liberdade para adaptar esta proposta de acordo com a realidade da turma e do objetivo ao aplicar o jogo.

Vamos lá!

1. Contextualização:
O jogo foi planejado para ser aplicado como culminância das aulas a respeito da história local da cidade de Pau dos Ferros/RN, utilizando o patrimônio cultural e os lugares de memória como fontes para a compreensão da história local. Dessa forma, é indicado utilizar em torne de 2 a 4 horas/aulas (presenciais, online e/ou híbridas) para a explanação sobre os conceitos referentes ao patrimônio, à memória e à identidade, além do conceito de história local, bem como os patrimônios que estão inseridos no jogo.

2. Inserção do jogo na aula
Após a parte teórica ser discutida, é hora de apresentar o jogo à turma, explicando o objetivo, as regras e de que maneira esta prática será aplicada durante a aula.

Manual para o Professor

3. Utilizando as fontes
Para que os alunos consigam construir as cartas das perguntas, sugere-se dividir a turma em 4 grupos e utilizar o livro "Pau dos Ferros à sombra da oiticica - Manoel Cavalcante", para que os estudantes realizem a leitura e entrem em contato com os acontecimentos históricos que envolvem a cidade e os patrimônios culturais, para contribuir com a produção das perguntas que estarão no jogo - cada grupo deve produzir pelo menos 5 perguntas que serão anexadas às cartas em branco, no caso da versão impressa. (A versão online terá um tópico específico neste manual).

4. É hora de jogar!
Com as equipes já divididas, os alunos escolhem um representante de cada equipe para ser o responsável por movimentar o peão no tabuleiro, porém, todos os alunos da equipe devem participar da resolução das questões e dos desafios propostos durante o jogo.
Seguindo as regras contidas no material do jogo, cada casa terá sua funcionalidade e ganhará a equipe que chegar primeiro até o final do tabuleiro.

5. É importante ressaltar o viés colaborativo do jogo, visto que todos estão em busca de solucionar as questões para avançar no tabuleiro. Além disso, faz necessário tornar claro que a competição entre os grupos não define que uns sabem mais que os outros, apenas que se saíram melhor diante do que foi proposto naquela oportunidade.

Manual para o Professor

6. Versão Online

Sugere-se que o passo a passo de aplicação do jogo de maneira online seja semelhante com a metodologia presencial, utilizando inicialmente a contextualização histórica, a discussão com conhecimento prévio dos alunos e a utilização de fontes, como livros da história local em formato digital, para servir como base de elaboração das perguntas.

As aulas podem ocorrer via Google Meet, Zoom ou outra plataforma em que o professor possa compartilhar a tela do jogo com seus alunos.

Nesse sentido, o jogo estará disponível na plataforma Genially, que permite editar as casas do tabuleiro, inserindo símbolos e perguntas e/ou desafios. Ao chegar em casa casa, basta clicar no símbolo correspondente que abrirá a pergunta. Assim, o jogo será praticado pelos alunos, porém, todas as peças serão mediadas pelo professor, pois a tela estará sendo apenas compartilhada com os alunos, que nesse momento não terão acesso às ferramentas do jogo.

Outra opção, é tornar o jogo disponível para que os alunos acessem a plataforma e possam competir entre si.

Link do jogo na plataforma Genially:

https://view.genial.ly/60c7d818cdf8290d69cb2166/interactive-content-os-caminhos-que-levam-ao-patrimonio-cultural-de-pau-dos-ferrosrn

ANEXOS

Anexo A: Formulário Diagnóstico - Patrimônio Cultural e Ensino de História em Pau dos Ferros

Formulário Diagnóstico - Patrimônio Cultural e Ensino de História em Pau dos Ferros

Este formulário faz parte do diagnóstico de pesquisa da mestranda Vanêssa Maria de Queiroz Freitas, aluna do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória/UERN. Desde já, agradecemos sua colaboração.

*Obrigatório

1. Qual é o seu nome completo? *

2. Qual seu e-mail? *

3. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 13-15 anos
- ◯ 16-17 anos
- ◯ 18 anos ou mais

4. Qual seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Prefiro não declarar
- ◯ Outro

5. Se respondeu outro na questão anterior, identifique seu gênero aqui:

_____

6. Como você se considera? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Preto/a
- ◯ Pardo/a
- ◯ Branco/a
- ◯ Amarelo/a
- ◯ Indígena
- ◯ Prefiro não declarar

7. Você é portador(a) de alguma necessidade especial? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

8. Se respondeu sim à pergunta anterior, identifique qual necessidade especial aqui:

_____

_____

_____

_____

_____

9. Qual série você estuda? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 1ª série
- ◯ 2ª série
- ◯ 3ª série

10. Qual turno você estuda? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Matutino
- ◯ Vespertino

Identificação socioeconômica/cultural

11. Onde está situada sua residência? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Zona Urbana
- ◯ Zona Rural

12. Quantas pessoas moram com você? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sozinho
- ◯ 1 a 2 pessoas
- ◯ 3 a 4 pessoas
- ◯ 5 pessoas ou mais

13. Destas pessoas que moram com você, quantas estão trabalhando atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

14. Você está trabalhando atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim, trabalho eventualmente
- Sim, trabalho todos os dias

15. Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, qual trabalho desenvolve?

16. Qual a renda mensal da sua familia? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de um salario minimo
- 1 salario minimo
- de 1 a 2 salarios minimos
- de 3 a 4 salarios minimos
- 5 ou mais salarios

17. Além dos estudos e trabalho, com quais atividades você mais ocupa seu tempo? (Pode marcar mais de uma alternativa) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Leitura
- [ ] Música
- [ ] Passeios
- [ ] Internet
- [ ] Artesanato
- [ ] Religião
- [ ] Esporte

18. Quais são os principais lugares da cidade que você frequenta? (Pode marcar mais de uma alternativa) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Comércio
- [ ] Praças
- [ ] Bares/restaurantes
- [ ] Igrejas/templos
- [ ] Lagoas/açudes/clubes
- [ ] Quadras esportivas
- [ ] Clínicas/hospitais
- [ ] Escola/universidade
- [ ] Bibliotecas
- [ ] Museu
- [ ] Centro de Cultura

Sobre Patrimônio Cultural e Lugares de Memória

19. O que você entende por patrimônio? *

20. Quais são os patrimônios que você consegue identificar em sua cidade? *

21. Com quais destes patrimônios citados você possui alguma relação de afetividade/memória? Justifique. *

22. Você acredita na importância da preservação do patrimônio histórico local? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Nao

23. Caso tenha respondido sim para a pergutna anterior, quais são as maneiras que podemos contribuir para a preservação dos patrimônios históricos da nossa cidade?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Criando projetos de preservacao na escola
- ☐ Fazendo oficinas interdisciplinares
- ☐ Fazendo campanhas de coscientizacao
- ☐ Criando mecanismos para fiscalizacao de protecao ao patrimonio local
- ☐ Outros

24. Se voce respondeu outros para a pergunta anterior, descreva quais outras maneiras de preservacao ao patrimonio local podem ser realizadas

Patrimônio e Ensino

25. Durante a sua trajetória escolar, você já estudou sobre a história de Pau dos Ferros/RN? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

26. Se respondeu sim à pergunta anterior, em qual disciplina foi abordado este tema?

27. Você já estudou sobre patrimônio na escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

28. Se respondeu sim à pergunta anterior, em qual disciplina foi abordado este tema?

29. Você já visitou os patrimônios/lugares de memória da sua cidade durante as aulas promovidas por sua escola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

30. Se respondeu sim à pergunta anterior, quais foram os patrimônios que você visitou?

_____

_____

_____

_____

_____

31. Se respondeu sim à pergunta anterior, em qual disciplina ocorreu esta visita?

_____

32. Como ocorreu esta visita? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Uma aula de campo apenas com observação do lugar
- ◯ Uma aula de campo com a explicação apenas por parte do(a) professor(a)
- ◯ Uma aula de campo com orientação de outros profissionais (guia) e professor(a)
- ◯ Uma aula de campo com explicação do(a) professor(a) e participação dos(as) alunos(as) num diálogo sobre o lugar
- ◯ Uma aula de campo com observação e anotações sobre o lugar
- ◯ Não houve a aula/visita

33. Você realizou algum trabalho/atividade sobre essa visita/aula de campo? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, uma produção escrita (texto dissertativo, artigo de opinião, poesia ou cordel)
- ◯ Sim, a apresentação de um seminário
- ◯ Sim, uma produção artística (desenho, pintura, mosaico)
- ◯ Sim, um jogo didático
- ◯ Sim, projeto da Feira de Ciências
- ◯ Não realizei atividade sobre isso

34. Como você avalia a experiência de visita aos patrimônios/lugares de memoria? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Contribuiu para ampliar meus conhecimentos sobre historia local
- ◯ Contribuiu apenas para que eu pudesse conhecer melhor a cidade
- ◯ Pouco acrescentou nos conhecimentos que ja possuia sobre a historia da cidade
- ◯ Nao acrescentou em nada para os meus conhecimentos sobre historia local

35. Quais sugestões você daria para melhorar as visitas escolares aos patrimônios/lugares de memoria da cidade? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO B: Questionário sobre o "Jogo didático: Os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN"

Questionário sobre o "Jogo didático: Os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN"

Aplicação presencial - 30/11/21
Aplicação online - 07/12/21
Público-alvo: Alunos das turmas de 3ª série A e B - Ensino Médio - EEPM Edilma de Freitas

Este questionário servirá como base para a análise do produto da pesquisa de mestrado da discente Vanêssa Maria de Queiroz Freitas. O uso de qualquer dado pessoal contido neste formulário, será feito apenas com o consentimento do entrevistado.

*Obrigatório

1. Qual é o seu nome completo? *

2. Você participou da aplicação do "Jogo didático: Os caminhos que levam ao patrimônio cultural de Pau dos Ferros/RN" de que forma? *

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ Presencial
   - ◯ Online

3. Qual avaliação você daria para o jogo? *

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ Ótimo
   - ◯ Bom
   - ◯ Regular
   - ◯ Ruim

4. Você acredita que esse tipo de metodologia contribui par aa aprendizagem? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Talvez

5. Qual (is) pontos positivos do jogo? *

6. Qual(is) pontos negativos ou a melhorar no jogo? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários